



A vertente educativa da violência exercida sob crianças:

Propostas de alteração

Daniel Willyam da Silva Cordeiro

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Forenses, sob a orientação da Professora Doutora Maria Paula Ribeiro de Faria e co-orientada pela Professora Dra. Sara Filipa Leitão Moreira.

Coimbra, Maio de 2015



A vertente educativa da violência exercida sob crianças:

Propostas de alteração

Daniel Willyam da Silva Cordeiro

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Forenses, sob a orientação da Professora Doutora Maria Paula Ribeiro de Faria e co-orientada pela Professora Dra. Sara Filipa Leitão Moreira.

Coimbra, Maio de 2015

“[E]xistem muitas coisas terríveis no mundo, mas a pior delas é quando uma criança tem medo do seu pai, da sua mãe ou dos seus professores.” – JANUSZ KORCZAK

“What is a normal child like? Does he just eat and grow and smile sweetly? No, that is not what he is like. The normal child, if he has confidence in mother and father, pulls out all the stops. In the course of time, he tries out his power to disrupt, to destroy, to frighten, to wear down, to waste, to wangle, and to appropriate... At the start he absolutely needs to live in a circle of love and strength (with consequent tolerance) if he is not to be too fearful of his own thoughts and of his imaginings to make progress in his emotional development.” – DONALD WOODS WINNICOTT

“Parents teach children discipline for two different, indeed diametrically opposed, reasons: to render the child submissive to them and to make him independent of them. Only a self-disciplined person can be obedient; and only such a person can be autonomous.” – THOMAS STEPHEN SZASZ

A Deus,

Aos meus pais e irmã, que possibilitaram cada passo nesta longa jornada,

À minha orientadora, Senhora Professora Doutora Paula Ribeiro de Faria
e à minha co-orientadora, Dra. Sara Leitão Moreira,
pela paciência, prontidão, compreensão e colaboração,

Aos meus colegas no Mestrado, pela sinergia entre nós,

Aos meus grandes amigos e amigas, os meus grandes incentivadores e críticos,

Bem Hajam.

Resumo

A presente Dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Forenses, ministrado pelo Instituto Superior Bissaya Barreto.

Esta Dissertação tem por objecto o estudo do crime de violência doméstica contra crianças, previsto e punido no artigo 152.º do Código Penal.

O crime de violência doméstica contra crianças, mormente pela peculiaridade da vítima em causa, tem-se tornado um fenómeno gritante para a comunidade cuja prevenção e repressão tem estado na ordem do trabalho de muitas entidades (nacionais e internacionais).

Neste sentido, vários diplomas internacionais e nacionais foram aqui observados para quebrar o costume, cristalizado na cultura, de castigos na infância, perpetuados pelos pais e cuidadores – o *ius corrigendi*.

Tentámos dissecar o art. 152.º do Código Penal, analisando o(s) bem(ns) jurídico(s) que pretende tutelar, os tipos objectivo e subjectivo de ilícito, o concurso de crimes, a tentativa, causas de exclusão ou justificação da ilicitude, culpa e do tipo, o respectivo procedimento criminal e, estritamente relacionados, a responsabilização do agressor, a protecção da vítima e os contornos sociológicos deste fenómeno, procurando auxílio na sociologia e na psicologia.

Por fim, transportámos as técnicas do Benchmarking para o direito, procurando extrair as melhores características do ordenamento jurídico sueco, brasileiro e neozelandês no que tange à tolerância zero dos maus tratos e castigos às crianças; permitindo-nos propor algumas alterações que deveriam ser adoptadas em Portugal, relativamente à vertente educativa dos castigos.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Crianças; *ius corrigendi*; Castigos Corporais; Disciplina

Abstract

The present Dissertation was developed regarding the Master in Law, with a specialization in Legal and Forensic Sciences, from the Instituto Superior Bissaya Barreto.

This Dissertation addresses the study of the crime of domestic violence against children, provided and punishable by the article 152.º of the Penal Code.

The crime of domestic violence against children, mainly because of the peculiarity of the victim in question, has become an alarming phenomenon for the community in which the prevention and repression has been a constant concern to many entities (national and international).

Therefore, several international and national laws were here observed to break the habit, cemented in the culture, of punishments during childhood, perpetuated by parents and caregivers - the *ius corrigendi*.

We tried to dissect the article 152.º of the Penal Code, analyzing the legal assets intended to protect, the objective and subjective types of illicit, concurrent offences, the attempt, the exclusion or justification causes of illegality, guilt and type, its criminal prosecution and, closely related, the responsibility of the offender, the protection of victims and the sociological contours of this phenomenon, seeking aid in sociology and psychology.

At last, we transported Benchmarking techniques to law, seeking to withdraw the best features of the swedish, brazilian and new zealander legal systems in what concerns the zero tolerance of children abuse and punishment; allowing us to propose some alterations that should be adopted in Portugal, regarding the educational finality of punishments.

Keywords: Domestic Violence; Children; *ius corrigendi* (right to correct); Corporal Punishment; Discipline

Índice

Resumo	v
Abstract	vi
Lista de siglas e abreviaturas	10
Introdução	11
Parte I – Maus tratos a crianças: Da tradição de punição doméstica à evolução dos direitos das crianças	13
Capítulo I – A tradição de punição doméstica	13
1. Na Roma Antiga	13
2. Na Bíblia	14
3. O caso específico de Portugal	14
3.1. Das “Siete Partidas” às Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas)	14
3.2. O Código Civil de Seabra	15
3.3. Do Estado Novo à actualidade	16
Capítulo II – Evolução dos direitos das crianças	18
1. Dos inícios do século XX à Declaração dos Direitos das Crianças de 1924 (Declaração de Genebra)	19
1.1. A criação do Comité para Protecção da Infância	19
1.2. O Save the Children Fund	19
1.3. A International Save the Children Union e a Declaração dos Direitos das Crianças de 1924.	20
2. Da Declaração Universal dos Direitos do Homem à Declaração dos direitos das crianças de 1959	21
2.1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	21
2.2. A Declaração dos Direitos das Crianças de 1959	22
2.3. O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais	22
2.4. O Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos	23
2.5. A Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho	24
3. Da Convenção sobre os direitos das crianças aos diplomas e compromissos posteriores	25
3.1. A Convenção sobre os Direitos da Criança	25
3.2. O Encontro Mundial de Cúpula pela Criança	27
3.3. A Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho	27
3.4. Os Protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos das Crianças (relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis e relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados)	28

3.5. <i>O Fórum Infantil</i>	30
3.6. <i>A Sessão Especial sobre a Criança</i>	30
3.7. <i>A Convenção de Istambul</i>	31
3.8. <i>Directiva 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 25 de Outubro de 2012</i>	33
3.9. <i>Os Prémios Nobel da Paz de 2014 e o seu contributo no direito das crianças: Malala Yousafzay e Kailash Satyarthi</i>	35
4. Considerações finais	35
Parte II – <i>De iure constituto</i> – O crime de violência doméstica	37
Capítulo I – O Crime de violência doméstica	37
1. Evolução histórica (e legislativa)	37
2. Bem jurídico	41
2.1. <i>Preliminares</i>	41
2.2. <i>Noção de bem jurídico-penal</i>	42
2.3. <i>O bem jurídico tutelado pelo art. 152.º do Código Penal</i>	44
3. Tipo objectivo de ilícito	47
3.1. <i>Preliminares</i>	47
3.2. <i>Estrutura do tipo objectivo numa análise ao art. 152.º do CP</i>	48
3.2.1. <i>Segundo o critério do autor</i>	48
3.2.2. <i>Segundo o critério da conduta</i>	50
3.2.2.1. <i>Condutas típicas do art. 152.º do CP</i>	50
3.2.2.2. <i>“De modo reiterado ou não”</i>	51
3.2.3. <i>Segundo o critério do bem jurídico</i>	52
4. Tipo subjectivo de ilícito	53
5. Concurso de crimes	54
5.1. <i>Crimes que concorrem com o crime de violência doméstica</i>	54
5.2. <i>O problema associado ao afastamento da aplicação do crime de violência doméstica nos casos de concurso</i>	57
6. Tentativa	58
7. Procedimento Criminal	58
8. Causas de exclusão e justificação	60
8.1. <i>Causas de exclusão da ilicitude</i>	60
8.2. <i>Causas de exclusão da culpa</i>	62
8.3. <i>Causas de exclusão do tipo: a adequação social como causa de atipicidade do direito de correcção dos pais</i>	63

9. Vítima versus Agressor	64
9.1. Protecção da Vítima	64
9.2. Responsabilização do agressor	67
Capítulo II – Os contornos sociológicos da violência doméstica	71
1. Conceito e tipos de violência doméstica	71
1.1. Conceito	71
1.2. Tipos de violência	72
2. Possíveis causas para a perpetração da violência doméstica	74
3. Impactos e consequências para a criança	76
3.1. Consequências na saúde da criança	76
3.2. A figura da Vítima-agressor	77
Parte III – O Ordenamento Jurídico brasileiro, sueco e neozelandês relativamente à tolerância zero dos castigos corporais às crianças – algumas propostas de alteração para Portugal	78
Capítulo I – Análise dos Ordenamentos Jurídicos brasileiro, sueco e neozelandês, relativamente à tolerância zero dos castigos corporais às crianças	78
1. Ordenamento Jurídico brasileiro	78
1.1. Direito Penal	78
1.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente	79
2. Ordenamento Jurídico sueco	80
2.1. O Código Parental (<i>Act on the Children and Parents Code</i>)	80
2.2. O Código Penal sueco	80
3. Ordenamento Jurídico Neozelandês	81
Capítulo II – Propostas de alteração no Ordenamento jurídico português	83
1. Benchmarking	83
2. Propostas para o ordenamento jurídico português	83
Conclusão	85
Bibliografia	86
Nota:	94

Lista de siglas e abreviaturas

a.C.	Antes de Cristo
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Art./Arts.	Artigo/Artigos
Cf.	Conforme
CP	Código Penal
CPCJ	Comissões de Protecção de Crianças e Jovens
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGRS	Direcção-Geral de Reinserção Social
DL	Decreto-Lei
MP	Ministério Público
<i>Ob. Cit.</i>	Obra citada
PAVD	Programa para Agressores de Violência Doméstica
ss.	Seguintes
v.g.	<i>verbi gratia</i> (por exemplo)

Introdução

Esta Dissertação foi elaborada no âmbito do Mestrado em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Forenses, ministrado no Instituto Superior Bissaya Barreto, constituindo esta um elemento para a conclusão do mesmo.

A investigação desenvolvida insere-se no domínio do Direito Penal, tendo por base o crime de violência doméstica praticado contra crianças. Neste seguimento, pretendemos estudar a violência infligida às crianças e justificada com o fim educacional, sendo que a questão que orienta a nossa investigação prende-se com o facto de saber de que forma têm evoluído alguns países no que diz respeito às suas legislações de tolerância zero ou de *no spanking* e como poderemos transportar tais ideias para o nosso ordenamento jurídico.

Importa referir que a opção por este tema prende-se, não apenas, com as vivências pessoais, mas também com a actualidade e pertinência que este tema tem assumido na nossa sociedade (quer com a preocupação nacional quer com a inquietude sentida a nível internacional).

Paralelamente, o interesse foi despertado ao longo da nossa formação académica, nomeadamente na licenciatura, com a unidade curricular de Direito Penal IV, e no mestrado, com os contributos dados por alguns docentes e alguns trabalhos realizados em torno desta temática. Também ajudou para estimular a nossa sensibilidade para o tema, as várias conferências que pudemos assistir, que em muito contribuíram, para nos alertar para certos pontos importantes acerca desta temática.

Este trabalho estará estruturado em três partes, sendo que na primeira parte traçar-se-á um quadro legislativo e factual que pretende, por um lado, dar conta da cimentação do costume de punir as crianças e, por outro lado, percorrer a evolução do direito das crianças. Na segunda parte, analisaremos o crime de violência doméstica, concretamente quanto ao bem jurídico que pretende tutelar, os tipos objectivo e subjectivo de ilícito, a tentativa, o concurso de crimes, causas de exclusão e/ou justificação da ilicitude, o procedimento criminal e, auxiliados pela sociologia e psicologia, iremos expor o conceito de violência doméstica, os tipos de violência abrangidos por este fenómeno, e as possíveis causas e consequências para a criança. Por fim, na terceira parte, iremos analisar a legislação sueca, brasileira e

neozelandesa relativamente à tolerância zero e, usando as técnicas do Benchmarking, pretendemos extrair o melhor daquelas legislações, para aplicar em Portugal.

Desta feita, tentaremos propor algumas alterações pertinentes para banir o castigo às crianças, nomeadamente aqueles realizados sob égide da vertente educativa. Trata-se, portanto, do nosso objectivo principal.

Trata-se de um tema sensível que tem (e deverá sempre ter) como foco principal a criança como ente particularmente indefeso e que, por isso, carece de uma maior protecção por parte de todo o nosso ordenamento jurídico e também da comunidade em geral.

É nesta óptica que este estudo em torno da protecção da criança vítima de castigos com finalidade educativa desenvolver-se-á, com um apelo à intervenção do Direito Penal para debelar essa violência

O método utilizado para a realização desta dissertação assenta na pesquisa e investigação bibliográficas (por referência a artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, manuais de direito penal, direito constitucional e de direito processual penal, relatórios internacionais e nacionais, entre outros), investigação legislativa (recorreremos a códigos anotados, Leis, Decretos-Leis, Declarações e Resoluções das mais variadas organizações, bem como, a actas de discussão dos projectos de lei). Desta forma, estaremos a recolher dados secundários que nos permitirão, posteriormente, desenvolver dados primários acerca da nossa investigação.

Creemos que esta temática revela grande importância a nível científico pois, não existe, entre nós, um estudo idêntico cuja análise, em torno deste tema, culmine com propostas de alteração ao ordenamento jurídico-penal interno, por alusão ao que melhor se tem feito noutros países. Da mesma forma, acreditamos ser de toda a pertinência jurídica, trazer à tona este tema cujas vítimas carecem de uma maior protecção a nível nacional.

Entendemos ainda que este estudo pode vir a trazer contributos ao nível político, pois pretendemos, com esta dissertação, definir linhas gerais possam vir a ser adoptadas pelo nosso legislador bem como por outras autoridades com responsabilidade acrescida nesta área.

Estas serão, portanto, as linhas gerais desta dissertação.

Parte I – Maus tratos a crianças: Da tradição de punição doméstica à evolução dos direitos das crianças

Capítulo I – A tradição de punição doméstica

1. Na Roma Antiga

Na Roma Antiga (período compreendido entre 753 a.C. e 476 d.C) conheciam-se dois grandes pólos: uma unidade maior, o Estado, enquanto colectividade de todos os cidadãos romanos e uma unidade pequena, a família.

A família, inicialmente, tinha um carácter de Grande Família abrangendo todas as pessoas que tinham vínculo familiar com o *paterfamilias* e, mais tarde, evoluiu para as chamadas Pequenas Famílias, mais reduzida e constituída apenas pelo *paterfamilias*, pela *uxor in manu* (esposa), pelos filhos (desde que não tenham sido emancipados ou adoptados por outra família) e pelos seus escravos¹.

O *paterfamilias* era então um cidadão romano, um homem livre com plena capacidade jurídica que desempenhava a figura de chefe daquela família, detendo um verdadeiro *vitae necisque potestas* (direito de vida e de morte) sobre a sua esposa e seus filhos.

A este poder sobre os *filii* (filhos) se dá o nome de *patria potestas*²⁻³ que abrangia a educação dos filhos (incluindo punições corporais), a escolha ou recusa de casamentos e até a sua venda como escravos⁴; o que significa dizer que, num período inicial, o *paterfamilias* detinha poderes ilimitados de disposição dos filhos.

Mais tarde, para impedir os abusos deste poder doméstico, com o direito sacral e, posteriormente, com a tutela dos bons costumes, a *patria potestas* do *paterfamilias* foi limitada e fiscalizada pelo Censor, uma das espécies de pretores. Já no Principado (época política romana situada entre 27 a.C e 284 d.C), agregou-se as proibições de abusos à *patria potestas* no próprio Direito⁵.

¹ KASER, Max – **Direito Privado Romano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999, p. 95.

² GAUDEMET, Jean – **Droit privé romain**. Domat droit privé. 2ª Edição. Paris: Montchrestien. 2000, pp. 208 – 210.

³ Distinto do poder que o *paterfamilias* detinha sobre os escravos, que se resumia ao direito de propriedade, visto que os filhos eram, para todos os efeitos, homens livres.

⁴ A este respeito, previa a Lei das XII Tábuas que “*si pater filium ter venum duit, filius a padre liber esto*”, ou seja, após a terceira venda do filho, este deixaria de estar subjugado à *patria potestas* do *paterfamilias*.

⁵ KASER, Max – **Direito Privado Romano**. *Ob. Cit.*, pp. 339 – 340.

2. Na Bíblia

A religião sempre esteve fortemente enraizada na nossa sociedade, pelo que a Bíblia muito contribuiu para a construção da tradição de punição doméstica. Desta forma, várias são as passagens bíblicas que se focam na educação que os pais devem dar a seus filhos.

Ensinaamentos como “*castiga a teu filho enquanto há esperança*” (PROVÉRBIOS 19:18) e “*castiga a teu filho, e te fará descansar; e dará delícias à tua alma*” (PROVÉRBIOS 29:17) são recorrentes na Bíblia, isto porque se considera que “*a vara e a repreensão dão sabedoria*” (PROVÉRBIOS 29:15). Também recorrentes são as ideias de que “*o que retém a sua vara aborrece a seu filho, mas o que o ama a seu tempo o castiga*” (em PROVÉRBIOS 13:24) e “*instrui ao menino no caminho em que se deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele*” (PROVÉRBIOS 22:6), tendo sempre presente que, assim como Deus castiga-nos porque nos ama, também nós devemos castigar a nossos filhos porque os amamos, como se prescreve em AOS HEBREUS 12:5-7, onde pode ler-se que “*Filho meu, não desprezes a correcção do Senhor, (...) porque o Senhor corrige o que ama, e açoita a qualquer que recebe por filho. Se suportais a correcção, Deus vos trata como filhos; porque, que filho há a quem o pai não corrija?*”⁶.

3. O caso específico de Portugal

3.1. Das “*Siete Partidas*” às Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas)

As “*Siete Partidas*” eram de um conjunto de normas jurídicas promulgadas no reinado de Dom Afonso X, no século XIII que estabeleciam algumas regras de convivência social e reguladoras das relações entre os cidadãos⁷. Importa-nos, especialmente nesta matéria, uma das Partidas que regulava o poder que os pais detinham sobre os filhos e o dever de obediência destes àqueles (Partida IV), bem como a pena de desterro a aplicar aos pais que excedessem a sua *patria potestad*, maltratando os seus filhos.

Sob o reinado de Dom Afonso V, concretamente no ano de 1446, surgiu o que se veio a chamar de Ordenações Afonsinas, que vigorou entre nós até 1512, data em que se

⁶ BÍBLIA SAGRADA (Novo Testamento), traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

⁷ MARTINS, Ernesto Candeias – Menores Delinquentes e Marginalizados: Evolução da política Jurídico-Penal e Sociopedagógica até à 1ª República. **Infância e Juventude: Revista do Instituto de Reinserção Social**. Lisboa: Direcção-Geral de Inserção Social. N.º 4 (Outubro-Dezembro 1998), p. 75.

promulgou as Ordenações Manuelinas. Estas Ordenações tiveram uma grande notoriedade na história do direito português pois “*constituem a síntese do trajecto que desde a fundação da nacionalidade [...] afirmou e consolidou a autonomia do sistema jurídico nacional no conjunto peninsular*”⁸. Contudo, esta compilação de ordens régias nada prescrevia em relação à educação e/ou abusos que pudessem existir no seio familiar.

À semelhança das Ordenações Afonsinas, também as Ordenações Manuelinas (com uma primeira edição impressa possivelmente entre 1512 e 1513, mas publicada em definitivo em 1521; e que vigorou até 1603⁹) não ofereciam qualquer preocupação com as regras a ter em conta na educação de um filho e muito menos com os limites do poder educacional dos pais.

As Ordenações Filipinas (apesar de concluídas em 1595, só foram validadas em 1603; e manteve-se vigente até 1830), decretadas no reinado de D. Filipe II¹⁰, em similitude com as duas Ordenações anteriores não proibia o castigo dos filhos como método de educação, apenas define a responsabilidade exclusiva dos pais na criação e educação dos filhos.

3.2. O Código Civil de Seabra

Após duas Constituições (a de 1822 e a de 1826) e sob ideais jusracionalistas (também por influência do Código Civil francês – o Código Napoleónico – e pelo Código Civil Alemão – o *Bürgerliches Gesetzbuch*), foram, em 1850, confiados os trabalhos preparatórios de um Código Civil ao Visconde de Seabra; Código Civil este que acabou por ser promulgado em 1867¹¹. Com imensos defeitos mas também com muitas virtudes, este código serviu perfeitamente as exigências da sua época, sendo, em muitos pontos, bastante inovador, ultrapassando muitas expectativas¹².

E realça-se, desde logo, o facto de prever normas relativamente ao poder paternal no que concerne especialmente à educação dos filhos. Ora vejamos, o art. 138.º estabelece que “*é ao pai que especialmente compete, durante o matrimónio, como chefe de família, dirigir, representar e defender seus filhos menores, tanto em juízo como fora dêle*”, prescrevendo no mesmo normativo que “[a]s mães participam do poder paternal e devem ser ouvidas em tudo o que diz respeito aos interesses dos filhos”, tanto que, “*em caso de ausência ou doutro*

⁸ COSTA, Mário Júlio de Almeida – **História do Direito Português**. 5ª Edição Revista e Actualizada. Coimbra: Almedina. 2012, pp. 310 a 311.

⁹ *Idem, ibidem...* pp. 314 e 315.

¹⁰ *Idem, ibidem...* pp. 321 e 326.

¹¹ *Idem, ibidem...* pp. 477 e 479.

¹² *Idem, ibidem...* pp. 481.

impedimento do pai, fará a mãe as suas vezes”, como remata o art. 139.º. Como prevê o art. 140.º, os pais devem, segundo as suas posses e condição, dar aos seus filhos os alimentos necessários e ocupação conveniente e, conforme o art. 142.º, devem os filhos, a todo o tempo, “*honrar e respeitar os seus pais e cumprir os seus preceitos em tudo o que não seja ilícito*”.

Este poder paternal, quanto aos filhos menores, não está sujeito a qualquer limitação contudo, caso seja abusivo, “*os pais poderão ser punidos, na conformidade da lei geral, e inibidos de reger as pessoas e bens de seus filhos*”, conforme estabelece o art. 141.º. A parte mais inovadora, a nosso ver, reside no facto de, caso os pais considerem os seus filhos “*desobedientes e incorrigíveis*”, poderão recorrer à autoridade judicial para que sejam aqueles encerrados em casas de correcção durante um prazo máximo de trinta dias, segundo o art. 143.º; podendo os pais, a qualquer momento, retirá-los deste cativeiro, conforme estabelece o art. 144.º.¹³

Daqui resulta que o chamado *ius corrigendi* estava, em pleno, nas mãos dos pais que poderiam transferir esse poder para as casas de correcção, onde os filhos seriam repreendidos e corrigidos. Importa ainda referir que este Código Civil manteve-se em vigor até 1977, data em que foi revogado e substituído pelo nosso actual Código Civil.

3.3. Do Estado Novo à actualidade

Após a queda da Monarquia em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, instaurou-se a chamada Primeira República, de cariz parlamentar; que veio a perecer aquando do golpe militar de 28 de Maio de 1926¹⁴. Este Golpe de Estado deu-se, especialmente porque, em 16 anos, a Primeira República mostrou ser um fracasso devido à instabilidade política vivida; recorda-se, a este respeito que, neste período, existiram oito Presidentes da República e 39 Governos com diferentes chefes¹⁵.

Instaurada a Ditadura Militar, foi aprovada por plebiscito em 1933 uma nova Constituição. Nesta, especialmente no seu Título III (com a epígrafe ‘Da Família’) pode ler-se no art. 11.º que “*o Estado assegura a constituição e defesa da família, [...] como base primária da educação, da disciplina e da harmonia social*”¹⁶, ora, entendemos que,

¹³ PORTUGAL – **Código Civil Português: Anotado**. Por José Dias Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I. 1870-1876. Pp. 179 a 186.

¹⁴ COSTA, Mário Júlio de Almeida – **História do Direito Português**. 5ª Edição Revista e Actualizada. Coimbra: Almedina. 2012, pp. 539 a 540.

¹⁵ *Idem, ibidem*... pp. 557 a 558.

¹⁶ PORTUGAL – **Constituição de 1933**. Disponível online na URL: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

precisamente aqui, o Estado dava a abertura necessária para a educação e disciplina rígida dos pais aos filhos pois só assim se alcançaria a paz social.

Sob o lema “*Deus, Pátria e Família*”, considerados os três pilares da sociedade, entendia-se que a educação dos filhos deveria seguir as regras da Igreja (de respeito e obediência dos filhos aos pais e punição doméstica com castigos corporais destes àqueles, como já referimos no Ponto 2 deste mesmo Capítulo) e as crianças deveriam, desde pequenas, ser moldadas sob valores de ordem e disciplina, desenvolvimento da capacidade física, respeito e defesa da pátria, e por isso, ingressavam na chamada Mocidade Portuguesa (uma organização infanto-juvenil criada durante o Estado Novo).

Ainda no período de Estado Novo assistiu-se à compilação de um novo Código Civil (ainda em vigor entre nós, embora com muitas alterações) que entrou em vigor em 1967. Neste, mais concretamente no art. 1884.º sob a epígrafe ‘Poder de correcção’ podia ler-se que “*compete aos pais o poder de corrigir moderadamente o filho nas suas faltas*”, contudo não se fixava os limites ao “*moderadamente*”, o que, de família para família poderia variar e, consequentemente, criar uma lacuna para a existência de abusos. Após a queda da Ditadura com a Revolução de 25 de Abril de 1974, esta norma veio a ser revogada pelo Decreto-Lei n.º 297/77 de 25 de Novembro que, relativamente ao poder paternal, passou a prever que “*os filhos estão sujeitos ao poder paternal até a maioridade ou emancipação*” (art. 1877.º) e “*compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação [...] e administrar os seus bens*” (art. 1878.º n.º 1)¹⁷.

Visualiza-se então uma mudança de paradigma pois, se existia uma norma que permitia aos pais o castigo (desde que moderado) dos filhos, e com esta alteração da lei civil, ela deixa de existir, então talvez o legislador queira dizer que dentro da educação dos filhos não deverá existir castigos e, consequentemente, deverá encerrar-se esta tradição enraizada de que a educação tem, obrigatoriamente, que passar pela punição, muitas vezes com recurso aos castigos corporais.

¹⁷ Importa referir que em muito contribuiu para esta mudança de paradigma a entrada em vigor da Constituição de 1976 que ainda hoje produz efeitos entre nós. Esta, baseada na dignidade da pessoa humana (como estabelece o art. 1.º), a nossa CRP determina no art. 9.º al. b) que compete ao Estado “*garantir os direitos e liberdades fundamentais*”. A par dos princípios gerais em matéria de direitos e deveres fundamentais, como o princípio da universalidade e da igualdade (arts 12.º e 13.º, respectivamente), o nosso diploma fundamental prevê no art. 25.º que a integridade moral e física das pessoas é inviolável e que ninguém deve ser submetido a tratos degradantes ou desumanos; e, conforme o disposto no art. 26.º, a “*lei garantirá a dignidade pessoal*”. Já o art. 36.º n.º 5 do mesmo diploma estatui que “*os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos*”. Também a saúde é um direito que assiste a todos os cidadãos e que compete ao Estado assegurá-la, por via do art. 64.º da CRP; bem como o direito à família preconizado pelo art. 67.º. Não pode olvidar que o art. 69.º e 70.º da CRP tratam especificamente dos direitos à infância e à juventude, assim como, no art. 74.º, o direito ao ensino. Facilmente se entende que o leque de direitos e garantias próprios das crianças é alargado, contudo, muito frequentemente, a situação de vida da criança pode ser muito adversa aos próprios direitos que lhe estão inerentes.

Capítulo II – Evolução dos direitos das crianças

Desde o início do século XX, a criança tornou-se um foco nas preocupações internacionais, principalmente pelo facto de se tratar de um ser particularmente indefeso, o que facilmente as distingue da maioria dos adultos. Toda a ideia de protecção em torno das crianças é corroborada em razão destas, na maioria dos casos, não terem consciência do bem e do mal, do certo e do errado; e é desta forma que se lhes devem facultar direitos e as proteger de algumas condutas (nocivas) dos adultos.

É imperativo, nesta etapa, lembrar um dos primeiros casos conhecidos de violência intra-familiar contra crianças, ocorrido nos Estados Unidos em 1874. Trata-se do caso de uma menina de nove anos, de seu nome Mary Ellen Wilson (1864-1956). Mary Ellen, após a morte de seu pai (Thomas Wilson) e face a dificuldades económicas da mãe (Francis Wilson), é entregue aos cuidados de Mary Score, permitindo que a sua mãe pudesse trabalhar fora. Francis Wilson deixa de cumprir as suas obrigações de enviar dinheiro e visitá-la, o que leva a que Mary Score a entregue ao Departamento de Caridade; esta instituição dá-a ilegalmente para adopção ao casal Mary e Thomas McCormack (que afirma ser seu pai biológico). Thomas acaba também por falecer e Mary McCormack casa-se com Francis Connolly, mudando-se para outra casa. Mary McCormack Connolly começa a maltratar e negligenciar Mary Ellen e os seus vizinhos tomando conta da situação da criança relataram o mesmo a Etta Wheeler, que frequentemente visitava aquela zona na ânsia de ajudar famílias desfavorecidas.

Etta conhece assim Mary McCormack Connolly e, conseqüentemente, a situação em que vivia Mary Ellen, e face à relutância em intervir por parte das autoridades, Etta procurou ajuda em Henry Bergh, fundador da *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals* para tirar Mary Ellen daquela família, com o pretexto de que “*ela é um pequeno animal com certeza*”, visto que a lei sobre a aplicação de castigos a crianças não resultava. Com o testemunho de inúmeros vizinhos e da própria Mary Ellen, Mary Connolly foi acusada de agressão e a pequena Mary Ellen foi conduzida para um abrigo institucional para raparigas adolescentes. Deste modo, toda a publicidade em torno deste caso gerou um forte movimento para a criação de um sistema formalizado de protecção de crianças¹⁸.

¹⁸ Traduzido e adaptado de WATSON *apud* AMERICAN HUMANE ASSOCIATION. Disponível online em <URL: <http://www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/mary-ellen-wilson.html>>.

Nesta esteira de pensamento, torna-se importante fazer uma breve alusão a alguns diplomas e eventos internacionais que impulsionaram a justificaram uma maior protecção das crianças. Analisemos então alguns diplomas e factos antecedentes e subsequentes à Declaração dos Direitos das Crianças (de 1924, vulgarmente conhecida como Declaração de Genebra), à Declaração dos Direitos das Crianças (de 1959) e à Convenção sobre os Direitos da Criança (datada de 1989).

1. Dos inícios do século XX à Declaração dos Direitos das Crianças de 1924 (Declaração de Genebra)

1.1. A criação do Comité para Protecção da Infância

Em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações (uma organização internacional fundada em 28 de Abril de 1919, em Versalhes, através de um Pacto assinado pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, pacto este incluído na I Parte do Tratado de Versalhes, assinado a 28 de Junho de 1919), criou o Comité para Protecção da Infância que, a par com os Estados, passa a ter também soberania no que toca aos direitos das crianças¹⁹.

1.2. O Save the Children Fund

Em Maio do mesmo ano, em Londres, EGLANTYNE JEBB cria o *Save the Children Fund*, com o objectivo de alimentar milhares de crianças refugiadas por toda a Europa, no pós-Primeira Guerra Mundial.

EGLANTYNE JEBB defendia que “*não podemos deixar as crianças indefesas expostas à ruína – moral ou física*” [tradução nossa] e “*não podemos correr o risco de os ver chorar, passar fome, cair em desespero e morrer, sem nunca ter uma mão estendida para ajudá-los*”²⁰ [tradução nossa].

¹⁹ TOMÁS, Catarina – **Um roteiro pela história dos direitos das crianças**. In Alicerces. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa. 2012, p. 18. Disponível *online* em <URL: www.ipl.pt/sites/ipl.pt/files/alicerces_5.pdf> [acedido a 05 de Novembro de 2014, pelas 19h05m].

²⁰ SAVE THE CHILDREN – **History**, 2014. Disponível *online* em <URL: <http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6229507/>> [Acedido em 07 de Novembro de 2014, pelas 01h14m].

1.3. *A International Save the Children Union e a Declaração dos Direitos das Crianças de 1924*

Desta forma, em 1923, EGLANTYNE elaborou, no âmbito da *International Save the Children Union*, um documento com alguns direitos das crianças, posteriormente adoptado e aprovado pela Sociedade das Nações a 26 de Janeiro de 1924²¹, como a Declaração dos Direitos das Crianças (vulgarmente conhecida como a Declaração de Genebra)²².

Trata-se de um passo importante para a conscientização de que as crianças necessitam verdadeiramente de protecção num plano internacional, proclamando, pela primeira vez, os direitos das crianças²³.

Neste diploma é possível ler-se que: “*os homens e as mulheres de todas as nações reconhecem que a Humanidade deve dar à criança o que possui de melhor e afirmam como seus deveres: a criança deve ser protegida independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença; a criança deve ser auxiliada respeitando-se a integridade da família; a criança deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente; a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança deficiente deve ser auxiliada; a criança inadaptada deve ser reeducada; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos; a criança deve ser a primeira a receber socorros em tempo de infortúnio; a criança deve beneficiar plenamente de medidas de previdência e de seguro sociais; a criança deve ser colocada em condições de, no momento oportuno, ganhar a sua vida e deve ser protegida contra qualquer exploração; a criança deve ser educada no sentimento de que as suas melhores qualidades devem ser postas ao serviço dos seus irmãos.*”²⁴.

Da leitura desta Declaração facilmente se percebe que se trata de um texto breve e bastante genérico, não perdendo contudo o mérito pois constituiu um marco na evolução dos direitos das crianças, servindo de alicerce para os diplomas que lhe seguiram.

²¹ Em 1934, esta Declaração passou a denominar-se de Declaração de Genebra.

²² Note-se que a adesão de Portugal a esta Declaração deu-se a 20 de Dezembro de 1952.

²³ CÉSAR, Orlando – **legislação protecção de crianças. Os direitos das crianças em perspectiva**. Com o apoio da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Instituto da Segurança Social, Sindicato dos Jornalistas. Financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica - Fundo Social Europeu. [S.L.]: Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, 2011. Disponível online em <URL:

http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/int_legislacao_protercancas.html>.

²⁴ Disponível online em <URL: <http://cedic.iec.uminho.pt/legislacao/leis/declardirci1923.htm>>.

2. Da Declaração Universal dos Direitos do Homem à Declaração dos direitos das crianças de 1959

2.1. *A Declaração Universal dos Direitos do Homem*

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e perante todas as atrocidades nela cometidas, em Abril de 1945 reuniram-se cinquenta nações, na cidade de São Francisco (Estados Unidos da América), com o objectivo de criar uma organização internacional que promovesse a paz e protegesse os povos. Daqui resultou a Organização das Nações Unidas²⁵.

Desempenhando os objectivos que se propunha a realizar, a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 217-A (III), a 10 de Dezembro de 1948, proclama a “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”²⁶ como ideal comum a atingir por todos os povos e as nações, a fim de que todos os indivíduos (...) se esforcem (...) por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades”, como prevê o seu preâmbulo. Deste diploma constam trinta artigos dos quais ressaltamos o art. 1.º, onde pode ler-se que “*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*”²⁷; o art. 16.º n.º 3 que prescreve que “*a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado*” e ainda o art. 29.º n.º 1, relativo aos deveres e limites dos direitos que determina que “*o indivíduo tem deveres para com a comunidade fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade*”.

Para efectivar e assegurar o reconhecimento e aplicação universais dos direitos e liberdades proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a 4 de Novembro de 1950, em Roma, os membros do Conselho da Europa aprovam a chamada Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais²⁸; cujo art. 19.º dispõe que para assegurar o respeito dos compromissos tomados pelas partes contratantes criam-se uma Comissão Europeia de Direitos do Homem (cujo regime legal encontra-se previsto no

²⁵ Disponível online em <URL: <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/brief-history/the-united-nations.html>>.

²⁶ SEARA, Fernando Roboredo [et al.] – **Textos Fundamentais de Direito Constitucional**. Lisboa: SPB – Editores e Livrários, Lda. 1996 – pp. 975 – 984

²⁷ Cujo conteúdo pretende, a nosso ver, fazer renascer os ideais da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

²⁸ Entre nós, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (e os seus cinco primeiros protocolos) foi aprovada para ratificação pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro.

Título III) e um Tribunal Europeu de Direitos do Homem (cuja características estão previstas no Título IV deste diploma)²⁹.

2.2. A Declaração dos Direitos das Crianças de 1959

No final da década de 50, concretamente a 20 de Novembro de 1959, foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV) a Declaração dos Direitos das Crianças³⁰, diploma este que preconiza no seu preâmbulo que “*a Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar*”, com base “*na dignidade do Homem e no valor da vida humana*” e “*por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de protecção e cuidados especiais*”.

O art. 2.º deste diploma estabelece que “*a criança gozará de uma protecção especial e beneficiará de oportunidades e serviços dispensados pela lei e outros meios, para que possa desenvolver-se física, intelectual, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade [...] a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.*”.

Acrescenta no seu art. 6.º que “*a criança precisa de amor e compreensão para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade. Na medida do possível, deverá crescer com os cuidados e sob a responsabilidade dos seus pais e, em qualquer caso, num ambiente de afecto e segurança moral e material*”. Já o art. 8.º prescreve que “*a criança deve, em todas as circunstâncias, ser das primeiras a beneficiar de protecção e socorro*”.

E encerra o diploma, no art. 10.º referindo que a criança “*deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, e com plena consciência de que deve dedicar as suas energias e aptidões ao serviço dos seus semelhantes.*”.

2.3. O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais

A 12 de Dezembro de 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em conformidade com os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e com a Declaração Universal dos

²⁹ SEARA, Fernando Roboredo [et al.] – **Textos Fundamentais**. Ob. Cit., pp.985 - 1016.

³⁰ Disponível online em <URL: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>>.

Direitos do Homem, emanou o chamado Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que entrou em vigor a 3 de Janeiro de 1977³¹.

No art. 1.º deste diploma³² prevê-se que “*todos os povos tem o direito a dispor deles mesmos. Em virtude deste direito, eles determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.*”; sendo que o art. 10.º, directamente focado na família consagra que “*os Estados Partes no presente Pacto reconhecem que: [...] Uma protecção e uma assistência mais amplas possíveis serão proporcionadas à família, que é o núcleo elementar natural e fundamental da sociedade, particularmente com vista à sua formação e no tempo durante o qual ela tem a responsabilidade de criar e educar os filhos.*”, acrescentando que “*crianças e adolescentes devem ser protegidos contra a exploração económica e social. O seu emprego em trabalhos de natureza a comprometer a sua moralidade ou a sua saúde, capazes de pôr em perigo a sua vida, ou de prejudicar o seu desenvolvimento moral deve ser sujeito à sanção da lei. Os Estados devem também fixar os limites de idade abaixo dos quais o emprego de mão-de-obra infantil será interdito e sujeito às sanções da lei.*”. Importa ainda referir o art. 13.º relativo ao direito à educação, revelando que “*a educação deve habilitar toda a pessoa a desempenhar um papel útil numa sociedade livre, promover compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações e grupos, raciais, étnicos e religiosos, e favorecer as actividades das Nações Unidas para a conservação da paz.*”.

2.4. O Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos

A 16 de Dezembro de 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas, alicerçada sobre os mesmos princípios do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos³³, Sociais e Culturais, proclamou o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, que entrou em vigor a 23 de Março de 1976. Este Pacto³⁴, muito semelhante ao anterior no que diz respeito às regras comuns, consagra expressamente um artigo às crianças, nomeadamente referindo que “*qualquer criança, sem nenhuma discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, propriedade ou nascimento, tem direito, da parte da sua família, da sociedade e do Estado, às medidas de protecção que exija a sua condição de menor.*”.

³¹ Entre nós, a versão oficial foi publicada no Diário da República, I Série, n.º 157, de 11 de Julho de 1978.

³² PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – **Textos de Direito Internacional**. Coimbra: Coimbra Editora. 2ª Edição. 2013, pp. 217 a 227.

³³ Cujas versão oficial portuguesa foi publicada no Diário da República, I Série, n.º 133, de 12 de Junho de 1978.

³⁴ PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – **Textos de Direito Internacional**. Coimbra: Coimbra Editora. 2ª Edição. 2013, pp. 197 a 215.

2.5. A Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho

Em 1973, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 58ª reunião adoptou, a 26 de Junho, a Convenção n.º 138 relativa à idade mínima de admissão ao emprego³⁵, que entrou em vigor na ordem internacional a 19 de Junho de 1976³⁶, com o objectivo de, conforme o disposto no preâmbulo, “*adoptar um instrumento geral sobre esta questão, que deve substituir gradualmente os instrumentos existentes aplicáveis a sectores económicos limitados, com vista à abolição total do trabalho das crianças.*”, complementando com a parte final do art. 1.º, “*a um nível que permita aos adolescentes atingirem o mais completo desenvolvimento físico e mental*”.

O art. 2.º n.º 3 deste diploma refere que “*a idade mínima especificada [...] não deverá ser inferior à idade em que terminar a escolaridade obrigatória, nem, em qualquer caso, a 15 anos.*”.

Excepcionalmente, dispõe o n.º 4 deste artigo que qualquer membro que tenha a sua economia e instituições escolares pouco desenvolvidas podem, especificar uma idade mínima de 14 anos para admissão ao emprego, mas apenas depois de sondar as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados; e, caso defina a idade mínima de 14 anos, obriga o n.º 5 deste artigo que o membro apresente relatórios (no âmbito do art. 22.º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho) que declare que o motivo da sua decisão persiste ou que renuncia a prevalecer-se do n.º 4 a partir de determinada data.

Importa ainda referir o art. 3.º da presente Convenção que prescreve que “*a idade mínima de admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, pela sua natureza ou pelas condições em que se exerça, for susceptível de comprometer a saúde ou a moralidade dos adolescentes não deverá ser inferior a 18 anos.*”, sendo que o art. 7.º define que poderão ser definidas pelas legislação nacional alguns trabalhos leves que autorizem o emprego de crianças com idade compreendidas entre 13 e 15 anos, desde que não prejudiquem a sua saúde e o seu desenvolvimento e desde que não tenham uma natureza capaz de prejudicar a assiduidade escolar, assim como a sua participação em programas de orientação ou formação profissionais ou a sua capacidade de beneficiar da instrução recebida.

³⁵ Disponível online em <URL: <http://www.gdgc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-138.html>>.

³⁶ Em Portugal, esta convenção foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/98 de 19 de Março, tendo efectivamente entrado em vigor no nosso ordenamento jurídico a 20 de Maio de 1999.

3. Da Convenção sobre os direitos das crianças aos diplomas e compromissos posteriores

3.1. A Convenção sobre os Direitos da Criança

De extrema importância na temática dos direitos da criança foi o surgimento da Convenção sobre os Direitos da Criança³⁷, adoptada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 44/25, de 20 de Novembro de 1989³⁸, que no seu preâmbulo vem relembrar os princípios das Nações Unidas, bem como a *“necessidade de garantir uma protecção especial à criança [...] enunciada pela Declaração de Genebra de 1924 sobre os direitos da criança e pela Declaração dos Direitos da Criança adoptada pelas Nações Unidas em 1959, e [...] reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (nomeadamente nos artigos 23.º e 24.º), pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (nomeadamente o artigo 10.º) e pelos estatutos e instrumentos pertinentes das agência especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem-estar da criança”*.

Poderemos alicerçar esta Convenção em quatro grandes pilares, a saber: princípio da não discriminação (conforme art. 2.º), respeito pelo superior interesse da criança (segundo o art. 3.º), respeito pelo direito à vida, à sua sobrevivência e normal desenvolvimento (presente no art. 6.º) e por fim, não menos importante, o respeito pelas opiniões da criança (consagrado no art. 12.º).

Logo no seu art. 1.º define criança como *“todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”*³⁹.

No que respeita ao princípio da não discriminação, os Estados estão obrigados a garantir que as crianças não sofram qualquer tipo de discriminação, independentemente *“de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.”*

³⁷ Disponível online em <URL: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>.

³⁸ Em Portugal foi assinado a 26 de Janeiro de 1990 e aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro; posteriormente ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de Setembro; e alvo de depósito de ratificação junto do Secretário-Geral das Nações Unidas a 21 de Setembro de 1990, tendo entrado em vigor em Portugal a 21 de Outubro de 1990.

³⁹ A definição coincide com a menoridade civil prevista no art. 122.º do nosso Código Civil que estabelece que *“é menor quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade”*.

No art. 3.º deste diploma, atende-se ao superior interesse da criança para todas as decisões que digam respeito à criança, acrescentando-se no art. 18.º n.º 1 *in fine* que “o *interesse superior da criança deve constituir a sua [dos pais] preocupação fundamental*”.

Relativamente ao respeito pelo direito à vida, à sua sobrevivência e normal desenvolvimento previsto no art. 6.º da presente Convenção, o mesmo ainda é alargado pelos direitos patentes no art. 8.º (acerca da protecção da identidade), art. 9.º (no que concerne ao direito de viver com os pais, salvo se o mesmo for inconciliável com o superior interesse da criança), art. 20.º (protecção da criança privada de ambiente familiar), art. 23.º (no que tange às crianças deficientes), art. 24.º (relativo ao direito à saúde e serviços médicos), art. 27.º (acerca do nível de vida necessário ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social), art. 28.º e 29.º (relativos à educação) e art. 31.º (quanto ao lazer e cultura).

Quanto à opinião da criança, patente no art. 12.º, dá-se oportunidade às crianças que, com capacidade de discernimento, possam exprimir livremente a sua opinião no que lhe diga respeito, assim como nos processos judiciais e administrativos, deverá assegurar-se a possibilidade de a criança ser ouvida (directamente ou através de representante).

Esta garantia de exprimir livremente a sua opinião é ainda ampliada pela liberdade de expressão (art. 13.º), liberdade de pensamento, consciência e religião (art. 14.º) e liberdade de associação (art. 15.º) que são conferidas às crianças, nesta Convenção.

Torna-se ainda importante referir um aspecto inovador desta Convenção que consagra especificamente o art. 19.º para a protecção das crianças contra maus tratos e negligências intrafamiliares.

Neste pode ler-se que “os *Estados Partes* [devem tomar] *todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo violência sexual*”; acrescentando que essas medidas devem incluir “*processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e aqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial*”.

3.2. O Encontro Mundial de Cúpula pela Criança

Em 29 e 30 de Setembro de 1990, realizou-se na sede da ONU em Nova Iorque, o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, por iniciativa da UNICEF. Deste encontro resultou a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança, um plano de acção para relembrar as nações para implementarem a Convenção dos Direitos das Crianças e tomarem consciência de que devem agir rapidamente nomeadamente em relação à redução da mortalidade infantil, à proibição da exploração, abuso e violência, erradicar o trabalho infantil e garantir a educação e os bens essenciais à sua sobrevivência, concretamente, o acesso à água potável e a refeições adequadas. Isto porque o objectivo foi “*o de assumir um compromisso conjunto e fazer um veemente apelo universal: dar a cada criança um futuro melhor. (...) A criança é inocente, vulnerável e dependente. Também é curiosa, activa e cheia de esperança. [O] seu universo deve ser de alegria e paz, de brincadeiras, de aprendizagem e crescimento. [O] seu futuro deve ser moldado pela harmonia e pela cooperação. [O] seu desenvolvimento deve transcorrer à medida que amplia suas perspectivas e adquire novas experiências. (...) Mas para muitas crianças, a realidade da infância é muito diferente.*”⁴⁰.

Para tal, definiram “*o desafio*”, “*a oportunidade*”, “*a tarefa*”, “*o compromisso*” e “*o próximo passo*” (partes desta Declaração), culminando com um Plano de acção para a implementação da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança para os anos 90, que incide sobre (1) a saúde infantil, (2) a alimentação e nutrição, (3) o papel da mulher, saúde materna e planeamento familiar, (4) o papel da família, (5) a educação básica e alfabetização, (6) crianças em circunstâncias particularmente difíceis, (7) a protecção das crianças em conflitos armados, (8) a criança e o ambiente, (9) a erradicação da pobreza e retoma do crescimento económico; e com acções a nível nacional e internacional, bem como com metas para a infância e desenvolvimento nos anos 90.

3.3. A Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho

A 17 de Junho de 1999, a Organização Internacional do Trabalho, na sua 87.ª Sessão em Genebra adoptou a Convenção n.º 182 relativa à interdição das piores formas de trabalho

⁴⁰ Disponível online em <URL:http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex42.htm>.

das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação; com entrada em vigor na ordem internacional a 19 de Novembro de 2000⁴¹.

Para efeitos desta Convenção, segundo o disposto no art. 3.º, a expressão ‘as piores formas de trabalho infantil’ abarca “*todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados; [...] a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espetáculos pornográficos; [...] a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes; [...] os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou a moralidade de criança.*”⁴².

Importa ainda referir que as medidas de acção imediata definidas nesta Convenção vêm ao encontro do que também se afirmou na Recomendação n.º 190 da Organização Internacional do Trabalho, datada de 1 de Junho de 1999.

3.4. Os Protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos das Crianças (relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis e relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados)

Em 25 de Maio de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou dois Protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989, um relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis⁴³ e outro relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados⁴⁴.

No que diz respeito ao Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis⁴⁵, “*gravemente inquietos perante significativo e crescente tráfico internacional de crianças para fins de venda de crianças, prostituição e pornografia infantis*”

⁴¹ Em Portugal foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 47/2000, de 1 de Junho, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 127/2000; ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2000, de 1 de Junho, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 127/2000; ratificação esta comunicada para registo ao Director Geral da Repartição Internacional do Trabalho a 15 de Junho de 2000; com o aviso de depósito do instrumento de ratificação n.º 173/2000, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 193/2000, de 22 de Agosto; com entrada em vigos na nossa ordem jurídica a 15 de Junho de 2001.

⁴² Disponível online em <URL:http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/normativeinstrument/wcms_c182_pt.pdf>.

⁴³ Este Protocolo Facultativo foi ratificado pela República Portuguesa a 16 de Maio de 2003.

⁴⁴ Tendo sido este Protocolo ratificado por Portugal a 19 de Agosto de 2003.

⁴⁵ Disponível online em <URL: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>.

e com “a prática generalizada e contínua do turismo sexual à qual as crianças são especialmente vulneráveis”, “acreditando que são necessárias medidas de sensibilização pública para reduzir a procura”, entre várias imposições, dispõe o art. 6.º n.º 1, conjugado com o art. 3.º que “os Estados Partes deverão prestar-se mutuamente toda a colaboração possível no que concerne a investigações ou processos criminais ou de extradição que se iniciem relativamente às infracções” de venda de crianças (oferta, entrega ou aceitação da mesma) para fins de exploração sexual, transferência dos órgãos com intenção lucrativa ou a sua submissão a trabalhos forçados; de prostituição infantil (oferta, obtenção, procura ou entrega de criança para esse fim); de pornografia infantil (que abrange a produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse).

Impõe também aos Estados Partes a adopção de “medidas adequadas para proteger, em todas as fases do processo penal, os direitos e interesses das crianças vítimas” destas práticas proibidas, conforme espelha o art. 8.º; e também adoptar medidas administrativas, políticas e programas sociais a fim de prevenir a ocorrência destas infracções, promovendo a sensibilização do público em geral pela difusão de informação nos meios apropriados mas também através da educação e formação.

Quanto ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados⁴⁶, “preocupados com o impacto nocivo e alargado dos conflitos armados nas crianças e com as suas repercussões a longo prazo em matéria de manutenção da paz, segurança e desenvolvimento duradouros” e “notando que a vigésima-sexta Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho realizada em Dezembro de 1995 recomendou, inter alia, que as partes num conflito adoptem todas as medidas possíveis para evitar que as crianças com menos de 18 anos participem em hostilidades”, dispõe o art. 2.º deste Protocolo que devem os Estados Partes assegurar que as pessoas que não atingiram a idade de 18 anos não sejam alvo de recrutamento obrigatório nas suas forças armadas, reconhecendo-se no art. 3.º n.º 1, *in fine* que “as pessoas abaixo de 18 anos têm direito a uma protecção especial”.

Segundo o art. 4.º n.º 1, também os grupos armados distintos das forças armadas de um Estado não devem, em circunstância alguma recrutar ou usar pessoas com idades abaixo dos 18 anos em hostilidades. Assim, dispõe o n.º 2 que os Estados devem adoptar medidas jurídicas que proibam e punam tais práticas.

⁴⁶ Disponível online em <URL: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>.

3.5. O Fórum Infantil

Entre 5 e 7 de Maio de 2002, a UNICEF e outras organizações análogas organizaram o primeiro Fórum infantil, onde compareceram um número significativo de crianças, representando vários países do mundo⁴⁷. Na Sessão de Abertura deste Fórum Infantil, KOFI ANNAN, Secretário-Geral da ONU, referiu que *“your presence here marks a new chapter in the history of the United Nations. [...] That is a tremendous breakthrough. It is also obviously right. This is a special session for you and your fellow children around the world. It is right and necessary that you should play your part in it. We all want a better world for children. But so far, it is adults that have called the shots. Now, we are going to build a better world with children. It’s high time that we adults hear what you have to say.”*⁴⁸. Este foi o mote perfeito para o que se seguiu.

3.6. A Sessão Especial sobre a Criança

Nos dias que se seguiram ao Fórum Infantil, mais concretamente, de 8 a 10 de Maio de 2002, realizou-se na sede da ONU em Nova Iorque a Sessão Especial sobre a Criança, na vigésima-sétima reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Pretendeu-se nesta sessão especial abarcar quatro áreas, a saber: a promoção de uma vida saudável; uma educação de qualidade para todos; proteger as crianças contra abusos, exploração e violência; e combater o HIV. Assim, sob estas matérias foram delineadas metas para o próximo milénio num Pacto denominado de “Um mundo para as crianças”; cujo ponto 31 refere que *“nós, os governos que participamos da sessão especial, comprometemo-nos a implementar o Plano de Acção considerando a possibilidade de adoptar medidas como as seguintes: a) Colocar em prática, conforme apropriado, leis, políticas e planos de acção nacionais eficazes e destinar recursos para realizar e proteger os direitos das crianças e assegurar seu bem-estar; b) Estabelecer ou fortalecer órgãos nacionais, como, entre outros, mediadores independentes que defendam os direitos das crianças, quando proceda, ou outras instituições para promover e proteger os direitos das crianças; c) Elaborar sistemas nacionais de acompanhamento e avaliação para avaliar os efeitos das medidas que tenhamos*

⁴⁷ UNICEF – UN Special Session on Children Newsletter. N.º 5. New York. October, 2002. Disponível online em <URL: http://www.unicef.org/specialsession/docs_new/documents/newsletter-no5.pdf>.

⁴⁸ UNICEF – Guest speeches. United Nations Special Session on Children. Maio 2002. Disponível online em <URL: <http://www.unicef.org/specialsession/press/02esp06kofiannan.htm>>.

*adoptado em relação às crianças; d) Promover ampla consciência e compreensão dos direitos das crianças.”*⁴⁹.

3.7. A Convenção de Istambul

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra Mulheres e a Violência Doméstica, vulgarmente conhecida como a Convenção de Istambul, por ter sido aí adoptada a 11 de Maio de 2011, foi aprovada entre nós pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de Janeiro⁵⁰.

No Preâmbulo deste diploma afirma-se que “*as crianças são vítimas de violência doméstica, designadamente como testemunhas de violência na família*” e “*aspirando a criar uma Europa livre de violência contra as mulheres e de violência doméstica*”, a Convenção assume como finalidades, conforme o estabelecido no art. 1.º, conceber um quadro global com políticas e medidas de protecção e assistência a todas as vítimas de violência doméstica, promover a cooperação internacional para debelar este tipo de violência, bem como apoiar e assistir as organizações responsáveis pela aplicação da lei para que funcionem de forma harmonizada; encorajando, segundo o disposto no art. 2.º n.º 2, a “*aplicar a presente Convenção a todas as vítimas de violência doméstica*”.

Nos termos do art. 3.º, alínea b), violência doméstica “*abrange todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima*”.

Ao nível da prevenção, prevê o art. 12.º n.º 1 que “*as partes deverão adoptar as medidas necessárias para promover mudanças nos padrões de comportamento socioculturais das mulheres e dos homens, tendo em vista a erradicação de preconceitos, costumes, tradições e [...] outras práticas*”. De toda a importância é ainda o n.º 5 deste artigo que estipula que “*as Partes deverão garantir que a cultura, os costumes, a religião, a tradição ou a pretensa ‘honra’ não sirvam de justificação para os actos de violência abrangidos pelo âmbito de aplicação da presente Convenção*”⁵¹.

Quanto à protecção e apoio, prevê expressamente o art. 26.º que as Partes deverão adoptar as medidas necessárias para que “*os direitos e as necessidades das crianças testemunhas de todas as formas de violência abrangidas pelo âmbito de aplicação da*

⁴⁹ Disponível online em <URL: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/um_mundo_para_crianças.pdf>.

⁵⁰ Disponível online em <URL: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2013/01/01400/0038500427.pdf>>.

⁵¹ Repetindo tal disposição no art. 42.º desta Convenção.

presente Convenção sejam devidamente tidos em conta na prestação de serviços de protecção e apoio às vítimas”, incluindo “o aconselhamento psicossocial adequado à idade” e “deverão ter devidamente em conta o interesse superior da criança.”.

Relativamente ao direito material, dispõe o art. 33.º que deve-se “assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente lesar gravemente a integridade psicológica de uma pessoa por meio de coacção ou ameaças.”; o art. 35.º acrescenta ainda a incriminação de actos de violência física; e o art. 36.º adiciona a criminalização de violência sexual.

No que diz respeito às medidas de protecção, “*uma criança vítima e uma criança testemunha de violência contra as mulheres e de violência doméstica deverão [...] beneficiar de medidas de protecção especiais, tendo em conta o superior interesse da criança*”, conforme dispõe o art. 56.º desta Convenção.

Importa ainda referir que esta Convenção cria um mecanismo de monitorização, o GREVIO (Grupo de Peritos para o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica), com um grande número de competências, onde os Parlamentos nacionais participam, pela primeira vez, na boa aplicação da Convenção.

A APAV emitiu um parecer sobre as implicações legislativas da Convenção de Istambul do Conselho da Europa para a prevenção e combate à violência contra a mulher e violência doméstica^{52 53}.

Neste é possível ler-se que “*face à fraca comunicabilidade na aplicação da lei, é preciso pensar como podem ser os mecanismos de prote[c]ção existentes efe[c]tivos. A realidade é que a vida das pessoas implica diversas dimensões em simultâneo e um caso de violência doméstica julgado no âmbito de um processo penal terá implicações de outro cariz, notoriamente de carácter civil e muito em particular de regulação de responsabilidades parentais. A circulação de informação é essencial para garantir a coerência das decisões, bem como a sua adequada fundamentação, e urge encontrar soluções para este estado de coisas dentro de um quadro constitucionalmente adequado*” e ainda acrescenta que “*importa ressaltar que, não obstante a importância desta autonomização para permitir uma real punição deste crime, esta não será mais eficaz na erradicação do fenómeno se não for acompanhada de políticas estruturadas de prevenção, de formação consistente e coordenada*

⁵² Enviado à Subcomissão de Igualdade, integrada na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, no âmbito da consulta pública, apresentado publicamente a 6 de Junho de 2014, em sede de audição parlamentar conjunta, promovida pela Subcomissão de Igualdade, na Assembleia da República, em Lisboa.

⁵³ [http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Parecer_da_APAV_relativo_as_implicacoes_legislativas_da_Convencao_de_Istambul.p](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Parecer_da_APAV_relativo_as_implicacoes_legislativas_da_Convencao_de_Istambul.pdf)
[df](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Parecer_da_APAV_relativo_as_implicacoes_legislativas_da_Convencao_de_Istambul.pdf).

de profissionais relevantes e envolvimento das comunidades praticantes. A aposta na prevenção é essencial para consciencializar da ilicitude desta prática e do porquê dela ser efe[c]tivamente nociva, uma violação de direitos humanos e prejudicial para as suas vítimas”, sendo que “a tutela penal é essencial para promover esta mudança mas deve ser assegurado que não se conduza à estigmatização de certas comunidades.”

Este parecer é concluído com a ideia de que “*para a boa transposição e implementação da Convenção de Istambul será crucial [...] uma comissão de acompanhamento alargada, com a participação das organizações de relevo nesta matéria, nomeadamente as associações de apoio à vítima e associações de mulheres, [que] participem a[c]tivamente, na monitorização e em boas práticas de governação, numa visão não estatizante deste acompanhamento.*”.

3.8. Directiva 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 25 de Outubro de 2012

A Directiva 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012, estabelece as normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à protecção das vítimas da criminalidade⁵⁴ e vem substituir a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho de 15 de Março de 2001 relativa ao estatuto da vítima em processo penal (conforme o art. 30.º da presente Directiva).

No ponto 18 do seu preâmbulo, reconhece-se que “*a violência em relações de intimidade é um problema social grave, e muitas vezes ocultado, que pode causar traumatismos psicológicos e físicos sistemáticos de graves consequências na medida em que o autor do crime é uma pessoa em quem a vítima deveria poder confiar.*”

Segundo o art. 1.º n.º 2 desta Directiva, caso a vítima seja criança, o superior interesse da criança deverá constituir uma preocupação primordial e deve ser avaliado de forma personalizada, com uma abordagem sensível à mesma, tendo em conta a sua idade, maturidade, pontos de vista, necessidades e preocupações. Para tanto, dispõe o art. 2.º n.º 1, alínea a), que vítima será “*uma pessoa singular que tenha sofrido um dano, nomeadamente um dano físico, moral ou emocional, ou um prejuízo material directamente causados por um crime*”; e a alínea c) reconhece que a criança é “*uma pessoa singular com idade inferior a 18 anos*”.

⁵⁴Disponível online em <URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0057:0073:PT:PDF>>.

Relativamente à prestação de informação e apoio, este abrange o direito de compreender e de ser compreendido (art. 3.º), o direito de receber informações a partir do primeiro contacto com as autoridades competentes (art. 4.º), direito de receber informações sobre o processo (art. 6.º), direito a interpretação e tradução (art. 7.º) e o direito de acesso aos serviços de apoio às vítimas (art. 8.º, complementado pelo art. 9.º, que dispõe quais os serviços que devem ser prestados no apoio às vítimas).

Quanto à participação no processo penal, a presente Directiva compreende o direito a ser ouvido (art. 10.º), direitos no caso de uma decisão de não deduzir acusação (art. 11.º), direito a garantias no contexto dos serviços de justiça restaurativa (art. 12.º), direito a apoio judiciário (art. 13.º), direito ao reembolso das despesas (art. 14.º), direito à restituição de bens (art. 15.º), direito a uma decisão de indemnização pelo autor do crime durante o processo penal (art. 16.º) e ainda os direitos das vítimas residentes noutro Estado-Membro (art. 17.º).

Esta Directiva consagra ainda o reconhecimento das vítimas com necessidades específicas de protecção, que abrange o direito à protecção (art. 18.º), direito à inexistência de contactos entre a vítima e o autor do crime (art. 19.º), direito a protecção durante as investigações penais (art. 20.º), direito à protecção da vida privada (art. 21.º) e o direito à protecção durante o processo penal (art. 23.º).

Para reconhecimento das vítimas com necessidades específicas de protecção é imperativo a sua avaliação individual (devido à sua particular vulnerabilidade à vitimização secundária e repetida, à intimidação e à retaliação), nos termos do art. 22.º, tendo em conta as características pessoais da vítima, o tipo e natureza do crime e ainda as circunstâncias do crime.

Note-se que, dentro do conjunto de vítimas com especiais necessidades de protecção, a presente Directiva contempla o art. 24.º especificamente com direito e medidas (além das previstas no art. 23.º) que devem ser asseguradas às crianças, nomeadamente o direito a advogado, assistência jurídica e representação em seu próprio nome, nos casos em que possa existir conflito de interesses entre a criança vítima e os titulares da responsabilidade parental.

Ainda se deve assegurar, segundo o disposto nesta Directiva, a formação dos profissionais, a fim de *“aumentar a sua sensibilização em relação às necessidades das vítimas e de lhes permitir tratá-las de forma não discriminatória e com respeito e profissionalismo”*; bem como a cooperação e coordenação dos serviços, com o objectivo de melhorar o acesso das vítimas aos direitos previstos nesta Directiva e na legislação nacional.

3.9. *Os Prémios Nobel da Paz de 2014 e o seu contributo no direito das crianças: Malala Yousafzay e Kailash Satyarthi*

A título de curiosidade, com grande importância para o direito das crianças, acreditamos ser de todo o interesse referir o contributo dos laureados pelo Prémios Nobel da Paz de 2014, a saber, MALALA YOUSAFZAY e KAILASH SATYARTHI⁵⁵.

MALALA YOUSAFZAY, uma jovem paquistanesa que lutou publicamente pelo direito à educação das raparigas no seu país, foi baleada em 2012 pelo regime talibã, sobreviveu milagrosamente e ganhou ainda mais forças para continuar a sua luta⁵⁶.

Por seu turno, KAILASH SATYARTHI, activista indiano, criticou fortemente a inércia e cultura do silêncio, lutando contra a exploração infantil. Note-se que KAILASH foi o inspirador da Convenção n.º 182 emanada pela Organização Internacional do Trabalho em 1999, relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação, que já tratámos anteriormente.

4. Considerações finais

Delineado este quadro evolutivo sobre o direito das crianças, facilmente constatamos que existe um grande acervo de diplomas internacionais, que acompanham e são fruto da própria mudança de mentalidades.

Embora possamos dizer que actualmente o direito das crianças esteja muito mais desenvolvido e sustentado por diplomas de várias ordens, ainda existe um longo caminho a percorrer.

A este respeito, devemos recordar os problemas apontados por MANUEL JACINTO SARMENTO quanto “*à construção de uma infância juridicamente protegida em Portugal*”, desde logo, “*a contradição entre a lei escrita e a lei de facto e a não inscrição, no plano simbólico, de valores sociais inscritos no espírito da lei*” e “*o facto de estar completamente arredado [...] o conjunto de direitos mais inovadores da Convenção sobre os Direitos das*

⁵⁵ THE NOBEL PRIZE 2014 – Press Release. 2014. Disponível online em <URL: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2014/press.html>.

⁵⁶ YOUSAFZAY, Malala; LAMB, Christina – **Eu sou Malala. A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo talibã**. Tradução de Caroline Chang, Denise Bottmann, George Schlesinger e Luciano Vieira Machado. [S. L.]: Companhia das Letras. 2013. Disponível online em <URL: <https://annacrafts.files.wordpress.com/2014/10/malala-yousafzai-eu-sou-malala.pdf>>.

*Crianças e o tema central do debate internacional sobre a construção de políticas públicas para a infância – a participação infantil*⁵⁷.

Assim, é imperativo exigir-se aos países a correcta aplicação dos diplomas internacionais, bem como fiscalizá-los e sancioná-los quando estes se encontrem em falta; pois só deste modo poderá garantir-se a harmonia internacional.

Em suma, nesta Parte I tentámos percorrer alguns aspectos históricos, legislativos e factuais que explicam a tradição de punição no âmbito do *ius educandi* e, posteriormente dar conta dos primórdios e da consequente evolução do direito das crianças; desta forma, melhor se entenderá a actual configuração do crime de violência doméstica, previsto e punido no art. 152.º do nosso CP.

⁵⁷ SARMENTO, Manuel Jacinto – **Os olhares da sociedade Portuguesa sobre a criança**. A educação das crianças dos 0 aos 12 anos. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. 2009, pp. 75 a 76.

Parte II – *De iure constituto* – O crime de violência doméstica

Capítulo I – O Crime de violência doméstica

1. Evolução histórica (e legislativa)

Os castigos aplicados pelos pais e educadores sempre foram uma prática aceite na sociedade, encarado até como um costume na educação que um pai deveria dar a um filho, no âmbito do *ius corrigendi*⁵⁸.

Antes de abordar a evolução legislativa do crime de violência doméstica propriamente dita, importa referir o papel que os professores e educadores têm na instrução dos seus educandos.

Nesta esteira de pensamento, refere CARLA SOUSA que “os alunos encontram na figura do professor um ‘pai’ substituto. Eles transferem para esta figura o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente da própria infância. Em relação a ele têm uma atitude de ambivalência, amor/ódio.”⁵⁹.

Será de salientar as práticas de castigo aplicadas pelos professores, com excesso de moderação, de entre as quais, recorrendo ao uso da palmatória⁶⁰ e, neste sentido, pode dizer-se que “a escola e a casa se retroalimentavam. Numa cumplicidade, via de regra declarada, elas se esmeravam no cultivo da obediência do jovem”⁶¹.

Todavia, em 1893, a Direcção-Geral de Instrução Pública, pela Portaria n.º12-VI, de 26 de Setembro⁶², veio proibir os castigos na escola, “apesar de ainda consentir a aplicação de castigos [desde] que ‘não ofendessem a saúde do aluno’”⁶³.

Recordemos as sábias palavras de ABÍLIO CESAR BORGES sobre esta questão, salientando que “a experiencia dos séculos (...) tem ensinado que o gosto pela instrução não

⁵⁸ A este respeito, *vide supra* Parte I, Capítulo I, p. 18 e *infra* Parte II Capítulo I, pp. 60 e 61.

⁵⁹ SOUSA, Carla – **A indisciplina na sala de aula: Enfoque psicodinâmico nas relações entre professores e alunos**. Dissertação de Mestrado. Setúbal: Instituto Superior de Setúbal. 2013, p. 39.

⁶⁰ Tal prática foi notavelmente ilustrada por ARAGÃO, Milena e FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de – **Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano**. In *Conjectura*. Caixias do Sul: Editora Universidade Caixias do Sul. Vol. 17: n.º 2 (Maio/Agosto 2012) pp. 17 a 36.

⁶¹ GRAÇA, Tereza *apud* ARAGÃO, Milena e FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de – **Práticas de castigos escolares...** pp. 27.

⁶² BARROS, Maria da Conceição Rodrigues Leite e – **Castigo de dura, uma no cravo e outra na ferradura – A teoria e a prática da disciplina na escola primária – Fins século XIX e princípio século XX**. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto. 2005, p. 11.

⁶³ RIBEIRO, Cristina Silveira; MALTA, Wilson; MAGALHÃES, Teresa – **O castigo físico de crianças. Estudo de revisão**. In *Revista Portuguesa do Dano Corporal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Ano XX: n.º 22 (2011) p. 60.

póde ser imposto pelas penas e humilhações; deve, sim, ser excitado pela persuasão e pelos meios moraes, isto é, pelas honras e distincções”⁶⁴[sic].

Em termos legislativos, foi com o Anteprojecto do Código Penal de 1966, nos arts. 166.º e 167.º, que surgiu a ideia de proteger os casos de maus tratos a crianças e a sobrecarga de menores e subordinados, com referência à “*malvadez e egoísmo*” do agente do crime, como dolo específico para o seu cometimento; o que efectivamente veio a constar da redacção final do Código Penal de 1982, no art. 153.⁶⁵.

EDUARDO CORREIA, autor do Anteprojecto *supra*-referido, justificou a inclusão deste preceito referindo que “*correspondem à necessidade de punir com dignidade penal os casos mais chocantes de maus tratos a crianças e de sobrecarga de menores e subordinados*”⁶⁶, acrescentando AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO que “*a neocriminalização (...) destes comportamentos não significa novidade ou maior frequência deles, nos tempos actuais (...) mas sim uma saudável consciencialização da inadequação e da gravidade e perniciiosidade desses comportamentos.*”⁶⁷.

O art. 153.º do Código Penal de 1982, sob a epígrafe ‘*Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges*’, “*delimitava uma série de situações, comitivas ou omissivas, caracterizadas pelas relações existentes entre autor e vítima (crime específico), punindo, nos seus números 1 e 2, comportamentos violentos (maus tratos físicos, tratamento cruel), que se inscreviam numa relação de subordinação e/ou guarda, em que o responsável familiar ou laboral podia abusar de pessoa particularmente vulnerável (...) no n.º 3 punia o cônjuge que maltratasse o outro por lhe infligir maus tratos físicos, que lhe tratasse cruelmente ou não lhe prestasse os cuidados ou a assistência à saúde*”⁶⁸.

Com a Reforma Penal de 1995 (por força do DL n.º 48/95, de 15 de Março) surgiram algumas alterações relativamente ao crime de maus tratos, a saber: (1) acrescentou-se a incriminação dos maus tratos psíquicos aos já previstos maus tratos físicos, abrangendo igualmente as humilhações, vexames, insultos, entre outras ofensas como elementos típicos deste ilícito [previsto no n.º 1, alínea a) do art. 152.º na redacção do Código Penal de 1995]; (2) eliminou-se a exigência de dolo específico, ao desaparecer a expressão “*malvadez ou*

⁶⁴ BORGES, Abílio César – *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade*. Rio de Janeiro: Bruxellas typographia e litografia E. Guyot. 1880, p. 45.

⁶⁵ PORTUGAL – *Actas das sessões da Comissão Revisora do Código Penal. Parte Especial*. Lisboa: Ministério da Justiça. 1979, pp. 77 e 78.

⁶⁶ PORTUGAL – *Actas das sessões da Comissão Revisora do Código Penal. Ob. Cit.*, p. 78.

⁶⁷ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152º (Maus tratos e infracções de regras de segurança)**. In *Comentário Conimbricence do Código Penal*. Parte Especial. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora. 1999, p. 330.

⁶⁸ NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º 1 do art. 152.º do Código Penal. *Revista do Ministério Público*. Lisboa: Editorial Minerva. 31:122 (Abril/Junho 2010) p. 134.

egoísmo”⁶⁹; (3) este crime passa a ter um carácter semi-público, passando o procedimento criminal a depender de queixa (conforme o n.º2, *in fine*, daquela redacção); (4) a pena a aplicar ao agente foi substancialmente agravada (passando de 6 meses a 3 anos de pena de prisão e 100 dias de pena de multa, na redacção de 1982, para pena de prisão de 1 a 5 anos) e ainda (5) estabeleceu-se um vínculo de subsidiariedade entre o art. 152.º (crime de maus tratos) e o art. 144.º (crime de ofensas corporais qualificadas, apenas aplicando-se o art. 152.º se não se preenchesse o art. 144.º do Código Penal).

Com a Lei n.º 65/98, de 02 de Setembro, o art. 152.º do Código Penal sofreu mais alterações. Agora sob a epígrafe “*Maus tratos e infracções de regras de segurança*”, este crime abarca três situações distintas: maus tratos, emprego em actividades perigosas ou sobrecarga com trabalhos excessivos a menores ou pessoas particularmente indefesas; maus tratos a cônjuge ou a convivente de facto; e a sujeição de trabalhador perigo para a vida ou a perigo de grave ofensa para o corpo ou para a saúde. Este ilícito permanece com carácter semi-público, mas para combater a inércia ou medo por parte da vítima, “*o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação*”, conforme o n.º 2, parte final, deste artigo.

Também a Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio veio dar nova redacção ao art. 152.º do Código Penal, reforçando as medidas de protecção a pessoas vítimas de violência. Passou-se então a proteger o progenitor de descendente comum em 1º grau (n.º 3 deste artigo); e veio ainda consagrar a pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo o afastamento da residência da mesma pelo período máximo de 2 anos. Além desta alteração do art. 152.º do Código Penal, este crime passa a ter carácter público⁷⁰, permitindo que qualquer pessoa que tenha conhecimento do crime, o denuncie; e ainda veio alargar-se a aplicação da suspensão provisória do processo ao ilícito do art. 152.º do Código Penal, por livre requerimento da vítima, até ao limite máximo da moldura penal do crime, conforme o art. 281.º n.º 6 e art. 282.º n.º 4, ambos do Código do Processo Penal.

⁶⁹ A este respeito, já FIGUEIREDO DIAS, em 1979, tinha colocado a questão quanto à necessidade de fazer-se referência à “*malvadez e egoísmo*”, defendendo que a redacção deste artigo já tinha carga ética suficiente, retorquindo-lhe EDUARDO CORREIA no sentido de que “*a incriminação destes artigos não se basta com o dolo geral, antes exige um dolo específico*”, exemplificando que quem obriga outro a um trabalho superior às suas forças não estará abrangido por esta incriminação, bem como, poderá estar em causa apenas a vontade de conceder vantagens económicas para o menor ou subordinado - PORTUGAL – *Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal. Ob. Cit.*, pp. 78; PORTUGAL – *Código Penal. Actas e Projecto da Comissão de Revisão*. Lisboa: Editora Rei dos Livros. 1993, p. 230.

⁷⁰ A este respeito, “*dizem-se crimes públicos aqueles em que o MP promove oficiosamente e por sua própria iniciativa o processo penal e decide com plena autonomia (...) da submissão ou não submissão de uma infracção a julgamento*”, bastando, por isso, que o MP adquira a notícia do crime para impulsionar o respectivo processo – Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Processual Penal*. Clássicos Jurídicos. 1ª Edição 1974 Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2004, p. 120.

Com a Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro, autonomizou-se o crime de violência doméstica face aos maus tratos, fixando-se o primeiro no art. 152.º e o segundo no art. 152.º-A, ambos do Código Penal.

Assim, o art. 152.º do Código Penal abrange os maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais contra o cônjuge ou ex-cônjuge; pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que coabite com o agente.

Já o art. 152.º-A, relativamente aos maus tratos, abrange os maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais, tratamento cruel, emprego em actividades perigosas, desumanas ou proibidas ou a sobrecarga com trabalhos excessivos a pessoa menor ou particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez; praticado por quem tem os tem a seu cuidado, guarda ou sob a sua responsabilidade a direcção, educação, trabalho ou serviço. Portanto, o que os diferencia será a relação em causa que, no primeiro caso é uma relação familiar e, no segundo caso uma relação de autoridade do agente face à vítima.

Com esta lei, procedeu-se também ao aumento da moldura penal a aplicar ao agente e alargou-se consideravelmente o elenco de penas acessórias⁷¹. Importa ainda referir que esta alteração acrescentou à letra da lei a expressão “ou não” ao já existente “*de modo reiterado*”, que pretendeu acabar com as dúvidas e querelas existentes no seio da doutrina e jurisprudência; e sobre a qual iremos abordar posteriormente.

A última alteração ao art. 152.º do Código Penal ocorreu por força da Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro, que integrou as relações de namoro no leque de protecção deste artigo. Também acrescentou à pena acessória de proibição de contacto com a vítima (prevista no n.º 5 deste preceito legal), o afastamento do local de trabalho, fiscalizada por meios técnicos de controlo à distância⁷².

⁷¹ Entenda-se, para o efeito, as penas acessórias como aquelas que pressupõem a fixação na sentença condenatória conjuntamente com uma pena principal (aquelas que se encontram previstas expressamente para sancionar os tipos de crime e que são fixadas pelo juiz na sentença, independentemente de quaisquer outras) ou de substituição (aquelas que visam substituir quaisquer uma das penas principais concretamente fixadas, sendo por isso, aplicadas e executadas em vez de uma pena principal). A estas penas acessórias é dado um “*sentido e um conteúdo não apenas de intimidação da generalidade, mas de defesa contra a perigosidade individual*” – DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal Português: Parte Geral – II As consequências jurídicas do crime**. 2ª Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2009, pp. 89 -91, 97; ANTUNES, Maria João – **Consequências Jurídicas do Crime: Lições para os alunos da disciplina de Direito Penal III da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Coimbra Editora. 2011, p. 12.

⁷² Como já estava previsto anteriormente na Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à protecção e assistência das suas vítimas, nomeadamente no art. 20.º n.º 5 (quanto ao direito à protecção da vítima, na qual o “*Organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da*

2. Bem jurídico

2.1. Preliminares

O direito penal, enquanto ramo do direito público⁷³, corresponde a uma construção estadual (constitui o chamado *ius puniendi* do Estado), centrada no chamado modelo de Estado. Importa então referir que é a CRP que fixa as suas bases e limites, assim como lhe confere legitimidade para actuar na sociedade, por isso, o direito penal deve-lhe total respeito⁷⁴. Neste sentido, FIGUEIREDO DIAS entende existir “*uma relação de mútua referência entre a ordem axiológica jurídico-constitucional e a ordem legal dos bens jurídicos que ao direito penal cumpre tutelar*”⁷⁵. Em sentido adverso, FARIA COSTA defende não existir hierarquia entre o Direito Penal e a CRP, sendo apenas esta “*uma orientação importante (essencial, mas já não exclusiva) para o legislador penal*”, pois os valores fixados na Constituição estão “*historicamente datad[o]s*”⁷⁶ e “*os bens ou valores que a Constituição alçapremou à dignidade de constituírem o núcleo essencial e imprescindível à convivência comunitária em um Estado de Direito democrático e social não abarcam toda a vasta gama de bens ou valores que intercedem e se cruzam na textura global de qualquer sociedade organizada.*”⁷⁷.

No art. 2.º da CRP pode ler-se que a “*República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, (...) no respeito e na garantia de efectivação*

igualdade de género pode recorrer a regimes de parceira para instalar, assegurar e manter em funcionamento sistemas técnicos de teleassistência”) e no art. 35.º (relativamente aos meios técnicos de controlo à distância, “*sempre que tal se mostre imprescindível para a protecção da vítima*”); bem como na Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de Abril, acerca dos meios técnicos de teleassistência, cujo art. 2.º prescreve que “*a teleassistência destina-se a garantir às vítimas de violência doméstica apoio, protecção e segurança adequadas, assegurando uma intervenção imediata e eficaz em situações de emergência, de forma permanente e gratuita, vinte e quatro horas por dia*”.

⁷³ O direito penal é entendido como o ramo de direito público por excelência, isto porque, segundo o critério da posição dos sujeitos (que melhor estabelece a fronteira entre direito público e privado), o Estado surge, face ao infractor, investido do seu *ius imperii* e titular único do *ius puniendi*. Como refere Américo Taipa de Carvalho, este ‘direito de punir’ corresponde a uma função que vincula o Estado à efectivação da justiça criminal pois, violando bens jurídicos protegidos pelo direito penal, ofende-se não só a pessoa cujo bem jurídico foi lesado, mas também toda a comunidade social. Também se deverá dizer que o direito penal detém autonomia face a outros ramos de direito pois a “*valoração jurídico-criminal é autónoma dos juízos de valor formulados nas normas jurídicas pertencentes a outros ramos do direito. A ilicitude criminal não se confunde com a ilicitude civil, administrativa, etc.*” – Cf. CARVALHO, Américo Taipa de – **Direito Penal. Parte Geral: Questões Fundamentais; Teoria Geral do Crime**. 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. 2008, pp. 102 a 104.

⁷⁴ Para coibir o legislador a não cair em arbítrio no que se refere à atribuição de legitimidade ao direito penal e à estipulação do conteúdo da sua tutela, o critério encontrado foi designar a Constituição como referência e manancial dessa legitimização.

⁷⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral**. Ob. Cit., pp. 14 e 120.

⁷⁶ COSTA, José de Faria – **Direito Penal Especial (Contributo a uma sistematização dos problemas “especiais” da Parte Especial)**. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2007, pp. 32 e 33.

⁷⁷ COSTA, José de Faria – **Linhas de Direito Penal e de Filosofia: alguns cruzamentos reflexivos**. Coimbra: Coimbra Editora. 2005, pp. 22 e 23.

dos direitos e liberdades fundamentais (...) visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”, espelhando as características principais do Estado e os axiomas que devem ser tutelados, tendo sempre como foco principal a dignidade da pessoa humana (conforme o disposto no art. 1.º da CRP); isto significa dizer-se que existe uma relação dinâmica⁷⁸ de reciprocidade entre o modelo de Estado e as ciências jurídico-criminais, visto que “*em virtude da aceleração das mudanças sociais, [...] a sociedade, institucionalizada em um determinado modelo de estado, exerce [grande influência] na conformação concreta do respectivo modelo de Direito Penal*”⁷⁹, acrescentando FERNANDO ANDRADE FERNANDES que “*a tensão provocada no interior do Direito Penal por essa demanda acrescida de tutela [...] é o principal combustível que actualmente propulsiona a evolução da Ciência Jurídico-Penal, com particular ênfase à estrutura dogmática respectiva.*”⁸⁰.

2.2. Noção de bem jurídico-penal

Sendo a função primordial do direito penal a tutela⁸¹ subsidiária de bens jurídicos^{82,83}, importa agora referir o que se entende por bem jurídico. Tal como expõe FIGUEIREDO DIAS,

⁷⁸ Caracteriza-se como dinâmica tendo em conta a ideia de que o direito penal é um sistema aberto, susceptível de sofrer modificações, nomeadamente no que tange à sua actualização; neste sentido, escreve CLAUS ROXIN que “*la concepción del bien jurídico (...) no es estática, sino que dentro del marco de las finalidades constitucionales está abierta al cambio social y a los progresos del conocimiento científico*” – Cf. ROXIN, Claus – **Derecho Penal. Parte General. Tomo I – Fundamentos, La estructura de la teoría del delito**. Madrid: Editorial Civitas. 1997, pp. 57 e 58.

⁷⁹ FERNANDES, Fernando Andrade – **Sobre uma opção Jurídico-Política e Jurídico-Metodológica de compreensão das Ciências Jurídico-Criminais**. In *Liber Discipulorum* para Jorge de Figueiredo Dias. Coimbra: Coimbra Editora. 2003, p. 57.

⁸⁰ *Idem, ibidem...* pp. 57 e 58.

⁸¹ Entenda-se que o Direito Penal não tem como função a criação de bens jurídicos; essa tarefa cabe à Constituição, aos diplomas internacionais e outras normas jurídicas. Assim, resta-lhe a função de proteger os bens jurídicos ditados por aquelas normas, através da avaliação de certos comportamentos tidos como delituosos e da aplicação de sanções próprias.

⁸² Importa ressaltar que o direito penal apenas tutela bens jurídico com carência de tutela penal e que estejam revestidos com dignidade penal. Isto significa, por um lado, que o direito penal apenas pode intervir quando a protecção dos bens jurídicos não se alcance por meios menos gravosos, sob critérios de subsidiariedade e proporcionalidade, conferindo-lhe um carácter de direito de *ultima ratio*; e por outro lado, só os bens com importância axiológica devem ser tutelados pelo direito penal, aqueles que se considera ser intolerável a sua lesão, pela gravidade que a envolve - DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 114 e 127 a 130. Ainda relativamente ao direito penal de *ultima ratio*, não podemos descurar a sua fragmentaridade, que se traduz no facto de o direito penal não poder “*proteger toda a economia, todo o património, toda a saúde pública, toda a natureza. Ele tem de fragmentar essas zonas do viver comunitário e eleger específicas relações que traduzam condutas humanas merecedoras de um juízo de desvalor*”; nisto consiste o primeiro grau de fragmentaridade, sendo o segundo grau “*o modo de construir o tipo legal de crime*” – COSTA, José de Faria – **Linhas de Direito. Ob. Cit.**, p. 22.

⁸³ Uma nota importante será a de que em tempos considerava-se também que outra das funções do bem jurídico era a de limitar o poder punitivo do Estado, contudo, desde o início do século XXI, esta ideia tem sido fortemente criticada. Os efeitos da globalização e a emergência da chamada ‘*sociedade de risco*’ criaram no direito penal novos problemas e tornaram ineficazes alguns dos seus meios de protecção. Surgem então novos bens jurídicos e o catálogo clássico do direito penal torna-se desactualizado, exigindo-se uma renovação da política criminal que ponha de lado o direito penal cuja função (minimalista) é a tutela de bens jurídicos e que o conduza para a criação ou descoberta (ele próprio) de bens jurídicos. A este respeito, refere GERMANO MARQUES DA SILVA que “*do direito penal como ultima ratio exige-se que passe a prima ratio.*” – Cf. SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Português I. Parte Geral – Introdução e teoria da lei penal**. 3ª Edição. Lisboa: Editora Verbo. 2010, p. 43. Mas esta concepção de direito penal fundado no risco traz consigo consequências sérias, senão vejamos, desaparece o direito penal do resultado e abraça-se um direito penal do comportamento, afastando-se a

“a noção de bem jurídico (...) não pôde, até ao momento presente, ser determinada – e talvez jamais o venha a ser – com uma nitidez e segurança que permita convertê-la em conceito fechado e apto à subsunção, capaz de traçar, para além de toda a dúvida possível, a fronteira entre o que legitimamente pode e não pode ser criminalizado”⁸⁴.

Todavia, no período Iluminista entendia-se que ofender um ‘bem jurídico’ seria desviar-se do chamado *Contrato Social* de JEAN JACQUES ROUSSEAU, que legitimava o Estado a intervir. Este contrato social consiste numa ordem que defende e protege “com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes. (...) As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do a[c]to que a menor modificação as tornaria inúteis e sem efeito (...) até que, violado o pacto social, cada qual retorna aos seus primeiros direitos e retoma a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciaria àquela”⁸⁵. Daqui extrai-se que só o cumprimento do contrato social é capaz de conferir liberdade a cada um e, em caso de incumprimento do mesmo, a lei é chamada a actuar.

As primeiras teorizações em torno do bem jurídico surgiram com FEUERBACH que, através da construção de um conceito material de crime, veio estabelecer limites ao *ius puniendi* do Estado. Reconhecendo assim o crime como a violação de um direito subjectivo fundamental da pessoa individual, o que afasta a tutela moral e religiosa e legitima a protecção penal⁸⁶) e, posteriormente com BIRNBAUM, entende-se o bem jurídico como o “conjunto de substratos, de conteúdo eminentemente liberal, que oferecessem base suficiente à punibilidade dos comportamentos que os ofendessem.”⁸⁷.

Já segundo GÜNTHER JAKOBS, o “bem jurídico determina-se então de modo positivista”⁸⁸[tradução nossa], e complementa o seu conceito com a noção dada por KARL

criminalização do perigo e do dano. Neste prisma, FIGUEIREDO DIAS entende que o direito penal não se deve afastar da tutela de bens jurídicos, não só daqueles relativos às ‘relações da vida como tais’ mas também dos bens jurídicos colectivos (a saber, bens jurídicos relacionados com o ambiente, genética, terrorismo e os económico-financeiros), sustentando uma posição mista onde caiba a concepção de STRATENWERTH (que defende a protecção dos chamados ‘mega-riscos’ com a aceitação do direito penal do comportamento) e o direito penal de cariz iluminista; só assim será possível manter um direito penal com legitimidade, actual e útil – Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 133 a 154.

⁸⁴ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 114.

⁸⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques – **Do Contrato Social: Princípios do Direito Político**. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1999, pp. 20 e 21.

⁸⁶ OLIVEIRA, Miguel Tassinari – **Bem jurídico-penal e Constituição**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo. 2010, p. 12; e ainda, DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 115.

⁸⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 115

⁸⁸ Embora JAKOBS defenda que o direito penal se foca na confirmação da vigência da norma e não na protecção de bens jurídicos, crendo este autor que não haverá necessidade de se encontrar um conceito para bem jurídico - Cf. ROXIN, Claus – **A protecção de bens jurídicos como função do Direito Penal**. 2.ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2009, pp. 15.

BINDING, na qual bem jurídico abrange “*tudo o que, aos olhos da lei, enquanto condição de vida saudável da comunidade jurídica, é valioso para esta*”⁸⁹[tradução nossa].

Estes conceitos apresentados acabaram por revisitar a ideia já projectada por VON LISZT que considera como bem jurídico os “*interesses juridicamente protegidos*”⁹⁰.

Contudo, cremos que a noção mais abrangente será a de FIGUEIREDO DIAS, ao defini-lo como “*a expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso*”⁹².

2.3. O bem jurídico tutelado pelo art. 152.º do Código Penal

Agora sim, em relação ao bem jurídico tutelado no art. 152.º do Código Penal, a *ratio maximum* deste ilícito é a tutela da dignidade da pessoa humana⁹³ (vertido no art. 1.º da CRP⁹⁴), desde logo pela inserção sistemática deste crime no título relativo aos crimes contra as pessoas e, dentro deste, nos crimes contra a integridade física⁹⁵.

Embora esteja inserido no capítulo relativo aos crimes contra a integridade física, o crime de violência doméstica plasmado no art. 152.º do Código Penal não se basta com a protecção deste bem jurídico.

O crime de violência doméstica atenta também contra a família enquanto bem com dimensão constitucional, previsto no art. 67.º da CRP, e definida, neste normativo, “*como*

⁸⁹ BINDING, Karl *apud* JAKOBS, Günther – **Derecho Penal. Parte General – Fundamentos y teoría de la imputación**. Madrid: Marcial Pons. 2.ª Edición, corregida. 1997, p. 50.

⁹⁰ VON LISZT *apud* DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 108.

⁹¹ Note-se que existem também teorias que consideram ser impossível ou até errado limitar a intervenção do direito penal apenas a ofensas de bens jurídicos, tal como HIRSCH e STRATENWERTH. HIRSCH acredita não existir um conceito predeterminado de bem jurídico para o legislador e este não constitui um princípio idóneo para limitar o direito penal; já STRATENWERTH considera que é impossível a tarefa de definir bem jurídico, defendendo que na elaboração de um tipo penal importa a inconveniência de um comportamento e não a protecção de bens jurídicos – Cf. ROXIN, Claus – **A protecção de bens jurídicos. Ob. Cit.**, pp. 14 e 15.

⁹² DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 114.

⁹³ Pese embora, “*a dignidade da pessoa humana como valor fundante e transversal a todo o sistema jurídico não está em condições de desempenhar a função de específico referente e padrão crítico da criminalização que deve ser própria de um bem jurídico-penal*” – BRANDÃO, Nuno – A tutela penal especial. *Ob. Cit.*, p. 14.

⁹⁴ Isto significa dizer-se que a dignidade da pessoa humana é o “*fundamento e limite do Estado democrático*”, ou seja, “*a trave mestra de sustentação e legitimação da República e (...) da organização do poder político*”, tendo “*valor próprio e uma dimensão normativa específicos*”, uma vez que “*exige respeito e protecção*” – Cf. J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada. Ob. Cit.**, pp. 198 a 199.

⁹⁵ A protecção da integridade física decorre, constitucionalmente, do art. 25.º, sendo esta uma das componentes da integridade pessoal, a par da integridade moral. Na anotação ao art. 25.º da CRP, GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA referem que “*o direito à integridade física e psíquica vale, naturalmente, não apenas contra o Estado mas, igualmente contra qualquer pessoa*”. Quanto ao Estado, vale relativamente à “*legislação*”, na “*investigação criminal*”, nas “*instituições criminais*” e nas “*medidas de polícia*”; e relativamente aos particulares, impõe-se o respeito tanto a nível civil (no tocante aos direitos de personalidade) e no plano penal (nos crimes contra a integridade física e moral). Estes autores referem ainda que o direito à integridade física e psíquica tem mais “*relevância no âmbito de relações especiais de guarda, direcção, educação, família ou trabalho, relativamente a pessoas menores ou particularmente indefesas em virtude de idade, deficiência, doença, gravidez*” e nestes casos deverá o Estado agir no sentido de agravar as penas quando este direito for violado – Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada. Ob. Cit.**, pp. 454 a 457.

elemento fundamental da sociedade” e merecedora de protecção tanto por parte da sociedade como do Estado, na “*efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros*”. Para tal, dispõe o art. 36.º do mesmo diploma que “*todos têm o direito de constituir família*”, não sendo obrigatório o vínculo matrimonial (recordemos o caso das uniões de facto, criadas e regulamentadas pela Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio; com valor idêntico ao vínculo matrimonial)⁹⁶. Todavia, é já aceite na doutrina⁹⁷ que as relações familiares devem ser afastadas como bem jurídico tutelado por esta norma incriminadora, pois “*os interesses protegidos dizem directamente respeito à pessoa ofendida e não à instituição família*”⁹⁸.

No sentido de estabelecer um bem jurídico razoavelmente abrangente, AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, defende que “*o bem jurídico protegido por este tipo de crime é a saúde – bem jurídico complexo que abrange a saúde física, psíquica e mental*” e complementa referindo que este bem jurídico “*pode ser afectado por toda a multiplicidade de comportamentos que impeçam ou dificultem o normal e saudável desenvolvimento da personalidade da criança ou do adolescente*”⁹⁹.

Apesar de vislumbrarmos a identificação do bem jurídico supramencionado como a mais ampla, entendemos que não deverá ser assim tão linear no que diz respeito à criança vítima de violência doméstica. A criança, pela razão óbvia da idade, é um ser indefeso cujo desenvolvimento¹⁰⁰, quer da personalidade quer da sexualidade, ainda não se deu e, por isso entendemos que esta será para sempre marcada com o selo da violência. Será neste sentido que devemos considerar que a criança necessita de uma tutela penal mais intensa, até porque a própria CRP prevê o direito ao desenvolvimento da personalidade no n.º 1 do art. 26.^{o101}, bem como o direito à infância, pasmado no art. 69.^{o102}.

⁹⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Ob. Cit., pp. 856 e 857.

⁹⁷ Neste sentido, vide BRANDÃO, Nuno – A tutela penal especial. Ob. Cit., p. 13; FERNANDES, Plácido Conde – Violência doméstica: novo quadro penal e processual penal. **Revista do CEJ**. Coimbra: Almedina. 1º Semestre:8 Especial (2008), p. 304; CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152º (Maus tratos e infracções de regras de segurança)**. In *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Parte Especial. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora. 1999, p. 332; VAZ, Neide Marisa Rodrigues – **O ilícito típico 152.º Código Penal: Uma reflexão**. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2012, p. 38; MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica: um passo à frente na tutela da vítima?. **Revista do Ministério Público**. Lisboa: Editorial Minerva. 27:107 (Julho-Setembro 2006), pp. 95 e 96; MOREIRA, Sara Leitão – **A “Recente” Criminalização da Violência Doméstica. Que rumo?**. Questões Jurídicas: Perspetivas Atuais. Coimbra: Centro de Investigação em Inovação Social e Organizacional do Instituto Superior Bissaya Barreto. 2014, pp. 38 a 39; entre outros.

⁹⁸ BRANDÃO, Nuno – A tutela penal especial. Ob. Cit., p. 13.

⁹⁹ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152º**. Ob. Cit., p. 332.

¹⁰⁰ A este respeito, GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA entendem que deve ter-se em consideração a “*criança como pessoa em formação, elemento dinâmico, cujo desenvolvimento exige o aproveitamento de todas as suas virtualidades*” – Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Ob. Cit., pp. 869 e 870.

¹⁰¹ Será de referir que a expressão ‘desenvolvimento da personalidade’ comporta três planos, a saber: a “*formação livre da personalidade, sem planificação ou imposição estatal de modelos de personalidade*”, “*protecção da liberdade de acção de acordo com o projecto de vida e a vocação e capacidades pessoais próprias*” e ainda a “*protecção da integridade da pessoa para além da protecção do art. 25.º, tendo sobretudo em vista a garantia da esfera jurídico-pessoal no processo de*

Nesta esteira de pensamento, ANDRÉ LAMAS LEITE refere que “*o fundamento último das acções e omissões abrangidas pelo tipo reconduz-se ao asseguramento das condições de livre desenvolvimento da personalidade de um indivíduo no âmbito de uma relação interpessoal próxima, de tipo familiar ou análogo.*”¹⁰³.

Destarte, acreditamos ser o direito ao desenvolvimento da personalidade um valor forte o suficiente para nuclear a incriminação da violência doméstica contra crianças, mas, *per si*, não poderá representar o bem jurídico protegido por este crime, pois poderia dificultar a sua aplicação a um caso concreto. Deveria então apenas figurar como uma agravação ou, por outras palavras, conduzir a uma maior responsabilização penal, através do aumento da moldura penal a aplicar do agente.

Tendo em conta as várias condutas criminalizadas por este tipo de ilícito, a melhor opção, no nosso entendimento, será a de contemplar vários bens jurídicos¹⁰⁴. Ora, a punição deste ilícito visa tutelar o bem jurídico integridade física, que abrangendo o corpo e a saúde (relativamente à inflicção de “*maus tratos físicos*” e “*castigos corporais*”), o bem jurídico liberdade pessoal e de movimentos (no tocante às “*privações da liberdade*”), o bem jurídico autodeterminação e liberdade sexuais (quanto às “*ofensas sexuais*”), honra e, em casos mais gritantes, o bem jurídico vida [como resultado das condutas plasmadas no n.º 1 deste artigo, como refere o n.º 3 al. b)]. Em virtude do que foi *supra* mencionado, o crime de violência doméstica vertido no artigo 152.º do Código Penal visa tutelar vários bens jurídicos, o que o torna num crime complexo relativamente ao tipo objectivo de ilícito, o qual seguidamente será analisado.

desenvolvimento.”. Importa também dizer-se que o desenvolvimento da personalidade pressupõe a “*possibilidade de ‘interiorização autónoma’ da pessoa ou o direito a ‘auto-afirmação’ em relação a si mesmo, contra quaisquer imposições heterónoma*”; e comporta ainda a “*liberdade indispensável à autoconformação da identidade, da integridade e conduta do indivíduo*” – Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Ob. Cit., pp. 463 e 465.

¹⁰² Neste artigo pode ler-se que “*as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente (...) contra o exercício abusivo da autoridade na família*”.

¹⁰³ LEITE, André Lamas – **A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o Direito Penal e a Criminologia**. In *Julgar*. Coimbra: Coimbra Editora. Quadrimestral:12 Especial (Novembro 2010), p. 49.

¹⁰⁴ Seguindo, assim, a posição de ALBUQUERQUE, Paulo Pinto - **Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 2ª Edição actualizada. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2010, p. 464; e MOREIRA, Sara Leitão – **A “Recente” Criminalização**. Ob. Cit., p. 41.

3. Tipo objectivo de ilícito

3.1. Preliminares

Os tipos incriminadores, isto é, “o conjunto de circunstâncias fácticas que directamente se ligam à fundamentação do ilícito e onde, por isso, assume primeiro papel a configuração do bem jurídico protegido e as condições, a ele ligadas, sob as quais o comportamento que as preenche pode ser considerado ilícito”¹⁰⁵, manifestam uma estrutura complexa que comporta elementos objectivos e elementos subjectivos o qual são agrupados em tipo objectivo e tipo subjectivo¹⁰⁶, respectivamente.

O tipo objectivo de ilícito é “formado pelos elementos do tipo legal dotados de materialidade, de consistência e de autonomia face ao próprio agente do crime”¹⁰⁷ e, tal como refere FIGUEIREDO DIAS, “importa por um lado identificar um certo número de problemas gerais directamente relacionados com a função e o sentido da tipicidade (...), por outro lado sublinhar algumas técnicas e procedimentos usados pelo legislador na construção e na arrumação sistemática dos tipos incriminadores”, sendo neste último, relativo à construção do tipo incriminador, que nos debruçaremos.

Ora, quando falamos em tipo de ilícito objectivo, não podemos descurar determinados elementos, nomeadamente o autor, a conduta e o bem jurídico pois, nas palavras de FIGUEIREDO DIAS, “todos os tipos incriminadores devem, na sua revelação objectiva, precisar quem pode ser autor do respectivo tipo de crime; qual a conduta em que este se consubstancia; e, na medida do possível, dar indicação, explícita ou implícita, mas sempre clara, do(s) bem(ns) jurídico(s) tutelado(s)”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 269.

¹⁰⁶ A este respeito, *vide infra* Ponto 4.

¹⁰⁷ CARVALHO, Américo Taipa de – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 276.

¹⁰⁸ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 295.

3.2. Estrutura do tipo objectivo numa análise ao art. 152.º do CP

3.2.1. Segundo o critério do autor

Importa, antes de mais, referir que no crime de violência doméstica vertido no art. 152.º do CP, tem responsabilidade penal o agente que seja pessoa física e singular (nos termos do art. 11.º n.º 1, *in fine* do CP, excluindo-se, *in casu*, as pessoas colectivas).

Assim, segundo o critério do autor, existem duas classificações a fazer. Por um lado, a quantidade de autores, onde surgem os crimes singulares (aqueles praticados por uma só pessoa) e os crimes plurais (aqueles cuja consumação exigem a intervenção de mais do que uma pessoa) e, por outro lado, a qualidade do autor, de onde emergem os crimes comuns (aqueles que podem ser praticados por qualquer pessoa) e crimes específicos (aqueles que só podem ser cometidos por quem possua determinada qualidade ou *status*, ou sobre quem recaia um dever especial), sendo que estes últimos podem ainda subdividir-se em crimes específicos próprios ou puros (cuja qualidade ou *status* do autor fundamenta a ilicitude criminal, bem como a responsabilidade penal) e em crimes específicos impróprios ou impuros (cuja qualidade ou *status* agravam a ilicitude e, consequentemente, a responsabilidade penal)¹⁰⁹.

Tratando-se de um autor individual (e por isso, constitui um crime singular), o crime de violência doméstica é também um crime específico, visto que “*pressupõe que o agente se encontre numa determinada relação para com o sujeito passivo*”¹¹⁰, podendo estar em causa vínculos familiares e afectivos (que abrangem as relações de namoro ou ex-namoro, cônjuges ou ex-cônjuges e coabitantes ou ex-coabitantes).

Ainda dentro dos crimes específicos, poderemos ainda referir que o crime de violência doméstica é um crime específico impróprio ou impuro¹¹¹, entendendo-se que o facto de o agente deter a relação especial exigida pelo tipo de ilícito vem agravar a ilicitude e a sua responsabilidade, deduzindo-se esta classificação do n.º 2 do art. 152.º do CP.

¹⁰⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 303 a 305; e CARVALHO, Américo Taipa de – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 282 a 283.

¹¹⁰ NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 149.

¹¹¹ Neste sentido, NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 150; MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 97; ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal...**p. 466; entre outros autores.

3.2.1.1. A comparticipação

Por comparticipação deve entender-se a “*realização típica [onde] colaboram [...] uma pluralidade de agentes, então designados de comparticipantes*”¹¹².

Trata-se, portanto, de vários autores¹¹³ que executam, parcialmente, a conduta que realiza o tipo de ilícito.

Sendo o crime de violência doméstica um crime específico, que exige uma especial qualidade na relação entre agente e vítima, importa avaliar se, em caso de comparticipação, deverá essa qualidade ou *status* comunicar-se entre os seus comparticipantes, no âmbito do art. 28.º do CP.

Sobre esta questão, a doutrina divide-se.

PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, FIGUEIREDO DIAS e SILVA DIAS entendem que o art. 28.º do CP permite a comunicabilidade da “*relação familiar, parental ou de dependência entre o agente e a vítima*”¹¹⁴ aos comparticipantes, bastando que “*a qualidade ou relação especial se verifique num dos comparticipantes para tornar aplicável a todos a pena respectiva*”¹¹⁵.

Em sentido contrário, AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO defende que “*autor e cúmplice deste crime só pode ser, pois, quem estiver, para com o sujeito passivo, na relação prevista pelo tipo legal*”, optando pela incomunicabilidade das relações especiais com base na “*excepção prevista na parte final do n.º 1 do art. 28.º [do CP]*”¹¹⁶.

A nosso ver, urge maximizar a tutela penal das vítimas de violência doméstica pelo que seguimos a linha de pensamento dos autores a favor da comunicabilidade da relação entre agente e vítima aos comparticipantes, punindo-se tanto quem detém essa relação especial, como quem com ele colabore.

¹¹² DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 757.

¹¹³ A autoria encontra-se prevista, entre nós, no art. 26.º do CP, comportando várias possibilidades, a saber, a autoria imediata (art. 26.º, 1ª parte, do CP), a autoria mediata (art. 26.º, 2ª parte, do CP), a co-autoria (art. 26.º, 3ª parte, do CP) e a instigação (art. 26.º, *in fine*, do CP). *In lege*, “*É punível como autor quem executar o facto, por si mesmo ou por intermédio de outrem, ou tomar parte directa na sua execução, por acordo ou juntamente com outro ou outros, e ainda quem, dolosamente, determinar outra pessoa à prática do facto, desde que haja execução ou começo de execução.*”

¹¹⁴ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal. Ob. Cit.**, p. 466.

¹¹⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 849.

¹¹⁶ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152º. Ob. Cit.**, p. 336

3.2.2. Segundo o critério da conduta

Quanto à conduta, é, desde logo, exigido que se trate de comportamentos humanos (excluindo a acção das coisas inanimadas e dos animais) e voluntários (excluindo os actos reflexivos, inconscientes ou “*sob impulso de forças irresistíveis*”)¹¹⁷.

Importa referir também, em função da conduta, se o crime é acometido por acção ou omissão. Neste sentido, o crime de violência doméstica pode ser praticado por acção pois de entre os comportamentos descritos no tipo encontram-se a inflicção de “*maus tratos físicos*” e a sujeição a “*castigos corporais*”.

Todavia, este crime poderá estar consumado também por omissão, se se pensar, por exemplo, no caso de um progenitor que não alimenta o seu filho, indo ao encontro do art. 10.º n.º 2 do CP que estabelece que “*a comissão de um resultado por omissão só é punível quando sobre o omitente recair um dever jurídico que pessoalmente o obrigue a evitar esse resultado*”.

O crime de violência doméstica, ainda relativamente à conduta, deve ser classificado como um crime de mera actividade ou formais, “*cuja tipicidade é indiferente da realização do resultado*” (em detrimento dos crime de resultado ou materiais, cujo “*tipo pressupõe a produção de um evento como consequência da actividade do agente*”) por se tratar de um crime que “*se preenche através da mera execução de um determinado comportamento*”¹¹⁸.

Ainda numa análise do crime de violência doméstica, no que tange à conduta, nomeadamente quanto ao processo causal, trata-se de um crime de execução livre (ou de execução não vinculada) pois o tipo não descreve o *iter criminis* e, consequentemente, o modo de execução¹¹⁹; sabendo-se, neste caso, apenas quais os comportamentos que consubstanciam o crime de violência doméstica mas não se especifica a forma de execução.

3.2.2.1. Condutas típicas do art. 152.º do CP

O tipo objectivo do crime de violência doméstica compreende diversas condutas, desde logo, a inflicção de maus tratos físico ou psíquicos, podendo também incluir os castigos

¹¹⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 305.

¹¹⁸ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 306.

¹¹⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 308.

corporais, as privações de liberdade e as ofensas sexuais, como resulta do n.º 1 do art. 152.º do CP¹²⁰.

A este respeito, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE entende que “*o elenco legal de maus tratos é exemplificativo, concretizado o conceito legal de maus tratos, mas não o esgotando*”¹²¹, o que significa dizer que poderá ainda comportar outras condutas que o legislador não contemplou, integrando as lacunas que venham a surgir.

3.2.2.2. “*De modo reiterado ou não*”

Importa ainda referir, em relação à conduta, a necessidade ou desnecessidade de reiteração para consubstanciar o crime de violência doméstica. Na verdade, o crime de violência doméstica exigia a reiteração da prática do facto ilícito¹²², situação esta que foi contornada pois o nosso legislador veio a prever, com a reforma penal de 2007, neste tipo ilícito o seguinte discurso “*de modo reiterado ou não*”, propondo assim, dar um final à querela existente no seio da jurisprudência e da doutrina pois, “*na verdade, a verificação do crime, não exigindo habitualidade da conduta, reclamava mais que uma acção isolada, pressupunha uma multiplicidade de factos, uma certa reiteração dos comportamentos agressivos do agente*”¹²³, mas “*agora, com a referida reforma, a descrição típica tem uma amplitude muito maior e prevê-se que, para o preenchimento do tipo legal, a inflicção de maus tratos pode concretizar-se de modo reiterado ou não. É defensável afirmar que, com essa formulação, foi acolhido o entendimento segundo o qual um só acto de ofensas corporais já configura um crime de violência doméstica.*”¹²⁴¹²⁵

¹²⁰ Para uma melhor compreensão de cada uma das condutas abrangidas por este tipo de ilícito, sugere-se a consulta do Capítulo II, ponto I, relativo ao conceito e tipos de violência doméstica.

¹²¹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal**. *Ob. Cit.*, p. 464.

¹²² Na anotação ao art. 152.º do Código Penal, AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO referia, acerca da reiteração do acto, que “*o tipo de crime em análise pressupõe, segundo a ratio da autonomização deste crime, uma reiteração das respectivas condutas. Um tempo longo entre dois ou mais dos referidos actos afastará o elemento reiteração ou habitualidade pressuposto, por este tipo de crime.*” – CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152.º**. *Ob. Cit.*, p. 334.

¹²³ Cf. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de Junho de 2014, relatado por Neto de Moura (Processo n.º 286/12.8PBMTS.P1), disponível online em <URL:<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a424b3ff167707b680257d02004cd029?OpenDocument>>.

¹²⁴ *Idem, ibidem*.

¹²⁵ Nesta esteira de pensamento, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 1997, o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto datado de 31 de Janeiro de 2001 e o Acórdão do Tribunal de Relação de Coimbra de 29 de Janeiro de 2003, vieram propugnar o entendimento que também um só acto isolado poderá revestir o crime de violência doméstica, embora ressalvem que esse acto isolado deverá ter gravidade suficiente para ser integrado neste ilícito – VAZ, Neide Marisa Rodrigues – **O ilícito típico 152.º**. *Ob. Cit.*, p. 45 a 46.

Todavia, alguns autores¹²⁶ realçam a necessidade de se avaliar este acto isolado pois, “*não é qualquer acção isolada de violência exercida no âmbito doméstico que poderá ser qualificada como de maus tratos com vista ao preenchimento do tipo*”. Recorrem, esses mesmos autores à figura da ‘intensidade’ para balizar os actos isolados com carência de tutela penal, como já era sugerido na exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 98/X, onde podia ler-se que “*na descrição típica da violência doméstica e dos maus tratos, recorre-se, em alternativa, às ideias de reiteração e intensidade [do modo], para esclarecer que não é imprescindível uma continuação criminosa*”¹²⁷. Ora, não sendo reiterado, deveria pelo menos ser um acto com intensidade suficiente “*para colocar em crise o bem jurídico protegido*”¹²⁸. A verdade é que, a Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, que procedeu à alteração do CP, afastou a ideia de intensidade, restando apenas a referência à reiteração ou não da conduta.

Entendemos, face ao exposto, que se o legislador tivesse simplesmente retirado o vocábulo “*reiterado*” em vez de aditar-lhe o “*ou não*”, acabaria por ter o mesmo sentido, figurando como crime de violência doméstica tanto a habitualidade/repetição da conduta, como um único acto isolado.

3.2.3. Segundo o critério do bem jurídico

Em relação ao bem jurídico, urge-nos referir se o crime de violência doméstica (neste caso, contra crianças) é, num primeiro momento, um crime de dano ou um crime de perigo e, num segundo momento, um crime simples ou complexo.

Atendendo à forma como o bem jurídico é posto em causa, um tipo ilícito pode ser um crime de dano ou um crime de perigo (cuja “*realização do tipo não pressupõe a lesão, mas antes se basta com a mera colocação em perigo do bem jurídico*”¹²⁹, subdividindo-se estes em crimes de perigo concreto¹³⁰ e crimes de perigo abstracto¹³¹).

¹²⁶ Neste sentido, vide FERNANDES, Plácido Conde – Violência doméstica. *Ob. Cit.*, pp. 306 a 308; MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos. *Ob. Cit.*, pp. 105 a 108.

¹²⁷ PORTUGAL – Proposta de Lei n.º 98/X: **Procede à vigésima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro.** Disponível online em <URL: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=33296>>.

¹²⁸ FERNANDES, Plácido Conde – Violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 307.

¹²⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral.** *Ob. Cit.*, p. 309.

¹³⁰ Entenda-se, para o efeito, crime de perigo concreto como aqueles em que o “*perigo faz parte do tipo, isto é, o tipo só é preenchido quando o bem jurídico tenha efectivamente sido posto em perigo*”; diferentemente dos crimes de perigo abstracto onde o “*perigo não é elemento do tipo, mas simplesmente motivo da proibição*” - DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral.** *Ob. Cit.*, p. 309.

¹³¹ Os crimes de perigo abstracto são entendidos como aqueles crimes onde “*o perigo não é elemento do tipo, mas simplesmente motivo da proibição*” e cuja “*conduta do agente é punida independentemente de ter criado ou não um perigo efetivo para o bem jurídico*” - DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral.** *Ob. Cit.*, p. 309.

No caso da violência doméstica, tem-se entendido que é um crime de dano onde a “*realização do tipo incriminador tem como consequência uma lesão efectiva do bem jurídico*”¹³², isto porque, infligindo maus tratos físicos, não se está a pôr em perigo o bem jurídico integridade física, mas sim a lesar efectivamente este bem jurídico¹³³.

Já relativamente ao número de bens jurídicos tutelados pelo tipo incriminador, podemos ter crimes simples (aqueles em “*que está em causa a protecção de apenas um bem jurídico*”¹³⁴) e crimes complexos (onde “*pretende-se alcançar a protecção de vários bens jurídicos*”¹³⁵). No tocante ao crime de violência doméstica exercido contra crianças, como havíamos referido anteriormente, entendemos estar perante um crime complexo, pois pretende-se a protecção dos bens jurídicos integridade física, liberdade pessoal e de movimentos, autodeterminação e liberdade sexuais, honra e vida [no caso de agravação pelo resultado, conforme o art. 152.º n.º 3, alínea b) do CP]¹³⁶.

4. Tipo subjectivo de ilícito

Outro elemento do tipo incriminador, a par do tipo objectivo de ilícito, é o tipo subjectivo de ilícito. Neste caso, falamos não dos elementos em torno do crime em si (tipo objectivo de ilícito) mas dos elementos associados ao próprio agente (tipo subjectivo de ilícito). É nesta fase que podemos falar do dolo e da negligência no cometimento de um ilícito.

Como o crime de violência doméstica não prevê expressamente o seu cometimento por negligência, a punição deste crime nunca poderá ser a este título, sendo por isso, apenas punível a título de dolo como se depreende do art. 13.º do CP.

Conceptualiza-se o dolo como o “*conhecimento e vontade de realização do tipo objectivo de ilícito*”¹³⁷. Quer isto dizer que, para estarmos perante dolo do tipo, é necessário congregarmos dois elementos: o elemento intelectual ou cognitivo (onde o agente representa todos

¹³² DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 309.

¹³³ Tem sido este o entendimento de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE - ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal. Ob. Cit.**, p. 464; e em sentido contrário, NUNO BRANDÃO configura-o como crime de perigo abstracto e entende que a “*eventual consideração como crime de dano acabaria por esvaziar a sua força de tutela, já que implicaria que fossem deixadas de fora do seu raio de aplicação um sem-número de condutas*”, pois “*o perigo para a saúde do objecto da acção alvo da conduta agressora [...] constitui motivo da criminalização, pretendendo-se deste modo oferecer uma tutela antecipada ao bem jurídico em apreço, própria dos crimes de perigo abstracto*” – BRANDÃO, Nuno – A tutela penal especial. **Ob. Cit.**, p. 14.

¹³⁴ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 311.

¹³⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 311.

¹³⁶ Acompanhando, assim, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal. Ob. Cit.**, p. 464; e MOREIRA, Sara Leitão – **A “Recente” Criminalização. Ob. Cit.**, p. 41.

¹³⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 349.

os factos que preenchem o tipo ilícito, ou seja, tem conhecimento de todos os elementos da factualidade típica¹³⁸) e o elemento volitivo (consiste na intenção ou vontade de o agente praticar o tipo ilícito)¹³⁹.

Só congregados estes dois elementos poderemos punir o agente a título de dolo pois, faltando o elemento intelectual, enveredamos por uma situação de erro (de entre os quais, erro sobre a factualidade típica, erro sobre o processo causal, *dolus generalis*, *aberratio ictus vel impetus*, *error in persona vel objecto*)¹⁴⁰.

O mais importante aqui será descortinar o elemento volitivo (a vontade dirigida à realização do facto) pois, é conforme o grau de vontade do agente que se poderá aferir a modalidade de dolo em causa: dolo directo, dolo necessário e dolo eventual. Há dolo directo (art. 14.º n.º 1 do CP) quando o fim último do autor é a realização daquele tipo de ilícito. Haverá dolo necessário (art. 14.º n.º 2 do CP) quando o facto tipicamente ilícito é consequência necessária da realização do fim a que o agente se propõe, ou seja, trata-se de algo que é inevitável em consequência da sua conduta. Para a realização do objectivo a que se propõe, o agente representa como consequência necessária da sua conduta, a perpetração de um tipo ilícito, mas essa representação não o impede de agir. Já o dolo eventual (art. 14.º n.º 3 do CP) consiste na previsão da possibilidade de realização do facto ilícito e a conformação com a mesma, isto é, o agente considera como possível a produção do resultado ilícito e conforma-se com a sua realização.

Posto isto, pode afirmar-se que o crime de violência doméstica só pode ser punido a título de dolo (excluindo assim a negligência) e em qualquer das suas formas (dolo directo, necessário e/ou eventual).

5. Concurso de crimes

5.1. Crimes que concorrem com o crime de violência doméstica

O crime de violência doméstica vertido no art. 152.º do CP tem (ou pode ter) outros crimes associados, desde logo porque este tipo legal contempla certas condutas que fazem parte do tipo incriminador de outros crimes também previstos e punidos no CP.

Ora, quando um ou mais factos sejam qualificáveis como crime por vários tipos de ilícito simultaneamente, diz-se que entre eles há concurso de crimes. Esta figura encontra-se

¹³⁸ *Idem*, *ibidem*...p. 351.

¹³⁹ *Idem*, *ibidem* ...p. 366.

¹⁴⁰ A este respeito, vide DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 356 a 366.

plasmada, entre nós, no art. 30.º n.º 1 do CP e pode subdividir-se em concurso real, concurso ideal e concurso aparente de crimes¹⁴¹¹⁴².

Quando se refere os “*maus tratos físicos ou psíquicos*”, os “*castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais*”, a “*ofensa à integridade física grave*” e “*a morte*”, poderíamos pôr de parte a aplicação do crime de violência doméstica e enveredar pela aplicação dos crimes de ofensa à integridade simples (art. 143.º do CP) qualificada [consagrado no art. 145.º n.º 1 al. a) do CP], crime de coacção (plasmado no art. 154.º do CP) e coacção sexual (previsto no art. 163.º n.º 2 do CP), crime de violação (plasmado no art. 164.º do CP), crime de abuso sexual de menores dependentes [consagrado no art. 172.º, agravado pelo art. 177.º n.º 1 al. a), ambos do CP] e o crime de homicídio qualificado [previsto no art. 132.º n.º 2 al. c) do CP], entre outros ilícitos.

Atenhamo-nos então ao concurso aparente de crimes visto que, entre o crime de violência doméstica e os crimes *supra* mencionados pode existir uma relação de especialidade, subsidiariedade (até porque o art. 152.º prevê a expressão “*se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal*”) ou de consumpção. Nestes casos, refere MANUEL CAVALEIRO FERREIRA que “*terá lugar a prevalência de uma norma incriminadora sobre outra formal e aparentemente aplicável, e que, por isso, é excluída pela primeira.*”¹⁴³.

Devemos ressaltar que o crime de violência doméstica, face ao crime de ofensa à integridade física simples (consagrado no art. 143.º do CP) está numa relação de especialidade pelo que se afasta a aplicação deste face àquele pelo princípio da *lex specialis derogat legi generali*. O mesmo acontecerá, conforme expõe PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE¹⁴⁴, com o crime de ofensa à integridade física qualificada¹⁴⁵, o crime de sequestro¹⁴⁶, o crime de

¹⁴¹ FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – **Lições de Direito Penal. Parte Geral I – A lei penal e a teoria do crime no código penal de 1982**. 4ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo. 1997, pp. 525.

¹⁴² Por concurso aparente entende-se a “*delimitação negativa do próprio concurso*”, isto é, quando “*efectivamente não há concurso de crimes*”, verificando-se apenas “*entre as normas concorrentes [...] uma relação de especialidade, de subsidiariedade ou de consumpção*” – FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – **Lições de Direito Penal. Ob. Cit.**, pp. 525 a 529; haverá concurso ideal quando “*a mesma acção viola várias disposições penais ou várias vezes a mesma disposição penal*” e diz-se que há concurso real quando “*diversas acções autónomas violam várias disposições penais ou várias vezes a mesma disposição penal*” – DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, p. 981.

¹⁴³ FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – **Lições de Direito Penal. Ob. Cit.**, pp. 529.

¹⁴⁴ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal. Ob. Cit.**, pp. 466 e 467.

¹⁴⁵ O crime de ofensa à integridade física qualificada, consagrado no art. 145.º n.º 1 al. a) do CP estabelece que “*se as ofensas à integridade física forem produzidas em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade do agente [aferido nos termos do art. 132.º n.º 2 alínea a), relativamente à circunstância de o agente ser ascendente da vítima] é punido (...) com pena de prisão até quatro anos no caso do artigo 143.º*”.

¹⁴⁶ *In lege*, “Art. 158.º (Sequestro) 1 - Quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa. 2 - O agente é punido com pena de prisão de dois a dez anos se a privação da liberdade: [...] e) For praticada contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez; 3 - Se da privação da liberdade resultar a morte da vítima o agente é punido com pena de prisão de três a quinze anos.”.

coacção sexual¹⁴⁷, o crime de violação¹⁴⁸, o crime de importunação sexual¹⁴⁹, crimes de abuso sexual de menores dependentes¹⁵⁰ e os crimes contra a honra¹⁵¹.

Já em relação aos crimes que sejam puníveis com pena mais grave do que a pena de prisão de 5 anos (*verbi gratia*, o crime de ofensas corporais graves, previsto no art. 144.º do CP), diz-se que há concurso aparente pois os crimes estão em relação de subsidiariedade; pelo que a aplicação do crime de violência doméstica é afastada¹⁵².

Relativamente ao crime de homicídio qualificado, dispõe o art. 132.º n.º 1 do CP que “*se a morte for produzida em circunstâncias que relevem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos*” aferido segundo as circunstâncias previstas no n.º 2 deste artigo, e, neste caso, releva a al. a): “*ser descendente ou ascendente, adoptado ou adoptado, da vítima*” e a al. c) “*praticar o facto contra pessoa particularmente indefesa, em razão da idade*”. Já o agravamento pelo resultado, previsto no art. 152.º n.º 3 alínea b) do CP, de morte da vítima, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos. Neste sentido, poderia enveredar-se pela relação de subsidiariedade, afastando a aplicação do crime de violência doméstica, todavia, pela gravidade do facto e do resultado dele adveniente, deverá invocar-se o concurso efectivo entre estes dois crimes¹⁵³.

Da análise dos crimes que concorrem com o crime de violência doméstica conclui-se que na maioria dos casos, funciona a especialidade do crime de violência doméstica e, por isso, são afastadas as normas gerais.

¹⁴⁷ O crime de coacção sexual, consagrado no art. 163.º n.º 2 do CP, dá-se quando alguém constrange outra pessoa a sofrer ou a praticar acto sexual de relevo consigo ou com outrem, abusando da autoridade resultante de uma relação familiar, de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, é punida com pena de prisão até 2 anos.

¹⁴⁸ O crime de violação, previsto no art. 164.º n.º 1 do CP, dispõe que “*quem, por meio de violência ou ameaça [...] constranger outra pessoa: a) a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos*” ou (n.º 2 do art. 164.º) quem, por meio não especificado anteriormente e abusando de autoridade uma relação familiar, de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, “*constranger outra pessoa: a) a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão até 3 anos*”.

¹⁴⁹ Dispõe o art. 170.º do CP que “*quem importunar outra pessoa praticando perante ela actos de carácter exibicionista ou constrangendo-a a contacto de natureza sexual é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal*”.

¹⁵⁰ O crime de abuso sexual de menores dependentes, previsto no art. 172.º do CP, dispõe que “*quem praticar acto sexual de relevo (...) ou o levar a praticá-lo com outra pessoa*” ou se “*o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos*” relativamente a menor entre 14 e 18 anos que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, sendo que esta moldura é agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo se a vítima for “*ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente*” ou “*se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação*”.

¹⁵¹ O crime de difamação, previsto e punido no art. 180.º do CP estabelece que “*1 - Quem, dirigindo-se a terceiro, imputar a outra pessoa, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ela um juízo, ofensivos da sua honra ou consideração, ou reproduzir uma tal imputação ou juízo, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 240 dias*”. Já o crime de injúria, previsto no art. 181.º do CP estabelece que “*1 - Quem injuriar outra pessoa, imputando-lhe factos, mesmo sob a forma de suspeita, ou dirigindo-lhe palavras, ofensivos da sua honra ou consideração, é punido com pena de prisão até três meses ou com pena de multa até 120 dias*”.

¹⁵² ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal**. Ob. Cit., p. 467.

¹⁵³ *Idem, ibidem*... p. 467.

5.2. *O problema associado ao afastamento da aplicação do crime de violência doméstica nos casos de concurso*

Estando perante uma situação de concurso entre o crime de violência doméstica e outros crimes que contemplem uma moldura penal superior àquela que caberia ao crime de violência doméstica, caso não haja especialidade deste face àquele, a aplicação do crime de violência doméstica pode ser afastada.

Todavia, isso conduzirá necessariamente ao afastamento das penas acessórias que poderiam ser aplicadas em concreto, pelo juiz, ao crime de violência doméstica, nomeadamente: (1) pena acessória de proibição de contacto com a vítima e afastamento da residência ou do local de trabalho desta (segundo o art. 152.º n.º 4 e 5), (2) pena acessória de proibição de uso e porte de armas pelo período de seis meses a cinco anos (conforme o n.º 4 do art. 152.º do CP), (3) pena acessória de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica (segundo o art. 152.º n.º 4, *in fine*) e (4) pena acessória de inibição do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos (conforme o n.º 6, do art. 152.º do CP).

Ora, este constitui um sério problema pois ao estipular as penas acessórias a aplicar ao arguido pelo crime de violência doméstica, *“o legislador não se preocupou apenas em proteger a vítima, [...] demonstrou uma vontade de intervir junto de agressor de forma educacional e ressocializadora. É a tomada de consciência de que sem descuidar a protecção e auxílio que deve ser dado às vítimas, é importante que os agressores sejam também objecto de controlo, intervenção e tratamentos.”*¹⁵⁴.

Como tal, afastar a aplicação das penas acessórias quando o que está em causa é uma relação familiar, afectiva ou similiar, significa esvaziar todo o esforço legislativo e político-criminal subjacente à figura das penas acessórias.

Pese embora entendamos ser esta uma tarefa difícil, nos casos em que se qualifique o facto como outro crime que não seja o de violência doméstica (por concurso efectivo), deveria permitir-se que fosse requerida em tribunal, pela vítima, a aplicação das penas acessórias plasmadas no art. 152.º do CP, com base na relação em causa e/ou na qualidade ou *status* que o agente tem sob a vítima.

¹⁵⁴ CARDOSO, Cristina Augusta Teixeira – **A violência doméstica e as penas acessórias**. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Católica do Porto. 2012, p. 38.

6. Tentativa

No que diz respeito à tentativa, esta é definida no art. 22.º n.º 1 do CP como “*quando o agente praticar actos de execução de um crime que decidiu cometer, sem que este chegue a consumir-se*”; sendo, por isso, dois os elementos que constituem a tentativa, a saber: a decisão de cometer um crime e a não consumação de um crime.

Tal como refere FIGUEIREDO DIAS, “*por definição, [...] a tentativa não pode conter mais que uma parte do ilícito do crime respectivo consumado: [...] daí a existência de regras especiais quanto à punição desta.*”¹⁵⁵.

Assim, o art. 23.º n.º 1 do CP refere que a tentativa só será punível quando ao crime consumado corresponder pena superior a três anos de prisão, ou, quando tal não suceda, quando a lei o declarar expressamente (que decorre do “*salvo disposição em contrário*”).

Tratando-se de uma tentativa punível, a pena a aplicar nunca será a mesma que caberia ao agente pelo crime consumado e, neste sentido, estabelece o art. 23.º n.º 2 do CP, que a tentativa será punível com pena aplicável ao crime consumado, mas especialmente atenuada.

Ora, no tocante ao crime de violência, a tentativa deverá também ser punida visto que o art. 152.º do CP prevê, no seu n.º 1 uma moldura penal de 1 a 5 anos de pena de prisão e no n.º 2 uma moldura penal de 2 a 5 anos.

7. Procedimento Criminal

De uma enorme importância é também o procedimento criminal associado ao crime de violência doméstica porque, depois de esmiuçar o crime, os seus elementos e consequências legais, urge explicar de que forma este crime chega (ou não) a tribunal¹⁵⁶.

O crime de violência doméstica antes da alteração ocorrida no ano 2000, tinha uma natureza semi-pública o que, dependia de queixa da vítima para que o respectivo processo penal fosse impulsionado, o que muitas vezes não acontecia pois, como refere AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, a vítima não tinha a ‘coragem’ necessária para a realizar ou, na maioria dos casos, teria “*medo de ‘represálias’ do maltratante accionado penalmente*”¹⁵⁷.

¹⁵⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 711 e 712.

¹⁵⁶ Não nos alongaremos sobre esta temática, pois consideramos ser esta uma matéria acessória face ao nosso objecto de estudo. Aconselhamos, todavia, a consulta de DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Processual Penal. Clássicos Jurídicos. 1ª Edição 1974 Reimpressão.** Coimbra: Coimbra Editora. 2004; MENDES, Paulo de Sousa – **Lições de Direito Processual Penal.** Coimbra: Almedina. 2013; SILVA, Germano Marques da – **Curso de Processo Penal I – Noções gerais, elementos do processo penal.** 6ª Edição. Lisboa: Editora Verbo. 2010; e SILVA, Germano Marques da – **Direito Processual Português III: Do Procedimento (A marcha do processo).** Porto: Universidade Católica. 2014.

¹⁵⁷ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152.º Ob. Cit.**, p. 337.

Hoje em dia, e por força da Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio, este crime ganhou uma natureza de crime público, o que significa dizer que o procedimento criminal poderá não depende da queixa da vítima, bastando, para o efeito, uma denúncia¹⁵⁸ ou o simples conhecimento do crime, devendo a autoridade judiciária, um Órgão de Polícia Criminal ou outra entidade policial lavrar um auto de notícia, descrevendo os factos que constituem o crime, para que o MP promova o processo, conforme resulta do art. 241.º do CPP.

O MP abre a fase de inquérito¹⁵⁹, segundo o art. 263.º do CPP, por ele dirigida e coadjuvado pelos Órgãos de Polícia Criminal; no fim desta fase¹⁶⁰, o MP tem ao seu dispor três opções: ou acusa o agente (nos termos do art. 283.º do CPP, após o apuramento de indícios suficientes de que foi cometido o crime e tiver identificado os seus agentes, o MP emite um despacho de acusação), ou arquiva o processo (conforme o art. 277.º do CPP, após realizar as diligências essenciais para a descoberta da verdade e na falta de indícios suficientes, o MP emite um despacho de arquivamento do inquérito) ou permite a suspensão provisória do processo¹⁶¹ (segundo o art. 281.º do CPP).

Caso o MP tenha decidido acusar, nos termos do art. 283.º do CPP, o processo segue os seus trâmites, conduzindo à fase de julgamento, onde o juiz determinará uma sentença (que

¹⁵⁸ Nos termos do art. 242.º do CPP, a denúncia é obrigatória para as entidades policiais relativamente a todos os crimes de que tomarem conhecimento e para os funcionários, quanto a crimes de que tomarem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas. E será facultativa a denúncia, conforme o art. 244.º do mesmo diploma, para aqueles que tiverem notícia do crime, denunciando ao Ministério Público, a uma autoridade judiciária ou aos Órgãos de Polícia Criminal.

¹⁵⁹ Trata-se de uma fase obrigatória, onde o MP vai “*investigar a existência de um crime, descobrir quem foram os seus agentes e recolher provas, em ordem à decisão sobre a acusação*”. Para tal, o MP emite um despacho a determinar a sua abertura. Sem este despacho, o processo é nulo, por falta de promoção do MP, conforme resulta do art. 119.º, alínea b) do CPP. – MENDES, Paulo de Sousa – **Lições de Direito Processual Penal**. Ob. Cit., pp. 65 e 66.

¹⁶⁰ Temos por prazo meramente ordenador para o encerramento da fase de inquérito, em regra, o prazo de 6 meses, se houver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de 8 meses, se os não houver (como estabelece o n.º 1 do art. 276.º do CPP); podendo o prazo de 6 meses ser prorrogado em situações excepcionais até um máximo de 12 meses (conforme o art. 276.º n.º 2 do CPP).

¹⁶¹ A suspensão provisória do processo consiste num “*arquivamento contra injunções e regras de conduta*” – MENDES, Paulo de Sousa – **Lições de Direito Processual Penal**. Ob. Cit., p. 80. O seu estabelecimento depende de alguns requisitos previstos no art. 281.º n.º 1 do CPP, a saber: (1) crime punível com pena de prisão até 5 anos ou punível com pena de multa; (2) terá de ser requerido pelo arguido ou pelo assistente ou determinado oficiosamente pelo MP; (3) deverá existir concordância do Juiz de instrução; (4) e ainda que se verifique os seguintes pressupostos: a concordância do arguido e do assistente, ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza, ausência de aplicação anterior de suspensão provisória de processo por crime da mesma natureza, não haver lugar a medida de segurança de internamento, ausência de um grau de culpa elevado e, ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir. O instituto da suspensão provisória do processo tem sido aplicado ao crime de violência doméstica (visto que o art. 152.º n.º 2 tem como moldura penal a pena de prisão de 2 a 5 anos), até porque o n.º 7 do art. 281.º do CPP estabelece que “*em processos por crime de violência doméstica não agravado pelo resultado [onde não resulte em ofensa à integridade física grave ou a morte da vítima], o Ministério Público, mediante requerimento livre e esclarecido da vítima, determina a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que se verifiquem os pressupostos das alíneas b) [ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza] e c) [ausência de aplicação anterior de suspensão provisória de processo por crime da mesma natureza] do n.º 1.*”. Todavia, é de referir que nos casos de violência doméstica cuja vítima seja uma criança, a aplicação da suspensão provisória do processo está, de todo, arredada. Entende-se que assim seja, pois a criança vítima deste crime não poderá, *per si*, requerer a aplicação deste instituto ou, no caso de ter sido requerido pelo arguido, não poderá a criança dar a sua concordância, nem por intermédio de um representante legal. Acreditamos ainda que, relativamente ao crime de violência doméstica, parte da solução para debelar este flagelo social, deverá passar pelo afastamento da aplicação pelo MP da suspensão provisória do processo em detrimento da continuidade do processo para julgamento e, conseqüentemente, aplicar-se com maior frequência a pena de prisão.

pode ser condenatória ou absolutória), podendo existir, posteriormente, o recurso desta sentença, nos termos dos arts. 399.º e seguintes do CPP.

8. Causas de exclusão e justificação

8.1. Causas de exclusão da ilicitude

A par dos tipos incriminadores, surgem, numa “*relação de complementaridade funcional na valoração de uma concreta acção como lícita/ilícita*” os tipos justificadores. Os tipos incriminadores “*constituem uma via provisória de fundamentação da ilicitude*”, enquanto que os tipos justificadores são “*uma via definitiva de exclusão da ilicitude [...] indiciada pela subsunção da acção concreta a um tipo incriminador*”¹⁶².

Ao nível legal, conforme resulta do art. 31.º n.º 2 do CP, são causas de exclusão da ilicitude (ou, por outras palavras, de justificação da mesma) a legítima defesa, o exercício de um direito (o direito de necessidade), o cumprimento de um dever imposto por lei ou por ordem legítima da autoridade e o consentimento do titular do interesse jurídico lesado.

Num caso em concreto, não se podendo justificar o crime de violência doméstica com algumas das causas *supra* referidas, a ilicitude do acto mantém-se, sendo o agente punido pela prática do mesmo.

A doutrina, por seu turno, tem apontado uma outra hipótese de causa de justificação: direito de educação-correcção dos pais¹⁶³. A este respeito refere PAULA RIBEIRO DE FARIA que “*é por demais discutida a natureza do direito de castigo dos pais e educadores quando se traduza, em concreto, em lesões da integridade física do educando. Independentemente do ponto de vista justificador a que se faça apelo (direito de correcção, adequação social), restam controvertidos não só a sua admissibilidade, como os seus limites.*”¹⁶⁴. Acrescenta a autora que “*a ofensa à integridade física será justificada quando se mostre adequada a atingir um determinado fim educativo, e seja aplicada pelo encarregado de educação com essa finalidade.*”. Ou seja, aceita o poder-dever de corrigir moderadamente a criança como causa de justificação, desde que este não ultrapasse o limite do socialmente admitido e adequado.

¹⁶² DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 384 e 385.

¹⁶³ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152.º. Ob. Cit.**, pp. 334 a 335.

¹⁶⁴ FARIA, Paula Ribeiro de – **Artigo 143.º: Ofensa à integridade física simples. In Comentário conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I – Arts. 131.º a 201.º.** Dirigido por Jorge Figueiredo Dias. Coimbra: Coimbra Editora. 1999, p. 214.

Nesta esteira de pensamento, veio o Acórdão do STJ de 5 de Abril de 2006¹⁶⁵ estabelecer que os “*castigos moderados aplicados a menor por quem de direito, com fim exclusivamente educacional e adequados à situação, não são ilícitos. Devendo, no entanto, ter-se consciência de que estamos numa relação extremamente vulnerável e perigosa quanto a abusos.*”¹⁶⁶.

Quer isto dizer que, não será visto como justificado os maus tratos a crianças quando sejam desproporcionais à educação ou correcção que se pretende.

FIGUEIREDO DIAS, relativamente ao direito de correcção dos pais, refere que ele já não é visto como uma causa de justificação e transcreve o § 1631 II do Código Civil alemão, onde pode ler-se que “*os filhos têm direito a uma educação isenta de violência. Castigos corporais, ofensas psíquicas e outras medidas contra a dignidade são inadmissíveis.*”¹⁶⁷.

Também releva aqui, como possível causa de justificação da ilicitude a retorsão, por remissão para o art. 143.º n.º 3 do CP (crime de ofensa à integridade física simples) e para o art. 186.º n.º 3 do CP (relativamente aos crimes contra a honra).

Por retorsão entende-se o acto de ripostar ou actuar, respondendo a uma conduta ilícita. Ora, a retorsão configura-se como “*uma ofensa a outra ofensa*”, como dispõe o art. 186.º n.º 3 do CP.

Nos casos em que ocorra retorsão, opera a dispensa de pena, por força do art. 74.º do CP, cuja sua aplicação está limitada à verificação de alguns requisitos cumulativos: (1) deve tratar-se de um crime punível com pena de prisão não superior a seis meses ou com pena de multa não superior a 120 dias (excepcionando-se os crimes que admitam, com carácter facultativo, a dispensa da pena, como é o caso da ofensa à integridade física simples e os crimes contra a honra – nos termos do n.º 3 do art. 74.º do CP); (2) a ilicitude do facto e a culpa do agente forem diminutas; (3) o dano tiver sido reparado; (4) e a dispensa da pena não se opuser a razões de prevenção.

Assim, imagine-se um caso de retorsão¹⁶⁸ onde uma criança empurra o pai na via pública, este cai, levanta-se e dá uma palmada ao filho. Claramente poderia estar em causa um

¹⁶⁵ Acórdão do STJ de 05 de Abril de 2006, relatado por João Bernardo (Processo n.º 06P468). Disponível online em: <URL: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7b3cde591793c8b18025714d002b118c?OpenDocument>>.

¹⁶⁶ Importa referir que este acórdão deu aso a que a Organização Mundial contra a Tortura (pela segunda vez) impusesse uma queixa contra Portugal junto do Conselho da Europa (**Queixa n.º 34/2006, OMCT vs. Portugal**) “*alegando novamente que a legislação nacional não protege adequadamente as crianças contra todas as formas de castigos corporais, o que consubstancia uma violação da Carta Social Europeia* Revista. (...) A 12 de Junho de 2006 a queixa foi declarada admissível.”. ALBUQUERQUE, Catarina de – Castigos Corporais contra crianças O princípio do fim? **Artigos Janus**. 2007. Disponível online em <URL: http://janusonline.pt/2007/2007_3_12.html>.

¹⁶⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal. Parte Geral. Ob. Cit.**, pp. 507.

¹⁶⁸ De igual modo, PAULA RIBEIRO FARIA, no comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Abril de 2006, transcreve o caso do menor “*a quem a arguida deu uma bofetada por este lhe ter atirado uma faca*”, concluindo esta autora que “*parece-nos que a questão extravasa claramente do âmbito do poder de correcção.*” - FARIA, Maria Paula Bonifácio

crime de violência doméstica contra a criança, mas suponha-se aplicar aqui a dispensa da pena; vejamos se os requisitos estariam preenchidos para a sua aplicação: relativamente ao primeiro requisito, o crime de violência doméstica prevê uma moldura penal de 1 a 5 anos de prisão; pelo que, este requisito estará afastado no crime de violência doméstica, mas não no caso do crime de ofensa à integridade física simples. Quanto ao segundo requisito, entender-se-ia ser uma culpa diminuta pelo facto de não ter sido o pai a iniciar o ciclo de agressão; relativamente ao terceiro e quarto requisito, refere FIGUEIREDO DIAS que “*de um ponto de vista político-criminal, a exigência de reparação efectiva liga-se substancialmente ao requisito [...] de que à dispensa da pena se não oponham exigências de prevenção*”¹⁶⁹; então como é que o dano poderia ser reparado? Um pedido de desculpas? Talvez. E assim sendo, as exigências de prevenção não seriam esvaziadas pela aplicação da dispensa da pena.

Todavia, deverá ter-se por afastada a ideia de aplicação da retorsão como causa de justificação da ilicitude ao crime de violência doméstica pois o primeiro requisito de admissão da dispensa da pena não se verifica naquele crime.

Situação diferente seria se se qualificasse o caso como crime de ofensa à integridade física simples que permite, de modo facultativo, a aplicação da dispensa da pena (nos termos do art. 143.º, n.º 3 do CP), pois a “*figura da retorsão [...] foi especificamente criada para todas aquelas situações em que a ofensa à honra ou à lesão da integridade física simples surge como resposta a uma outra agressão, alterando-se assim, por força da natureza diminuta da ofensa, a concreta imagem do facto.*”¹⁷⁰.

8.2. Causas de exclusão da culpa

Visto que o autor do crime de violência doméstica contra crianças pode ser os pais da criança mas também o(s) seu(s) irmão(s), podemos pensar numa causa de exclusão da culpa óbvia quanto a estes últimos: se pensarmos na hipótese de os irmãos da criança (vítima de violência doméstica) exercerem sobre esta maus tratos e, forem eles menores de 16 anos, segundo o art. 19.º do CP, são considerados inimputáveis, o que significa que serão incapazes de culpa.

Outra hipótese, referida por AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, será a da falta de consciência da ilicitude não censurável (prevista no art. 17.º n.º 1 do CP), contudo, alerta este

Ribeiro de - Acerca da fronteira entre o castigo legítimo de um menor e o crime de maus tratos do art. 152.º do Código Penal: Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Abril de 2006. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**. Coimbra: Coimbra Editora. 16:2 (Abril/Junho 2005) p. 341.

¹⁶⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal Português: Parte Geral**. Ob. Cit., p. 319.

¹⁷⁰ FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de - Acerca da fronteira. Ob. Cit., p. 341.

autor que “só parece defensável em relação a algumas espécies dos comportamentos descritos (...) e desde que assumam pouca gravidade e as motivações do agente não sejam censuráveis.”¹⁷¹.

8.3. Causas de exclusão do tipo: a adequação social como causa de atipicidade do direito de correcção dos pais

O art. 18.º n.º 2 da CRP dispõe que “A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”. Ora, esta constitui a fresta perfeita que alguns autores, de entre os quais PAULA RIBEIRO FARIA, têm utilizado para defender a adequação social como uma causa de atipicidade do direito de correcção dos pais aos filhos.

Primeiramente, importa referir que a adequação social surge como reflexo da sociedade, sendo por isso “sinónimo da normativização da acção, da concessão de um papel determinante ao desvalor da conduta, permitindo pensar o significado ético e social da conduta do agente face ao recorte de vida que o legislador quis com o tipo legal de crime”¹⁷², por outras palavras, o legislador tipifica uma conduta como crime porque interpreta aquela conduta como inadequada socialmente.

PAULA RIBEIRO FARIA defende que, sob a égide da teoria da adequação social, a conduta do educador que disciplina o seu educando (desde que dentro dos limites do moderado e proporcional) deverá ser considerada como atípica e já não, simplesmente, justificada¹⁷³.

Isto porque entende que a tarefa educativa não constitui uma conduta penalmente relevante se atendermos à gravidade da lesão (através do princípio da bagatela penal¹⁷⁴) e ao

¹⁷¹ CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152.º**. *Ob. Cit.*, p. 335.

¹⁷² FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de – **A Adequação social da conduta no direito penal ou o valor dos sentidos sociais na interpretação da lei penal**. Tese de Doutoramento. Porto: Publicações Universidade Católica do Porto. 2005, p. 32.

¹⁷³ Idem, *ibidem*... p. 611

¹⁷⁴ O princípio da bagatela penal constitui uma forma de interpretação da adequação social da conduta. Não existe verdadeiramente uma definição de bagatela penal, mas é utilizado frequentemente para delimitar os casos em que a pena a aplicar é desproporcional à infracção, pelo que o facto em causa está revestido de desvalorização social ou da irrelevância penal – neste sentido, *vide* MENDES, Paulo de Sousa – **Lições de Direito Processual Penal**. *Ob. Cit.*, p. 75; FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de – **A Adequação social**. *Ob. Cit.*, pp. 317 a 333. O exemplo de escola de uma bagatela penal será o furto de uma pastilha num estabelecimento comercial, cuja insignificância do preço é claramente desproporcional à pena que poderia ser aplicada ao agente pelo crime de furto.

sentido social que não coincide com aquele que o legislador especificamente pretendeu criminalizar¹⁷⁵.

Não concordamos com a ideia *supra* referida de que a adequação social possa tornar atípico o direito de correcção, mas sobre isto reservamos a última parte desta investigação.

9. Vítima versus Agressor

9.1. Protecção da Vítima

A vítima, entendida como o sujeito passivo do crime, tem ao seu dispor uma série de medidas estaduais que reforçam a sua protecção, o acesso à justiça e a sua assistência¹⁷⁶.

É o caso da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas. Segundo o art. 2.º alínea a) deste diploma, define-se vítima como “*a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causada por acção ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no art. 152.º do Código Penal*” e acrescenta na alínea b) a definição de vítima especialmente vulnerável como aquela “*cujas especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integridade social*”, sendo esta última que releva para o nosso estudo, concretamente no que diz respeito à criança como vítima de violência doméstica.

Esta lei estabelece as suas finalidades no art. 3.º, de entre as quais, “*consagrar os direitos das vítimas*”, “*criar medidas de protecção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica*”, “*assegurar uma protecção policial e jurisdicional célere e eficaz*” e “*garantir a prestação de cuidados de saúde adequados às vítimas de violência doméstica*”. Para tanto, atribui-se à vítima, após a denúncia do crime, o estatuto de vítima (o art. 14.º), que lhe confere o direito à informação¹⁷⁷ (art. 15.º), a assistência relativa à consulta

¹⁷⁵ FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de – **O castigo físico dos menores no Direito Penal**. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria*. Coimbra: Coimbra Editora. 2003.

¹⁷⁶ Trata-se das tarefas fundamentais que o Estado propõe a realizar, nomeadamente, nos termos do art. 9.º alínea b) da CRP, onde pode ler-se que “*são tarefas fundamentais do Estado [...] b) Garantir os direitos, liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático*”.

¹⁷⁷ Este direito abrange as informações relativas ao tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio e ao tipo de apoio que pode receber; onde e como pode apresentar denúncia; quais os procedimentos seguintes à denúncia e qual o seu papel no âmbito dos mesmos; como e em que termos pode receber protecção; em que medida e em que condições

e aconselhamento jurídico e o reembolso das despesas que venha a ter durante e com o processo penal (art. 18.º, 25.º a 27.º e 19.º), a protecção respeitante à sua segurança e salvaguarda da vida privada (art. 20.º) e ainda abrange uma rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica (art. 53.º) onde se insere o organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género (art. 58.º), as casas de abrigo (art. 60.º e 63.º a 74.º) e os centros de atendimento (art. 61.º), alguns deles especializados art. 62.º).

Este diploma, como se depreende, oferece à vítima de violência doméstica¹⁷⁸ inúmeras garantias e direitos relevantes e que lhes estão inerentes. Embora abranja também as vítimas com especial vulnerabilidade, como *supra* referimos, a verdade é que esquece-se de articular a figura da criança, vítima especialmente vulnerável, como sujeito no processo penal, nada referindo acerca da sua representação em juízo ou a sua assistência nos casos em que ambos os seus progenitores sejam os perpetradores do crime de violência doméstica.

Também releva, relativamente à vítima, o papel que alguns organismos de responsabilidade social têm desenvolvido. Fala-se então da APAV e da CPCJ.

A APAV, fundada a 25 de Junho de 1990, é uma instituição particular de solidariedade social, de âmbito nacional, cuja missão é a de promover e contribuir para a informação, protecção e apoio dos cidadãos vítimas de infracções penais.

Neste contexto, segundo o art. 3.º dos seus estatutos, tem como objectivos: a promoção da “*protecção e o apoio a vítimas de infracções penais em geral e em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico*”; “*colaborar com as competentes entidades da administração da justiça, polícias, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares de infracções penais e respectivas famílias*”; “*incentivar e promover a solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de cooperadores voluntários e do mecenato social, bem como da mediação vítima-infractor e outras práticas de justiça restaurativa*”; “*fomentar e patrocinar a realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação dos seus interesses*”; “*promover e participar em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião*

tem acesso ao aconselhamento jurídico, apoio judiciário ou outras formas de aconselhamento; quais os requisitos que regem o seu direito a indemnização; e quais os mecanismos especiais de defesa que pode utilizar, sendo residente em outro Estado.

¹⁷⁸ VÍTOR SEQUINHO DOS SANTOS alerta para o problema da delimitação recíproca para a aplicação desta lei, isto porque este diploma apenas funciona para os casos de violência doméstica, estando excluídos crimes que se encontram “paredes-meias” com outros crimes, v.g., o crime de ofensa à integridade física simples, ameaça ou injúria – SANTOS, Vítor Sequinho dos – Violência Doméstica – Aplicação de “Medidas de coacção urgentes”. *Revista do CEJ*. Coimbra: Almedina. 1º Semestre:13 (2010) p. 64.

pública”; “contribuir para a adopção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, facilitadoras da defesa, protecção e apoio à vítima de infracções penais, com vista à prevenção dos riscos de vitimização e atenuação dos seus efeitos”; e “estabelecer contactos com organismos internacionais e colaborar com entidades em que outros países prosseguem fins analógicos”¹⁷⁹.

Esta instituição muito tem labutado na área da violência doméstica, fornecendo Gabinetes de apoio à vítima (os GAV’s), situados nas principais cidades do país e que prestam apoio aos cidadãos vítimas de crimes e à sua família; de igual modo, tem apostado na formação para valorizar o papel da vítima e dos seus direitos juntos da comunidade em geral e na política. Muito tem contribuído também com o tratamento da estatística e com a emissão de pareceres. A sua rede de parcerias tem-se alargado e hoje em dia funciona em constante ligação com a Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Polícia Judiciária, identificando focos de violência e alertando aquelas entidades para intervirem.

Relativamente à CPCJ¹⁸⁰, foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio, e posteriormente reformuladas com base na Lei de Promoção e Protecção (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro). Tratam-se de instituições não judiciárias com autonomia funcional que têm por missão a promoção dos direitos da criança e do jovem, assim como identificar, prevenir e neutralizar situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Esta comissão funciona na modalidade alargada e na modalidade restrita. A primeira modalidade tem como competências “*informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades*”; “*promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detecção dos factos e situações que afectem os direitos e interesses da criança e do jovem*”; e “*colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas*”. Por seu turno, a modalidade de comissão restrita tem como competências “*atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de protecção*”; “*apreciar liminarmente as situações de que a comissão de protecção tenha conhecimento*”; “*proceder à instrução dos processos*”; e “*decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção, com excepção da medida de confiança a pessoa*

¹⁷⁹ APAV – **Quem somos**. 2012. Disponível online em <URL: http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/visaomissao/2011-05-06-15-24-05>.

¹⁸⁰ CPCJ – **O que são**. 2015. Disponível online em <URL: <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.01>>.

seleccionada para a adopção ou instituição com vista a futura adopção”. Ora, a comissão alargada funciona em abstracto e a comissão restrita, em concreto com crianças e jovens sinalizadas em situação de risco.

O Acórdão do Tribunal de Guimarães datado de 8 de Janeiro de 2013¹⁸¹, v.g., relata a actuação da CPCJ face a um caso de violência doméstica pautado por negligência contra uma criança. Uma das crianças tinha sido sinalizada pelo Hospital por suspeita de maus tratos e, a CPCJ, na eminência de alta hospitalar, aplicou de imediato a medida urgente de acolhimento institucional, *“já que a progenitora e o pretenso pai não possuem condições para garantir as suas necessidades básicas, constituindo uma situação de perigo actual e eminente para a criança; daí a necessidade de intervenção judicial, com vista a acautelar o interesse da menor e a afastar da situação de perigo em que a mesma se encontra”*. In casu, decidiu-se o tribunal pelo *“corte com a família natural e a procura de uma família psicológica com interesses em investir num novo projecto de vida para a menor, pelo que a medida aplicada é a adequada à situação da menor”*.

9.2. Responsabilização do agressor

Relativamente à responsabilização do agressor, antes do julgamento (mas depois de constituído arguido pela prática do crime de violência doméstica), prevê o art. 31.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro a aplicação pelo juiz (no prazo máximo de 48 horas) das chamadas medidas de coacção urgentes. São elas, a medida de *“não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a continuação da actividade criminosa”*, *“sujeitar, mediante consentimento prévio, a frequência de programa para arguidos em crimes no contexto da violência doméstica”*, *“não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima”* e *“não contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou certos meios”*.

Em relação à aplicação das medidas de coacção urgentes (previstas no art. 31.º deste diploma), pode o juiz *“determinar que o cumprimento daquelas medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância”*, conforme o art. 35.º da mesma Lei. Este controlo à distância deve respeitar a dignidade pessoal do arguido e é efectuado por monitorização

¹⁸¹ Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 8 de Janeiro de 2013. Relatado por Espinheira Baltar (Processo n.º 2933/11.0TBGMR-A.G1. Disponível em <URL: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/cb795e002ee6682580257b04005844fb?OpenDocument>>.

telemática posicional ou por tecnologia idónea; levada a cabo pelos serviços de reinserção social articulados com os serviços de apoio à vítima.

Segundo o art. 38.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, prevê ainda medidas de apoio à reinserção do agente que consistem na criação, por parte do Estado, de condições necessárias ao apoio psicológico e psiquiátrico aos agentes condenados pela prática de crimes de violência doméstica. Deverão ser definidos e implementados também programas para autores de crimes no contexto da violência doméstica. Neste sentido, no que diz respeito à medida de frequência de programas para arguidos em crimes no contexto da violência doméstica, no âmbito do art. 3.º alínea i) trata-se de uma das finalidades desta lei, sendo que o art. 2.º alínea f) define-os como “*a intervenção estruturada junto dos autores de crimes no contexto da violência doméstica, que promova a mudança do seu comportamento criminal, contribuindo para a prevenção da reincidência, proposta e executada pelos serviços de reinserção social, ou por outras entidades competentes em razão da matéria*”.

Foi neste sentido que surgiu a PAVD¹⁸², sob orientação do Ministério da Justiça, mais concretamente da Direcção-Geral de Reinserção Social, como “*resposta estruturada dirigida a agressores de violência conjugal que visa promover a consciência e assumpção da responsabilidade do comportamento violento e a utilização de estratégias alternativas ao mesmo, objectivando a diminuição da reincidência*”. Este programa destina-se a “*sujeitos do sexo masculino, com processo em tribunal; residentes na área de intervenção da Delegação Regional do Norte da [...] DGRS; com ausência de doenças psiquiátrica grave e/ou défices cognitivos acentuados; condicionados à avaliação de risco para a vítima; com pré-estabilização de comportamentos aditivos (etílicos/estupefacientes) e/ou problemas de saúde mental*”.

A inclusão de um agressor ao PAVD pressupõe o prévio diagnóstico efectuado pela DGRS, bem como a aplicação de uma injunção ou regra de conduta no âmbito da Suspensão Provisória do Processo ou da Suspensão de Execução da Pena de Prisão, em medida/sanção penal com duração mínima de 18 meses. Importa referir que estão reunidas neste programa a DGRS, o MP, os Órgãos de Polícia Criminal, a Segurança Social e Emprego, as Instituições de Apoio à Vítima, as estruturas de suporte clínico e a Comissão para a Cidadania e igualdade de género. Ora, após a avaliação pela DGRS e por solicitação do tribunal, dá-se início ao PAVD que pressupõe uma intervenção individualizada (com eventual pré-estabilização do agressor, apoio terapêutico e outras intervenções sociais), seguida de um módulo psico-

¹⁸² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Programa para Agressores de Violência Doméstica**. 2009. Disponível online em <URL: www.oa.pt/upl/%7Bbbe0cbaa-5794-4f2f-8a49-adf014f72d39%7D.PDF>.

educacional na modalidade grupal ou individual (composta por formação individualizada psico-educacional, 20 sessões de 2 horas cada, em dinâmica de grupo e ainda, apoio sistémico familiar) que contribuirão, no fim do programa para uma estabilização do agressor e para o controlo da reincidência.

Neste mesmo seguimento, foi criado no Arquipélago dos Açores (e posteriormente alargado a Portugal Continental, concretamente em Cascais) um protocolo de cooperação denominado de Programa CONTIGO¹⁸³. Este protocolo foi celebrado entre a Procuradoria da República no Círculo Judicial de Ponta Delgada, o Instituto de Acção Social, a DGRS e a Polícia de Segurança Pública, tendo por base a preocupação de, entre outras, “*continuar a reforçar uma metodologia interventiva, fortemente articulada, que garanta uma intervenção centrada na diminuição/anulação das causas de risco para as vítimas da violência doméstica.*”.

A cada um daqueles outorgantes foram atribuídas competências específicas, previstas na cláusula n.º 3 deste protocolo, sendo que a cláusula n.º 2 estabelece as formas de intervenção desta cooperação e que são: “*a intervenção a desencadear [...] terá um carácter sistémico e globalizador, intervencionando em simultâneo, o binómio vítima e agressor [...] num forte respeito pelas dinâmicas pessoais das figuras envolvidas*”, “*os conteúdos interventivos, centrar-se-ão na aplicação do Programa CONTIGO [...], uma metodologia resultante de um trabalho específico realizado por um conjunto de representantes das entidades outorgantes do presente Protocolo e de um conjunto de organizações privadas que serão cooptadas para a aplicação efectiva do mesmo*”, “*o Programa agrega um conjunto diferenciado de etapas, assumindo sempre uma avaliação prioritária do risco para as vítimas e implicando igualmente a monitorização/controlo da conduta do arguido*”, “*proceder à elaboração de respostas interventivas que promovam uma intervenção específica sobre crianças e jovens vítimas de violência doméstica.*”.

Sobre o PAVD e o Programa CONTIGO, dispõe o Relatório final de execução do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (para o triénio 2011/2013) que, ao nível da prevenção de reincidência e intervenção com agressores, houve uma taxa de crescimento de 57% no PAVD e de 74% no Programa CONTIGO; perfazendo, em 2013, 63% no total, o

¹⁸³ PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CÍRCULO JUDICIAL DE PONTA DELGADA; INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL; DGRS; POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – **Protocolo de Cooperação: Programa CONTIGO**. 2008. Disponível online em <URL:

número de agressores do crime de violência doméstica que frequentaram o programa de prevenção da reincidência¹⁸⁴.

¹⁸⁴ COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO – **Relatório final de execução do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011/2013)**. Lisboa. 2014, p. 26. Disponível *online* em <URL: www.cig.gov.pt/wp.../05/Relatorio_Execucao_IV_PNCVD_2013.pdf>.

Capítulo II – Os contornos sociológicos da violência doméstica

1. Conceito e tipos de violência doméstica

1.1. Conceito

Para melhor compreender-se o fenómeno da violência doméstica, bem como os seus contornos, é imperativo proceder à sua conceptualização.

Sabemos que a violência doméstica traduz “*uma específica realidade sociológica que pode ser caracterizada pelo exercício de inúmeras formas de violência, que ocorre num específico espaço social, em que surgem como agressor e vítima os membros de uma relação conjugal [...] ou de uma relação familiar [...] e que visa, a maior parte das vezes, a manutenção na prática de concepções [...] patriarca[is] da sociedade.*”¹⁸⁵.

Primeiramente, por violência deve entender-se, segundo a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, “*a ameaça ou uso intencional de força física ou poder, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, da qual resulte ou possa resultar sofrimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação.*”¹⁸⁶ [tradução nossa]. Será este, portanto, o ponto de partida para encontrarmos a definição de violência doméstica.

Perante a inexistência de um consenso internacional relativamente ao conceito de violência doméstica, vários foram os autores e entidades que procuraram oferecer uma definição a este fenómeno.

Na década de 60 do século passado, surgiu a preocupação de estudar a violência doméstica nas ciências sociais e humanas, através de uma visão sistémica e multidisciplinar¹⁸⁷. Foi neste seguimento que se desenvolveu o chamado “*the battered Child Syndrome*”¹⁸⁸, como “*uma situação em que as crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos seus pais ou substitutos*”¹⁸⁹. Ora, os maus tratos são “*um sintoma de uma patologia dos pais*”¹⁹⁰.

¹⁸⁵ MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos. *Ob. Cit.*, p. 102.

¹⁸⁶ KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report on violence and health*. Genebra: World Health Organization (Organização Mundial da Saúde). 2002, p. 5.

¹⁸⁷ LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote de – Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. **THEMIS, Revista da Faculdade de Direito da UNL**. Coimbra: Almedina. II:3 (2001), pp. 98 e 99.

¹⁸⁸ Trata-se da nomenclatura defendida, por C. H. KEMPE, F. N. SILVERMAN; B. F. STEELE; W. DROGEMUELLER e H. K. SILVER, num artigo com o mesmo nome, publicado no *Journal of the American Medical Association* em 1962 – LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote de – Violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 98.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem...* p. 98

¹⁹⁰ CALHEIROS, Manuela ; MONTEIRO, Maria Benedicta – Mau trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa: Editora Mundos Sociais. Quadrimestral:34 (2000) p. 147.

Em 1999, a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, no sentido de prevenir os abusos a crianças definiu violência doméstica contra as crianças como “*todas as formas de maus tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência, tratamento negligente, comercial ou outra forma de exploração, resultando em dano real ou potencial para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.*”¹⁹¹ [tradução nossa].

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 13 de Junho, que aprovou o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (para o triénio 2003/2006), define violência doméstica, de forma abrangente, como “*toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais (...), ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica.*”, indo ao encontro do que já estabelecia a Recomendação n.º 2002/5, de 30 de Abril, do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

Muitas outras definições poderiam ser aqui apontadas porém, acabaríamos por cair em repetição, pelo que nos ativemos apenas a estas, sendo a principal para o nosso estudo, a definição *supra* referida de violência doméstica contra crianças.

1.2. Tipos de violência

Decorrente da própria definição de violência doméstica, podemos identificar diferentes tipos de violência, a saber, violência física, violência psicológica, intimidação, negligência, violência sexual, isolamento social, bem como a síndrome de Münchhausen por procuração.

Relativamente à violência física¹⁹², esta tem por base o uso da força física, com intenção de ferir ou causar dano físico a outrem, podendo ou não originar marcas físicas. Aqui podem incluir-se bofetadas, pontapés, murros, queimaduras, sufocamento ou, arremesso de objectos contundentes, estrangulamento, empurrões, puxões de cabelo, e inclui-se aqui também a síndrome da criança abanada (do inglês *the shaken child*¹⁹³).

¹⁹¹ KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report. Ob. Cit.*, p.59.

¹⁹² MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos. *Ob. Cit.*, p. 104; KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report. Ob. Cit.*, p. 62 a 63; MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – **Violência e Vítima de Crimes. Vol. 2 – Crianças.** Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria. Coimbra: Quarteto Editora. 2003, p. 21; NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 142.

¹⁹³ Trata-se de uma forma de abuso na infância, normalmente em crianças até os 9 meses; caracteriza-se pela prática de abanamento da criança de forma repetida e, muitas vezes, acompanhada pelo embate da cabeça contra superfícies. A criança pode desenvolver hemorragias intracranianas, hemorragias da retina e pequenas fracturas e, em casos extremos, poderá

No que diz respeito à violência psicológica, trata-se da “incapacidade em proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afectivo.”¹⁹⁴. Abrange os actos de “desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima [...] por palavras e/ou comportamentos; criticar negativamente todas as suas acções, características de personalidade ou atributos físicos [...]; destruir objectos com valor afectivo para ela [...]; não a deixar descansar/dormir”¹⁹⁵

Estreitamente ligada à violência psicológica, a intimidação também é um tipo de violência que tem por base a coacção ou ameaça. Caracteriza-se pelo clima constante de medo que o agressor proporciona à vítima, através do uso de “palavras, olhares e expressões faciais, gesto mais ou menos explícitos [e] mostrar ou mexer em objectos intimidatórios”¹⁹⁶.

A negligência consistirá na “incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades básicas de higiene, alimentação, afecto, saúde e vigilância, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais.”¹⁹⁷, não se considerando negligência, v.g. o caso do pai que não dá ao filho uma consola de jogos.

Quanto à violência sexual¹⁹⁸, abrange a prática de actos de cariz sexual, contra a vontade da criança, tais como, a violação, a sua exposição a práticas e contactos sexuais com terceiros, exposição à pornografia, exibição pública de imagens privadas, mas também diz respeito a actos de “amordaçar, atar contra a vontade [e] queimar os órgãos sexuais.”¹⁹⁹ e de o constranger a prostituir-se.

O isolamento social²⁰⁰ caracteriza-se pelo afastamento da vítima da sua rede familiar e social, quer através da proibição de ausentar-se de casa, quer pela privação de convívio com família e amigos.

Relativamente à síndrome de Münchausen por procuração, trata-se de uma ficção ou “simulação de sinais e sintomas por um elemento da família, criando doenças na criança que obrigam a sucessivos internamentos e investigações.”²⁰¹. Quando estes casos começaram a surgir clinicamente, “verificou-se que as mães das crianças estudadas provocavam

resultar na sua morte, atraso mental, paralisia cerebral ou cegueira. – KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report*. Ob. Cit., p. 61.

¹⁹⁴ MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – *Violência e Vítima de Crimes*. Ob. Cit., p. 22.

¹⁹⁵ NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. Ob. Cit., p. 141.

¹⁹⁶ *Idem*, *ibidem*... p. 141.

¹⁹⁷ MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – *Violência e Vítima de Crimes*. Ob. Cit., pp. 21 e 22.

¹⁹⁸ KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report*. Ob. Cit., pp. 63 e 64; MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – *Violência e Vítima de Crimes*. Ob. Cit., p. 22; NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. Ob. Cit., p. 143.

¹⁹⁹ NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. Ob. Cit., p. 143.

²⁰⁰ MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos. Ob. Cit., p. 104; MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – *Violência e Vítima de Crimes*. Ob. Cit., p. 22; NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. Ob. Cit., p. 142.

²⁰¹ MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – *Violência e Vítima de Crimes*. Ob. Cit., p. 22.

*intencionalmente lesões compatíveis com quadros clínicos, de modo a que os seus filhos fossem alvo de tratamentos médicos desnecessários.”*²⁰².

Importa ainda referir que estes tipos de violência podem estar todos, simultaneamente, envolvidos num caso de violência doméstica ou isoladamente. Mais, estes tipos de violência poderão estar associados, o que significa que, ao praticar um daqueles actos, poderá estar em prática um outro qualquer²⁰³.

2. Possíveis causas para a perpetração da violência doméstica

Sendo a violência doméstica um fenómeno social, deve ser estudada numa visão multidisciplinar, pelo que nos auxiliaremos da psicologia e da sociologia para definir possíveis causas para o cometimento ou sujeição da criança à violência doméstica.

Segundo o modelo ecológico da violência, estão em jogo vários factores que explicam as razões pela qual uma pessoa age de forma violenta; interrelacionam-se, deste modo, os factores sociais, comunitários, relacionais e individuais²⁰⁴.

Os factores sociais incluem as normas culturais que aceitam a violência como forma de resolução de conflitos, que defendem o direito dos pais em detrimento do bem-estar da criança e que apoiam conflitos políticos, desigualdade de género e o uso da força das autoridades policiais contra os cidadãos²⁰⁵.

Os factores comunitários surgem do contexto onde as relações estão inseridas (falamos aqui das escolas, locais de trabalho e vizinhança), mas também pretende identificar características desses contextos que influenciam o facto de a pessoa ser vítima ou um perpetrador da violência (normalmente, a frequente mudança de residência, heterogeneidade, elevada densidade populacional, comunidades envolvidas com tráfico de drogas, isolamento social e níveis elevados de desemprego)²⁰⁶.

²⁰² BENAVENTE, Renata Carla da Silva – **Factores de mudança nas representações da vinculação em crianças de famílias de alto-risco**. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. 2010, p. 56.

²⁰³ MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – **Violência e Vítima de Crimes**. *Ob. Cit.*, p. 22; NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica. *Ob. Cit.*, p. 143.

²⁰⁴ KRUG, Etienne G. [et al.] – **World report**. *Ob. Cit.*, pp. 12 e ss.

²⁰⁵ *Idem, Ibidem*... p. 13.

²⁰⁶ *Idem, Ibidem*... p. 13.

Os factores relacionais estudam as relações sociais próximas, especialmente os membros da família e o risco continuidade de vitimização e perpetração da violência²⁰⁷.

Os factores individuais têm em consideração os elementos biológicos e demográficos, analisando as características de impulsividade, rendimento escolar, abuso de substâncias tóxicas e o histórico de agressão e abuso, avaliando a aptidão de alguém para ser vítima ou perpetrador da violência²⁰⁸.

A conclusão a que chega este modelo é que cada um dos factores *supra* analisados constituem em si mesmo um risco, mas também, estes mesmos factores podem ser encarados como o ponto de partida para a intervenção. Esta intervenção poderá ser universal (quando focada num grupo), seleccionada (vocacionada para grupos mais restritos) e a individual indicada (cujo alvo é já pessoas que demonstraram comportamentos violentos)²⁰⁹.

Também CARLA MACHADO e RUI ABRUNHOSA GONÇALVES estudaram este fenómeno tendo por base a ideia da fisiopatologia²¹⁰, explicada pela tríade de factores de risco: factores inerentes aos pais, factores inerentes à criança e factores associados à situação de crise familiar.

Os factores de risco inerentes aos pais associam-se ao “*baixo nível sócio-económico e cultural*”, “*antecedentes de maus tratos na sua própria infância*”, “*idade inferior a vinte anos (mães adolescentes sem apoio ou suporte familiar)*”, “*atraso mental de um ou de ambos os progenitores*”, “*personalidade imatura e impulsiva*”, “*personalidade com fraca tolerância às frustrações e ao stress*”, “*ausência de hábitos de trabalho e/ou dependência económica de outrem*”, “*mudanças frequentes de parceiros e de residência*”, “*antecedentes de criminalidade*” e “*hábitos de alcoolismo ou de consumo de drogas*”.

Os factores de risco inerentes à criança prendem-se com razões de “*idade inferior a 3 anos*”, “*fruto de gravidez de mãe muito jovem, solteira ou só*”, “*fruto de gravidez não desejada*”, “*separação da mãe no período pós parto*”, “*crianças gémeas*”, “*crianças que não correspondem às expectativas dos pais*”, “*crianças deficientes ou portadoras de doença crónica*”, “*crianças com atraso mental*”, “*crianças com alterações de comportamento*” e “*crianças com insucesso escolar*”.

Já os factores inerentes à situação de crise familiar estão ligados ao “*agravamento das dificuldades económicas*”, “*emprego precário ou perda de emprego*”, “*separação ou divórcio*”.

²⁰⁷ *Idem, Ibidem...* p. 13.

²⁰⁸ *Idem, Ibidem...* pp. 12 e 13.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem...* p. 15.

²¹⁰ MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – **Violência e Vítima de Crimes**. *Ob. Cit.*, pp. 19 e 20.

dos pais”, “*depressão da mãe ou do pai*”, “*morte de familiar*” e “*acontecimento perturbador da dinâmica familiar*”.

Analisados estes factores de risco, estes autores concluíram que a violência doméstica “*atinge crianças de todas as idades, sendo [...] mais frequente nas que têm menos de 3 anos*”, “*acontece em todas as camadas sociais, económicas e culturais, embora seja mais frequente nas famílias mais pobres, com baixo nível de instrução e cultura, nas famílias mais desorganizadas e disfuncionais, com más condições habitacionais, de sobrelotação e ambientes de promiscuidade.*”; também “*os dois sexos são igualmente atingidos*”. Os factores referidos anteriormente foram considerados apenas como favorecedores dos maus tratos; e entenderam ser mais determinantes, os factores ligados ao consumo de álcool, “*personalidades impulsivas e agressivas*”, “*desemprego*”, “*rejeição afectiva e factores culturais, seguidos da toxicodependência e da separação ou divórcio dos pais.*”²¹¹²¹².

3. Impactos e consequências para a criança

Depois de identificarmos os tipos de violência e as causas que estão na génese dos maus tratos à criança, urge debruçarmo-nos acerca dos impactos e das consequências que a perpetração daqueles actos trarão na vida da criança.

3.1. Consequências na saúde da criança

As consequências na saúde da criança, segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, poderão manifestar-se em quatro níveis: físico, sexual ou reprodutivo, psicológico ou comportamental e a longo prazo²¹³.

Relativamente às consequências físicas para a saúde, destacam-se as lesões abdominais/torácicas, cerebrais e ao nível do sistema nervoso central, hematomas e equimoses, queimaduras, fracturas, lacerações e escoriações e danos oculares.

No que diz respeito às consequências sexuais e reprodutivas, abrangem os problemas reprodutivos, a disfunção sexual, a transmissão sexual de doenças (tal como o HIV) e gravidez indesejada.

²¹¹ *Idem, ibidem...* pp. 20 e 21.

²¹² Em sentido idêntico, KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report. Ob. Cit.*, pp. 66 a 69.

²¹³ KRUG, Etienne G. [et al.] – *World report. Ob. Cit.*, pp. 69.

No tocante às consequências psicológicas e comportamentais, incluem-se o abuso de álcool e drogas, perda de capacidades cognitivas, comportamentos delinquentes e violentos, depressão e ansiedade, atraso no desenvolvimento, distúrbios alimentares e de sono, sentimentos de culpa e vergonha, hiperactividade, relacionamento social precário, fraco desempenho escolar, baixa autoestima, distúrbios de *stress* pós-traumático e psicossomático, assim como comportamentos suicidas e de auto-mutilação.

A longo prazo, poderão advir as seguintes consequências para a criança: cancro, doença pulmonar crónica, fibromialgia, síndrome do cólon irritável, isquemia cardíaca, doença hepática e problemas de infertilidade.

3.2. *A figura da Vítima-agressor*

A figura da vítima-agressor surge na sequência da sujeição de uma criança a maus tratos, criança esta que, já na idade adulta, poderá repetir os actos de violência vividos, tornando-se pais maltratantes. Trata-se, portanto, de uma vítima que se torna agressor, onde “os padrões de comportamento parental são transmitidos de geração em geração.”²¹⁴⁻²¹⁵.

Todavia, a repetição de actos violentos poderá não ocorrer apenas na idade adulta; poderá ainda ocorrer na infância, desencadeando episódios de violência entre pares, de entre os quais, se evidencia o *bullying*. Entende-se que as crianças maltratadas são menos sensíveis à comunicação com os outros, verificando-se que respondem inadequadamente às expressões de sofrimento e menos empáticas face ao sofrimento²¹⁶. Todavia, com maior frequência, sucede completamente o contrário, verificando-se que as crianças maltratadas tendem a manter o isolamento e evidenciam menor capacidade interpessoais²¹⁷.

²¹⁴ BENAVENTE, Renata Carla da Silva – **Factores de mudança**. Ob. Cit., p. 112.

²¹⁵ Embora se deva notar que os estudos revelaram um número significativo de pais maltratados na infância que não reproduziram aqueles comportamentos em relação aos seus filhos. Não se sabe a causa desta interrupção mas crê-se que estará ligado a um estado de negação, como mecanismo de defesa face ao trauma do passado. – BENAVENTE, Renata Carla da Silva – **Factores de mudança**. Ob. Cit., p. 113.

²¹⁶ BENAVENTE, Renata Carla da Silva – **Factores de mudança**. Ob. Cit., p. 125.

²¹⁷ *Idem, ibidem*...p. 126.

Parte III – O Ordenamento Jurídico brasileiro, sueco e neozelandês relativamente à tolerância zero dos castigos corporais às crianças – algumas propostas de alteração para Portugal

Capítulo I – Análise dos Ordenamentos Jurídicos brasileiro, sueco e neozelandês, relativamente à tolerância zero dos castigos corporais às crianças

1. Ordenamento Jurídico brasileiro

1.1. *Direito Penal*

O código penal brasileiro (Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940²¹⁸) dispõe no seu art. 136.º o crime de maus tratos²¹⁹.

Neste artigo, é visível como condutas típicas a aplicação maus tratos físicos (tanto no que se refere ao abuso dos meios de correcção ou disciplina, como na sujeição ao trabalho excessivo), e a negligência (no que diz respeito à privação da alimentação ou dos cuidados indispensáveis), da qual possa resultar lesão corporal de natureza grave²²⁰ ou a morte.

Importa referir que este artigo não faz qualquer alusão aos maus tratos psicológicos (onde se poderiam incluir as ofensas à honra) e abusos sexuais. A nosso ver, a opção legislativa, nestes casos, foi autonomizar aquelas condutas em crimes distintos: crime de ameaça (art. 147.º), crime de difamação (art. 139.º), crime de injúria (art. 140.º), crime de estupro (art. 213.º), crime de estupro de vulnerável (art. 217.º-A), crime de corrupção de menores (art. 218.º), crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218.º-A) e o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218.º-B), entre outros.

²¹⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível online em <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>.

²¹⁹ Reproduzimos aqui o art. 136.º do Código Penal Brasileiro: “*Maus-tratos [...] – Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa. § 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos. 2º - Se resulta a morte: - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.*” [sic].

²²⁰ Dispõe o § 1º do art. 129.º do Código Penal Brasileiro que ocorre uma lesão corporal de natureza grave se da ofensa à integridade corporal ou da saúde de outrem resultar incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração de parto; sendo o autor do crime, nestes casos, punido com pena de prisão de um a cinco anos. Mas se resultar, nos termos do § 2º, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização do membro, sentido ou função, deformidade permanente ou aborto; o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

Como sujeito activo, e portanto autor, deste crime, exige-se que o indivíduo detenha uma função de autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia. Trata-se, desde logo, de um crime que exige uma especial qualidade do autor para o seu cometimento, podendo-se aqui incluir uma panóplia de sujeitos, tais como os pais, professores, cuidadores e outros familiares.

Como sujeito passivo neste crime, a vítima pode ser qualquer pessoa desde que esteja inserida numa relação de subordinação por motivos de autoridade, guarda ou vigilância; distinguindo-se no § 3 deste artigo “a pessoa menor de 14 anos”, que funciona como uma agravção da ilicitude e, conseqüentemente, uma agravante da pena a aplicar ao agente (“aumenta-se a pena de um terço”).

1.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, sofreu em 2014 uma alteração por força da Lei n.º 13.010, de 26 de Junho de 2014, que veio a estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradantes.

Para tal, a Lei n.º 13.010²²¹ aditou àquela Lei os arts. 18.º-A, 18.º-B e 18.º-C. O art. 18.º-A dispõe que “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”. Definindo neste mesmo artigo, castigo físico como a “a[c]ção de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão.”, e tratamento cruel e degradante como a “conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: a) humilhe; ou b) ameace gravemente; ou c) ridicularize.”.

Os *supra* mencionados sujeitos que perpetuarem castigos físicos e/ou tratamento cruel ou degradante estarão sujeitos, de acordo com a gravidade do caso, segundo o art. 18.º-B, ao encaminhamento para programa oficial ou comunitário de protecção da família; ao

²²¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Lei n.º 13.010, de 26 de Junho de 2014. Disponível online em <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>.

encaminhamento para tratamento psicológico ou psiquiátrico; ao encaminhamento para cursos ou programas de orientação; à obrigação de encaminhar a criança para tratamento especializado; e ainda à advertência.

2. Ordenamento Jurídico sueco

2.1. O Código Parental (*Act on the Children and Parents Code*)

O Código Parental surgiu na Suécia pela Lei n.º 381 de 1949, mas só foi tornada efectiva em 1979, tendo sido alvo de algumas reformas legislativas²²². Em 1949, texto da lei passou a conter o vocábulo “*reprimir*” em vez do anterior “*punir*”, o que sugere que o legislador sueco pretendeu evitar os castigos físicos. Em 1966, o Código Parental foi alterado no sentido de extrair desta lei a parte referente à aplicação pelos pais daquilo que considerem necessário para uma boa educação dos seus filhos. E foi, definitivamente em 1979 que se instaurou a “*Anti-spanking Law*”²²³.

Neste diploma, concretamente no Capítulo 6, importa-nos a secção 1 que estabelece que “*As crianças têm direito à assistência, à segurança e a uma boa educação. Devem ser tratadas com respeito pela sua pessoa e pelo seu carácter distintivo, não podendo ser submetidas à punição corporal ou qualquer outro tratamento humilhante.*”²²⁴ [sic].

2.2. O Código Penal sueco

O Código Penal sueco²²⁵ não dispõe de nenhum artigo específico para a criminalização dos castigos corporais dos pais aos seus filhos, por isso, tais práticas recaem na criminalização das ofensas à integridade física, concretamente na Secção 5 do Capítulo III, relativo aos crimes contra a vida e saúde.

Neste artigo é possível ler-se que “*uma pessoa que inflige lesão corporal, doença ou dor a outrem, tornando-a indefesa ou em estado semelhante, deve ser condenado por*

²²² Importa referir que a Suécia foi a pioneira a consagrar as *no spanking rules*, seguindo-lhe uma série de países. Hoje em dia já são 31 os países que aderiram à ideia da tolerância zero aos castigos corporais.

²²³ SAVE THE CHILDREN – **Historical background to the Swedish legislation. The first anti-spanking law in the world.**

²²⁴ SWEDEN – **Swedish Code of Statutes. SFS 1949:381.** Disponível online em: <URL: <http://ceflonline.net/wp-content/uploads/Sweden-Parental-Responsibilities-Legislation.pdf>>.

²²⁵ SWEDEN – **Swedish Penal Code.** 1999. Disponível online em <URL: <http://www.government.se/sb/d/3926/a/27777>>.

agressão com pena de prisão até dois anos; se o crime tiver baixa gravidade, deverá ser punido com multa ou pena de prisão até seis meses.” [tradução nossa].

3. Ordenamento Jurídico Neozelandês

O Acto sobre a Violência Doméstica de 1995 com as mais recentemente alterações de 2013²²⁶ dispõe na Parte I, n.º 3 que violência doméstica respeita à “*violência contra uma pessoa com quem se tem ou teve um relacionamento doméstico*” [tradução nossa]. A violência abrangerá o abuso físico, o abuso sexual e o abuso psicológico (que inclui o assédio, danos à propriedade, ameaças, privação económica e outros abusos especificamente à criança).

²²⁶ NEW ZEALAND - **Domestic Violence Amendment Act 2013**. Reprint at March 31st 2014. Disponível *online* em <URL: <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2013/0077/latest/DLM5615637.html>>.

Capítulo II – Propostas de alteração no Ordenamento jurídico português

Depois de analisados os ordenamentos jurídicos da Suécia, Brasil e Nova Zelândia, no que tange à sua regulamentação de tolerância zero aos castigos corporais, entendemos ser de todo a importância transportar as técnicas de Benchmarking para o Direito, conseguindo extrair as melhores práticas daqueles ordenamentos, permitindo-nos propor algumas das ideias para o nosso ordenamento jurídico.

1. Benchmarking

Importa, referir o que se entende por Benchmarking. Trata-se de uma actividade de comparação de produtos, serviços e práticas e a subsequente absorção das melhores práticas nessa área²²⁷.

É neste sentido que pretendemos utilizar o benchmarking como ferramenta nesta investigação de forma a transpor para o nosso ordenamento jurídico as melhores práticas previstas por aqueles países.

2. Propostas para o ordenamento jurídico português

Primeiramente, entendemos ser crucial constar do Código Civil, nomeadamente dos artigos relativos à direcção e manutenção da educação dos filhos (artigos 1877.º e 1878.º do Código Civil), que estas tarefas deverão ser realizadas por meios idóneos que não se restrinja à aplicação de violência física e psicológica.

Relativamente ao crime de violência doméstica, previsto e punido pelo art. 152.º do CP, devemos nele incluir a incriminação expressa dos castigos praticados ao abrigo de uma finalidade educativa. Isto porque, entendemos que castigo e educação são realidades completamente discordantes que não podem estar ligadas. Também entendemos que o direito de correcção fruto de uma longa tradição no nosso país, terá de ser abandonado e reprimido pelo direito penal. Lembremo-nos, v.g., da obrigatoriedade de usar cinto de condução; os primeiros veículos motorizados não continham cinto de segurança e só posteriormente começaram a incluí-los. Existia o costume de conduzir-se sem cinto e, para minimizar os

²²⁷ LOUREIRO, Jorge Manuel da Silva – **Benchmarking entre os tribunais da relação portuguesas. Custos correntes e desempenho funcional**. 2013.

riscos de mortes, sobreveio a necessidade de obrigar os condutores a usá-los. Da mesma maneira, e avançando agora para o direito de correcção, deveremos passar de um “velho” costume para a incriminação destes castigos com finalidade educativa.

Conclusão

A violência doméstica é um fenómeno social, causador de grande impacto na comunidade em geral e cuja preocupação em torno desta temática se tem manifestado crescente e actual.

Desde sempre, encontramos na história e na literatura alusões às punições praticadas pelos pais aos filhos, muitas vezes sob o abrigo de um suposto direito de correcção.

Mas o passado é mesmo isso, passado. Devemos maturar as práticas, quebrar tradições e acompanhar a evolução dos tempos.

Neste sentido, não concordamos com a ideia de que a adequação social deva influenciar o sentido que a norma penal deve dar a uma conduta, concretamente no que se refere ao direito de correcção.

Devemos ter em conta os exemplos de sucesso de outros países, e transpor para o nosso ordenamento jurídico, tais ideias

Em jeito de síntese, defendemos que a intervenção penal deverá estar totalmente legitimada para punir estas condutas praticadas sob égide de uma vertente educativa pois este será, a nosso ver, o único método para, no futuro, eliminar a violência na família e, consequentemente, na sociedade.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 2ª Edição actualizada. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2010. ISBN 978-972-54-0272-6;

AMERICAN HUMANE ASSOCIATION – **History: Mary Ellen Wilson**. 2013. Disponível *online* em <URL: <http://www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/mary-ellen-wilson.html>>. [Acedido a 5 de Novembro de 2014, pelas 19h14m];

ANTUNES, Maria João – **Consequências Jurídicas do Crime: Lições para os alunos da disciplina de Direito Penal III da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Coimbra Editora. 2011. ISBN 972-00-3210-079-0;

APAV – **Quem somos**. 2012. Disponível *online* em <URL: http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/visaomissao/2011-05-06-15-24-05> [acedido a 28 de Abril de 2015, pelas 11h21m];

ARAGÃO, Milena e FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de – Práticas de castigos escolares: enlases históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**. Caixias do Sul: Editora Universidade Caixias do Sul. ISSN 0103-1457. 17: 2 (Maio/Agosto 2012). Disponível *online* em <URL: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1648/1024>> [Acedido a 30 de Março, pelas 15h45m];

BARROS, Maria da Conceição Rodrigues Leite e – **Castigo de dura, uma no cravo e outra na ferradura – A teoria e a prática da disciplina na escola primária – Fins século XIX e princípio século XX**. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto. 2005. Disponível *online* em <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19438>> [acedido a 30 de Março de 2015, pelas 16h25m];

BARROSO, Ricardo G. – Da punição física ao abuso físico: conceptualização e consequências práticas. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**. Coimbra: Coimbra Editora. ISSN 0871-8563. 20:2 (Abril-Junho 2010);

BELEZA, Teresa Pizarro – Violência Doméstica. **Revista do CEJ**, Jornadas sobre a revisão do Código Penal. Coimbra: Almedina. ISSN 1645-829X. 1º Semestre:8 (2008);

BENAVENTE, Renata Carla da Silva – **Factores de mudança nas representações da vinculação em crianças de famílias de alto-risco**. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. 2010;

BÍBLIA SAGRADA (Novo Testamento), traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969;

BORGES, Abílio César – **Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade**. Rio de Janeiro: Typographia e litografia E. Guyot. 1880. Disponível *online* em <URL:<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/PC1880.pdf>>. [acedido a 31 de Março de 2015, pelas 14h26m];

BRANDÃO, Nuno – A tutela penal especial reforçada de violência doméstica. **Julgar**. Coimbra: Coimbra Editora. ISSN 1646-6853. Quadrimestral:12 Especial (Novembro 2010);

CALHEIROS, Manuela ; MONTEIRO, Maria Benedicta – Mau trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa: Editora Mundos Sociais. ISSN 0873-6529. Quadrimestral:34 (2000);

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Volume I. 4ª Edição (revista) Coimbra: Coimbra Editora. 2007. ISBN 978-972-32-1462-8;

CARDOSO, Cristina Augusta Teixeira – **A violência doméstica e as penas acessórias**. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Católica do Porto. 2012.

CARVALHO, Américo Taipa de – **Artigo 152º (Maus tratos e infracções de regras de segurança)**. In *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Parte Especial. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora. 1999. ISBN 972-32-0854-7;

CARVALHO, Américo Taipa de – **Direito Penal. Parte Geral: Questões Fundamentais; Teoria Geral do Crime**. 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. 2008. ISBN 978-972-32-1618-9;

CÉSAR, Orlando – **Legislação protecção de crianças. Os direitos das crianças em perspectiva**. Com o apoio da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Instituto da Segurança Social, Sindicato dos Jornalistas. Financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica - Fundo Social Europeu. [S.L.]: Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, 2011;

CÉSAR, Orlando – **Manual de competências comunicacionais**. COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO. Disponível *online* em <URL: http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/int_legislacao_protercancas.html> [Acedido a 2 de Fevereiro de 2014, pelas 22h41m];

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO – **Relatório final de execução do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011/2013)**. Lisboa. 2014. Disponível

online em <URL: www.cig.gov.pt/wp.../05/Relatorio_Execucao_IV_PNCVD_2013.pdf>
[Acedido a 29 de Abril de 2015, pelas 21h03m];

COSTA, José de Faria – **Direito Penal Especial (Contributo a uma sistematização dos problemas “especiais” da Parte Especial)**. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2007. ISBN 972-32-1281-1;

_____ – **Linhas de Direito Penal e de Filosofia: alguns cruzamentos reflexivos**. Coimbra: Coimbra Editora. 2005. ISBN 972-32-1331-1;

COSTA, Mário Júlio de Almeida – **História do Direito Português**. 5ª Edição Revista e Atualizada. Coimbra: Almedina. 2012, pp. 310 a 311. ISBN 978-972-40-4665-5;

CPCJ – **O que são**. 2015. Disponível online em <URL: <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.01>> [acedido a 28 de Abril de 2015, pelas 10h32m];

DIAS, Isabel – **A violência doméstica em Portugal: contributo para a sua visibilidade**. Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos. 2000. Disponível online em <URL: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e00b9864fc_1.PDF>;

_____ – Violência Doméstica e justiça: respostas e desafios. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISSN 0872-3419. XX (2010) pp. 245 a 262;

DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal Português: Parte Geral – Tomo II: As consequências jurídicas do crime**. 2ª Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2009. ISBN 972-32-1353-2;

_____ – **Direito Penal. Parte Geral. Tomo I – Questões fundamentais. A doutrina Geral do Crime**. Coimbra: Coimbra Editora. 2ª Edição, 2ª Reimpressão. 2012. ISBN 978-972-32-2108-4;

_____ – **Direito Processual Penal**. Clássicos Jurídicos. 1ª Edição 1974 Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 2004. ISBN 972-32-1250-1;

FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de – **A Adequação social da conduta no direito penal ou o valor dos sentidos sociais na interpretação da lei penal**. Tese de Doutoramento. Porto: Publicações Universidade Católica do Porto. 2005. ISBN 972-8069-61-8;

_____ – Acerca da fronteira entre o castigo legítimo de um menor e o crime de maus tratos do art. 152.º do Código Penal: Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Abril de 2006. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**. Coimbra: Coimbra Editora. ISSN 0871-8563. 16:2 (Abril/Junho 2005) pp. 317-343;

_____ – **O castigo físico dos menores no Direito Penal.** *In Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria.* Coimbra: Coimbra Editora. 2003. ISBN 978-972-3211-90-0;

FERNANDES, Fernando Andrade – **Sobre uma opção Jurídico-Política e Jurídico-Metodológica de compreensão das Ciências Jurídico-Criminais.** *In Liber Discipulorum* para Jorge de Figueiredo Dias. Coimbra: Coimbra Editora. 2003, p. 57. ISBN 972-32-1193-9;

FERNANDES, Plácido Conde – Violência doméstica: novo quadro penal e processual penal. **Revista do CEJ.** Coimbra: Almedina. ISSN 1645-829X. 1º Semestre:8 Especial (2008);

FERREIRA, António Gomes – **Gerar Criar Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime.** Coimbra: Quarteto. 2000, pp. 317 a 345

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – **Lições de Direito Penal. Parte Geral I – A lei penal e a teoria do crime no código penal de 1982.** 4ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo. 1997. ISBN 972-22-0138-7;

GAUDEMET, Jean – **Droit privé romain.** Domat droit privé. 2ª Edição. Paris: Montchrestien. 2000. ISBN 978-2-7076-1203-8.

GONÇALVES, M. Maia – **Código Penal Português. Anotado e comentado. Legislação complementar.** 18.ª Edição. Coimbra: Almedina. 2007. ISBN 978-972-4032-47-4;

JAKOBS, Günther – **Derecho Penal. Parte General – Fundamentos y teoría de la imputación.** Madrid: Marcial Pons. 2.ª Edición, corregida. 1997. ISBN 84-7248-398-3;

KASER, Max – **Direito Privado Romano.** Tradução de Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle. Revisão de Maria Armada de Saint-Maurice. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999, p. 95. ISBN 972-31-0850-X.

KRUG, Etienne G.[et al.] – **World report on violence and health.** Genebra: *World Health Organization* (Organização Mundial da Saúde). 2002. ISBN 924-1545-61-5;

LEAL-HENRIQUES, Manuel; SANTOS, Manuel Simas – **Código Penal Anotado.** Lisboa: Editora Rei dos Livros. 3ª Edição, volume II – Parte especial. 2000;

LEITE, André Lamas – A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o Direito Penal e a Criminologia. **Julgar.** Coimbra: Coimbra Editora. ISSN 1646-6853. Quadrimestral: n.º 12 Especial (Novembro 2010);

LOUREIRO, Jorge Manuel da Silva – **Benchmarking entre os tribunais da relação portugueses. Custos correntes e desempenho funcional.** 2013;

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote de – Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. **THEMIS, Revista da Faculdade de Direito da UNL.** Coimbra: Almedina. II:3 (2001). ISBN 972-40-1568-8;

MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa – **Violência e Vítima de Crimes. Vol. 2 – Crianças**. Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria. Coimbra: Quarteto Editora. 2003. ISBN 972-8747-44-X;

MARTINS, Ernesto Candeias – Menores Delinquentes e Marginalizados: Evolução da política Jurídico-Penal e Sociopedagógica até à 1ª República. **Infância e Juventude: Revista do Instituto de Reinserção Social**. Lisboa: Direcção-Geral de Inserção Social. ISSN 0870-6565. N.º 4 pp. 67 a 114. Disponível *online* em <URL: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0CEsQFjAG&url=http%3A%2F%2Fdepositario.ipcb.pt%2Fbitstream%2F10400.11%2F908%2F1%2Finfancia%2520e%2520juventude_n%25C2%25BA4_98.pdf&ei=sjYrVOaYD4O07Qb764HQDA&usg=AFQjCNFcsKUhPIMghv2YjJih1flsuSXgPg&bvm=bv.76477589,d.bGQ>;

MATOS, Ricardo Jorge Bragança de – Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica: um passo à frente na tutela da vítima?. **Revista do Ministério Público**. Lisboa: Editorial Minerva. ISSN 0870-6107. 27:107 (Julho-Setembro 2006);

MENDES, Paulo de Sousa – **Lições de Direito Processual Penal**. Coimbra: Almedina. 2013. ISBN 978-972-40-5205-2;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **Programa para Agressores de Violência Doméstica**. 2009. Disponível *online* em <URL: www.oa.pt/upl/%7Bbbe0cbaa-5794-4f2f-8a49-adf014f72d39%7D.PDF> [Acedido a 29 de Abril de 2015, pelas 18h44m];

MOREIRA, Sara Leitão – A “Recente” Criminalização da Violência Doméstica. **Que rumo?**. In Questões Jurídicas: Perspetivas Atuais. Coimbra: Centro de Investigação em Inovação Social e Organizacional do Instituto Superior Bissaya Barreto. 2014. ISBN: 978-989-98952-1-8;

_____ – **Domestic Violence Against Children – A Crossed Overview**. In Reframing Punishment: Silencing, Dehumanisation and the Way Forward. Edited by Selina E. M. Doran and Laura Bouttell. England: The Inter-Disciplinary Press. 2014. ISBN 978-1-84888-210-2;

NEVES, José Francisco Moreira das – Violência doméstica – Bem jurídico e boas práticas. **Revista do CEJ**. Coimbra: Almedina. ISSN 1645-829X. 1º Semestre:13 (2010);

NEW ZEALAND - **Domestic Violence Amendment Act 2013**. Reprint at March 31st 2014. Disponível *online* em <URL: <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2013/0077/latest/DLM5615637.html>> [Acedido em 06 de Maio de 2015, pelas 19h42m];

NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel – O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º 1 do art. 152.º do Código Penal. **Revista do Ministério Público**. Lisboa: Editorial Minerva. ISSN 0870-6107. 31:122 (Abril/Junho 2010);

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – **Textos de Direito Internacional**. Coimbra: Coimbra Editora. 2ª Edição, 2013. ISBN 978-972-32-2112-1;

PORTUGAL – **Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal. Parte Especial**. Lisboa: Ministério da Justiça. 1979;

_____ – **Código Civil de Seabra**. 1867. Disponível *online* em <URL: <http://www.cnpcjr.pt/downloads%5CC%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%20SEABRA.pdf>>

_____ – **Código Civil Português**. 1966. Disponível *online* em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1966/11/27400/18832086.pdf> [Acedido a 30 de Outubro, pelas 19h24m];

_____ – **Código Civil Portuguez: Anotado**. Por José Dias Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I. 1870-1876. Disponível *online* em http://purl.pt/12145/3/sc-2282-v/sc-2282-v_item3/index.html#/192 [Acedido a 30 de Outubro de 2014, pelas 18h44m];

_____ – **Código Penal. Actas e Projecto da Comissão de Revisão**. Lisboa: Editora Rei dos Livros. 1993. ISBN 972-51-0033-6;

_____ – **Constituição de 1933**. Disponível *online* na URL: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> [Acedido a 30 de Outubro, pelas 19h11m];

_____ – **Proposta de Lei n.º 98/X: Procede à vigésima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro**. Disponível *online* em <URL: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=33296>> [Acedido a 21 de Abril de 2015, pelas 14h47m];

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – **Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (Código Penal)**. Disponível *online* em <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm> [Acedido a 05 de Maio de 2015, pelas 10h23m];

_____ – **Lei n.º 13.010, de 26 de Junho de 2014**. Disponível *online* em <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm> [Acedido a 05 de Maio de 2015, pelas 12h51m];

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CÍRCULO JUDICIAL DE PONTA DELGADA; INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL; DGRS; POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – **Protocolo de Cooperação: Programa CONTIGO**. Ponta Delgada. 2008. Disponível *online* em <URL: <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ve>>

[d=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.pgdlisboa.pt%2Fdocpgd%2Ffiles%2FPROTOCOLO_COOPERACAO_CONTIGO_ACORES.doc&ei=7GxBVajBKcWO7Abx3IDQBw&usg=AFQjCNHWEEEXjjaLHLxzPOeoNeZZIDU95_A&bvm=bv.92189499,d.d2s](http://www.pgdlisboa.pt/2Fdocpgd%2Ffiles%2FPROTOCOLO_COOPERACAO_CONTIGO_ACORES.doc&ei=7GxBVajBKcWO7Abx3IDQBw&usg=AFQjCNHWEEEXjjaLHLxzPOeoNeZZIDU95_A&bvm=bv.92189499,d.d2s)> [Acedido a 29 de Abril de 2015, pelas 20h22m].

RIBEIRO, Cristina Silveira; MALTA, Wilson; MAGALHÃES, Teresa – O castigo físico de crianças. Estudo de revisão. **Revista Portuguesa do Dano Corporal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-0760. XX:22 (2011) p. 55 a 73. Disponível *online* em <URL:<https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/4229/1/7%20-%20O%20castigo%20fi%CC%81sico%20de%20crianc%CC%A7as.%20Estudo%20de%20revisa%CC%83o.pdf>>. [Acedido a 30 de Março de 2015, pelas 19h22m];

ROUSSEAU, Jean-Jacques – **Do Contrato Social**. Tradução de António de Pádua Danesi. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1999. ISBN 978-853-36-0552-7;

ROXIN, Claus – **A protecção de bens jurídicos como função do Direito Penal**. Organização e tradução André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2.ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2009. ISBN 978-85-7348-848-3;

_____ – **Derecho Penal. Parte General. Tomo I – Fundamentos, La estrutura de la teoria del delito**. Madrid: Editorial Civitas. 1997. ISBN 84-470-0960-2;

SARMENTO, Manuel Jacinto – **Os olhares da sociedade Portuguesa sobre a criança**. A educação das crianças dos 0 aos 12 anos. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. 2009. ISBN 978-972-8360-5. Disponível *online* em <URL:<http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/787-a-educacao-das-criancas-dos-0-aos-12-anos>> [Acedido a 10 de Fevereiro de 2014, pelas 17h24m];

SAVE THE CHILDREN – **Historical background to the Swedish legislation. The first anti-spanking law in the world**. Disponível *online* em <URL:https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fjustice%2Fgrants%2Fresults%2Fda-phne-toolkit%2Fen%2Ffile%2F237%2Fdownload%3Ftoken%3DCc5-6SqC&ei=VDtLVY6JLYTyUunBgaAO&usg=AFQjCNE_hLWsCHUSBV-aWUfGAP60tcUuxg&bvm=bv.92765956,d.ZGU> [Acedido a 06 de Maio de 2015, pelas 16h15m];

_____ – **History**, 2014. Disponível *online* em <URL:<http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6229507/>> [Acedido em 07 de Novembro de 2014, pelas 01h14m];

SEARA, Fernando Roboredo [et al.] – **Textos Fundamentais de Direito Constitucional**. Lisboa: SPB – Editores e Livreiros, Lda. 1996. ISBN 972-726-072-1;

SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Português I. Parte Geral – Introdução e teoria da lei penal**. 3ª Edição. Lisboa: Editora Verbo. 2010. ISBN 978-972-22-3012-4;

SOUSA, Carla – **A indisciplina na sala de aula: Enfoque psicodinâmico nas relações entre professores e alunos**. Dissertação de Mestrado. Setúbal: Instituto Superior de Setúbal. 2013. Disponível *online* em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5095>. [acedido a 30 de Março, pelas 15h36m];

SWEDEN – **Swedish Code of Statutes. SFS 1949:381**. Disponível *online* em: <URL: <http://ceflonline.net/wp-content/uploads/Sweden-Parental-Responsibilities-Legislation.pdf>> [Acedido a 06 de Maio de 2015, pelas 15h33m];

SWEDEN – **Swedish Penal Code**. 1999. Disponível *online* em <URL: <http://www.government.se/sb/d/3926/a/27777>> [[Acedido a 06 de Maio de 2015, pelas 17h28m].

THE NOBEL PRIZE 2014 – **Press Release**. 2014. Disponível *online* em <URL: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2014/press.html> [Acedido a 7 de Janeiro de 2015, pelas 22h23m];

TOMÁS, Catarina – **Um roteiro pela história dos direitos das crianças**. In Alicerces. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa. 2012, p. 18. Disponível *online* em <URL: www.ipl.pt/sites/ipl.pt/files/alicerces_5.pdf> [acedido a 05 de Novembro de 2014, pelas 19h05m].

VAZ, Neide Marisa Rodrigues – **O ilícito típico 152.º Código Penal: Uma reflexão**. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2012;

YOUSAFZAY, Malala; LAMB, Christina – **Eu sou Malala. A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo talibã**. Tradução de Caroline Chang, Denise Bottmann, George Schlesinger e Luciano Vieira Machado. [S. L]: Companhia das Letras. 2013. ISBN 978-853-59-2343-8. Disponível *online* em <URL: <https://annacrafts.files.wordpress.com/2014/10/malala-yousafzai-eu-sou-malala.pdf>> [acedido a 7 de Janeiro de 2015, pelas 22h49m].

Nota:

A presente Dissertação foi redigida em língua portuguesa anterior ao Acordo Ortográfico.